

Patrimônio histórico-cultural do

SUDOESTE MARANHENSE

3 Vol.

Organizadores:

Regina Celia Costa Lima
César Alessandro Sagrillo Figueiredo
Ilma Maria de Oliveira Silva





Regina Celia Costa Lima
César Alessandro Sagrillo Figueiredo
Ilma Maria de Oliveira Silva
Organizadores

Patrimônio histórico-cultural do Sudoeste Maranhense

Vol. 3

EDITORA UEMASUL
2026

Todos os direitos reservados à Editora UEMASUL. É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio.

O conteúdo desta publicação é de inteira responsabilidade dos autores.

Projeto Gráfico: Editora UEMASUL
Catalogação na publicação Seção de Catalogação e Classificação.

P314 Patrimônio histórico-cultural do Sudoeste Maranhense

Patrimônio histórico-cultural do Sudoeste Maranhense/ Organização de Regina Celia Costa Lima, César Alessandro Sagrillo Figueiredo, Ilma Maria de Oliveira Silva. – Imperatriz: EDUEMASUL, 2026.

v.3, 170 p. ; il.

ISBN 978-65-89274-58-2

1. Patrimônio histórico-cultural. 2. Sudoeste maranhense. 3. Memória. 4. História regional. I. Lima, Regina Celia Costa. II. Figueiredo, César Alessandro Sagrillo. III. Silva, Ilma Maria de Oliveira. IV.Titulo.

CDU 719

Ficha elaborada pela Bibliotecária: **Jarina Serra Santos CRB13/953**

Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL

Reitora
Profa. Dra. Luciléa Ferreira Lopes Gonçalves

Vice-reitor
Prof. Dr. Jorge Diniz de Oliveira

Pró-Reitora de Gestão e Sustentabilidade Acadêmica
Prof. Dra. Márcia Suany Dias Cavalcante

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação
Prof. Dr. Allison Bezerra Oliveira

Pró-Reitor de Planejamento e Administração
Prof. Dr. José Sérgio de Jesus Salles

Pró-Reitor de Extensão e Assistência Estudantil
Prof. Dr. José Milton Lopes Pinheiro

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas
Prof. Dr. Bruno Lucio Meneses Nascimento

Pró-Reitor de Infraestrutura
Prof. Dr. Wilson Araújo da Silva

Organizadores

Profa. Dra. Regina Celia Costa Lima
Prof. Dr. César Alessandro Sagrillo Figueiredo
Profa. Dra. Ilma Maria de Oliveira Silva

Conselho Editorial

Profa. Dra. Camila Brito Collares da Silva
Profa. Dra. Andrea Ferraz Silva Pereira
Prof. Dr. Bruno Maia Halley
Prof. Dr. Caleb da Silva Araujo Campelo
Profa. Dra. Carla Melli Tambarussi
Prof. Dr. Diego Carvalho Viana
Profa. Dra. Gilvânia Queiroz Madeira de Aguiar
Profa. Dra. Josiéli Demetrio Siqueira
Profa. Dra. Leisa Aparecida Gviasdecki De Oliveira
Profa. Dra. Luciana Oliveira dos Santos
Profa. Dra. Luciene Santana Ferreira

Coordenação da Editora
Profa. Dra. Camila Brito Collares da Silva

Diagramação
Solange dos Santos Oliveira

Capa
Eduardo da Conceição Jorge

Revisão
Márcia Maria da Conceição de Carvalho

PREFÁCIO

A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro.
Pierre Nora (1993)

A reflexão proposta por Pierre Nora, no célebre ensaio *Entre memória e história: a problemática dos lugares*, convida-nos a compreender memória e história não como simples exercício de rememoração do passado, mas como dimensões constitutivas da experiência humana, da produção das identidades coletivas e da própria construção social do tempo. Para o autor, a memória, longe de constituir um repositório inerte de lembranças, configura-se como campo de disputas simbólicas, seleções, permanências e silenciamentos que revelam os modos pelos quais as sociedades produzem sentidos sobre o passado e elaboram referências para interpretar o presente e projetar o futuro.

É sob essa perspectiva que se apresenta a obra *Patrimônio histórico-cultural do sudoeste maranhense*. Mais do que reunir estudos acerca de bens culturais da região, esta coletânea representa um exercício intelectual e político de valorização da memória regional e de problematização das múltiplas experiências históricas que conformam o sudoeste do Maranhão. Trata-se de uma obra que compreende o patrimônio como construção histórica e social, atravessada por relações de poder, processos de pertencimento, disputas de memória e formas distintas de atribuição de valor cultural.

Pensar o patrimônio histórico-cultural do sudoeste maranhense implica reconhecer um território marcado por

intensas transformações econômicas, sociais, ambientais e culturais, sobretudo a partir da segunda metade do século XX. Inserida na porção oriental da Amazônia brasileira, a região foi profundamente impactada pelos processos de expansão da fronteira amazônica, pela abertura de rodovias, pelos fluxos migratórios, pela urbanização acelerada e pelos diversos ciclos econômicos que reconfiguraram territorialidades, sociabilidades e modos de vida. Nesse contexto, constituíram-se cidades, práticas culturais, experiências de resistência, memórias coletivas e formas de pertencimento que hoje compõem um patrimônio vasto, plural e essencial para a compreensão da história regional.

Entretanto, o patrimônio histórico-cultural não pode ser reduzido à dimensão material dos monumentos ou à preservação de objetos antigos. Como nos adverte Jacques Le Goff (1990), todo documento é também monumento, isto é, resultado de operações históricas e sociais que definem aquilo que deve ser lembrado, preservado ou silenciado. O patrimônio, portanto, não se apresenta como herança neutra do passado, mas como espaço de disputas simbólicas e políticas, no qual diferentes grupos sociais confrontam projetos de memória, narrativas históricas e formas de reconhecimento cultural. Preservar patrimônio significa, assim, também interrogar ausências, invisibilidades e esquecimentos historicamente produzidos.

Nessa direção, esta obra amplia significativamente a compreensão de patrimônio ao reunir pesquisas que, para além das edificações históricas, abordam acervos documentais, oralidades, memórias urbanas, práticas comunitárias, experiências educativas, manifestações culturais, arquivos pessoais, jornais, fotografias, territorialidades simbólicas e formas cotidianas de

produção da vida social. Trata-se de reconhecer que o patrimônio cultural também se manifesta nos saberes populares, nas experiências coletivas e nos modos de existência historicamente construídos pelos sujeitos comuns.

O sudoeste maranhense abriga um patrimônio profundamente diverso. Suas paisagens urbanas e rurais, seus acervos documentais, suas manifestações culturais e suas memórias sociais revelam experiências históricas marcadas pela diversidade cultural, pelos deslocamentos populacionais e pelas múltiplas formas de resistência social. Nesse sentido, esta coletânea reafirma a importância da pesquisa histórica e das ações de preservação como instrumentos fundamentais para a democratização da memória e para o fortalecimento dos vínculos de pertencimento coletivo.

Ao mesmo tempo, os textos aqui reunidos evidenciam o papel decisivo das universidades, centros de documentação, arquivos, museus e instituições culturais na salvaguarda da memória regional. Em um contexto marcado pela fragilidade das políticas públicas de preservação e pelas recorrentes ameaças ao patrimônio cultural brasileiro, iniciativas como esta assumem elevada relevância acadêmica, política e social. Como observa Françoise Choay (2001), o patrimônio constitui uma herança coletiva capaz de produzir continuidade histórica e fortalecer os vínculos identitários das sociedades com seus próprios processos históricos.

Os capítulos desta obra revelam ainda o compromisso de pesquisadores, pesquisadoras e instituições com a valorização da história regional e com a construção de uma consciência patrimonial crítica. Mais do que registrar vestígios do passado, esta coletânea busca problematizar

os sentidos sociais da memória, discutir as disputas em torno da preservação cultural e reafirmar o patrimônio como direito coletivo e dimensão fundamental da cidadania.

Assim, *Patrimônio histórico-cultural do sudoeste maranhense* apresenta-se como obra necessária e intelectualmente relevante. Necessária porque amplia os estudos sobre memória, patrimônio e história regional em uma área ainda marcada pela insuficiência de políticas sistemáticas de preservação cultural. Relevante porque reafirma, em tempos de apagamentos e destruições simbólicas, a urgência da defesa do patrimônio como dimensão essencial da vida social e da construção das identidades coletivas.

Que esta coletânea contribua para fortalecer os debates sobre patrimônio cultural, inspire novas pesquisas e amplie o compromisso coletivo com a preservação da memória histórica do sudoeste maranhense, reconhecendo-a como parte constitutiva da diversidade histórica e cultural da Amazônia brasileira.

Profa. Dra. Regina Celia Costa Lima
Centro de Documentação e Memória - CEDOM
Curso de História/UEMASUL
Instituto Histórico e Geográfico de Imperatriz-IHGI

APRESENTAÇÃO

O livro possui como objetivo principal examinar o Patrimônio Cultural Material e Imaterial da cidade de Imperatriz e o seu entorno, mais especificamente do Sudoeste Maranhense, também denominado de Região Tocantina. O espaço delineado é reflexo de inúmeras conjunturas políticas, históricas, geográficas, formatando, consequentemente, uma cultura totalmente singular como reflexo da sua constituição.

Quanto ao aspecto geográfico, destacamos que é um lócus margeado pelo rio Tocantins e que contorna o Bico do Papagaio/TO, portanto, possuindo grande relevo e sendo considerado um polo regional. Também, devemos grifar o bioma singular, dando os contornos de uma *Zona de Transição* entre o Cerrado, Amazônia e Mata dos Cocais. Do mesmo modo, em face dessas características plurais, recebeu inúmeras levas de migrantes ao longo da sua história, desde a sua gênese formativa até, recentemente, com novas ondas e fluxos de moradores, vindo, portanto, a se configurar como um estuário de oportunidades e sonhos.

No tocante detidamente a sua história, a cidade de Imperatriz e seu entorno sempre esteve presente com marca distintiva muito forte no cenário do Sudoeste maranhense, influenciando e construindo cenários e políticas. Nessas molduras, sublinhamos as caraterísticas atuais, focando sobremaneira no campo da educação, onde a região apresenta um elenco de universidades públicas e privadas, dando, por conseguinte, o semblante e apontando a cidade de Imperatriz como um futuro polo

universitários, ainda em processo de maturação.

Diante cenário plural e com realce para o mundo acadêmico, o IHGI vem, novamente, construir essa obra em sintonia colaborativa com a Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), buscando trazer à lume uma obra que possa contribuir com a história, política, geografia, comunicação e cultura regional. Ainda, a fim de adentrarmos nas obras, realçamos que o personagem principal é certamente a região Sudoeste do Maranhão e seus habitantes, como tentamos revelar com um olhar atento ao longo do livro, por meio de sua história e memória.

Conforme delineado, nosso conjunto de texto começa com a cidade de Imperatriz e a sua memória por meio do artigo de Daniela de Souza Cortez e Ilma Maria de Oliveira Silva intitulado *Qual o seu nome? Eu me chamo professora Iolanda*, possuindo como objetivo compreender o planejamento docente como prática reflexiva, analítica e formativa, precisamente a partir da trajetória da professora Iolanda com vista a revelar a sua caminhada marcada pela articulação entre teoria e prática, assim como pelo diálogo e pela valorização das experiências dos sujeitos.

Focando na memória dos movimentos sociais de Imperatriz, temos o artigo de Regina Celia Costa Lima e Fernanda Miler Lima Pinto, cujo título é *Movimentos Sociais e Participação Popular: O Protagonismo da PLURI em Imperatriz*, que possui como objetivo principal analisar o protagonismo da Plenária Urbana de Imperatriz (PLURI) no contexto dos movimentos sociais urbanos e das experiências de participação popular desenvolvidas em Imperatriz, Maranhão, entre as décadas de 1980 e 1990.

Na sequência, ainda na cidade de Imperatriz e educação, temos o artigo de Jean Pierr de Sousa Viana Figueiredo, Betania Oliveira Barroso e César Alessandro Sagrillo Figueiredo com o título *Centro de Ensino Estado de Goiás: Um Espaço Educacional de Registro da Memória e Vivência Docente na Cidade de Imperatriz - Maranhão*, possuindo como objetivo principal analisar a relevância dos espaços educativos como dispositivos de manutenção das histórias individuais e coletivas, evidenciando os impactos do encerramento de instituições tradicionais como o Centro de Ensino Estado de Goiás (CEEG), por meio do relato de vivência da professora Maria da Conceição M. Formiga.

Sobre a religiosidade regional, temos o artigo de Kléber Alberto Lopes de Sousa e Polyana Almeida Frota Lima com o título *Identidade, Missão e Diálogo: Da Evangelização Capuchinha no Centro-Sul do Maranhão* à *Perspectiva Ecumênica do Magnificat*, possuindo como objetivo principal estimular uma reflexão interdisciplinar sobre a formação do cristianismo no Centro-Sul do Maranhão, articulando a historiografia da missão dos Frades Capuchinhos Lombardos com a reflexão teológica ecumênico sobre a mariologia a partir de Martinho Lutero.

Por fim, temos o estudo sobre a região e a sua história, temos o artigo de Raimundo Primeiro dos Santos Pires e Roseane Arcanjo Pinheiro com o título de *Páginas de Ontem e Hoje: Memórias da Fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Imperatriz-MA* possuindo como objeto de estudo a trajetória do Instituto Histórico e Geográfico de Imperatriz-MA (IHGI), fundado em 1989, mas que não teve continuidade. Trinta e quatro anos depois, em 2023, com um novo quadro, a instituição foi refundada.

Fechando o livro, apresentamos o artigo de Carmem Barroso Ramos e Alcindo de Carvalho Holanda com o título *Cultura do Couro e do Sal no Sertão Maranhense: Uma Abordagem Bibliográfica e Historiográfica* em que os autores objetivam uma imersão nos saberes socialmente construídos de uma população fronteiriça, com características sertanejas tendo como base a cultura do couro e do sal

Prof. Dr. César Alessandro Sagrillo Figueiredo
PPGLLIT (UFNT) e PPGEPE (UFMA)
Licenciatura em Ciências Sociais (UFNT)
Instituto Histórico e Geográfico de Imperatriz-IHGI

SUMÁRIO

15

“Qual o seu nome? Eu me chamo professora Iolanda”

Daniela de Souza Cortez
Ilma Maria de Oliveira Silva

43

Movimentos Sociais e Participação Popular: o Protagonismo da Pluri em Imperatriz

Regina Celia Costa Lima
Fernanda Miler Lima Pinto

69

Centro de Ensino Estado de Goiás: Um Espaço Educacional de Registro da Memória e Vivência Docente na Cidade de Imperatriz - Maranhão

Jean Pierr de Sousa Viana Figueiredo
Betania Oliveira Barroso
César Alessandro Sagrillo Figueiredo

93

Identidade, Missão e Diálogo: Da Evangelização Capuchinha no Centro-Sul do Maranhão à Perspectiva Ecumênica do Magnificat"

Kléber Alberto Lopes De Sousa
Polyana Almeida Frota Lima

117

Páginas de Ontem e Hoje: Memórias da Fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Imperatriz-MA

Raimundo Primeiro dos Santos Pires
Roseane Arcanjo Pinheiro

141

"A Cultura do Couro e do Sal no Sertão Maranhense: Uma Abordagem Bibliográfica e Historiográfica"

Carmem Barroso Ramos
Alcindo de Carvalho Holanda

1

“Qual o seu nome? Eu me chamo professora Iolanda”

Daniela de Souza Cortez
Ilma Maria de Oliveira Silva



Daniela de Sousa Cortez

Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e mestre em Educação pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). É professora do Instituto Federal do Maranhão (IFMA), Campus Imperatriz. Possui experiência profissional nas áreas de orientação educacional, coordenação pedagógica em projetos de educação popular e docência no ensino superior. **Lattes:** http://lattes.cnpq.br/8348283201857854



Ilma Maria de Oliveira Silva

Doutora em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Integra o Grupo de Pesquisa Diálogos Interculturais e Prática Educativa do Programa de Pós-Graduação em Educação (PGEPE) da Universidade Federal do Maranhão/ MA. Pesquisa sobre Educação Escolar Indígena, no Tempo Presente. É professora Adjunta da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL) e do Mestrado em Educação e Práticas Educativas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

CAPÍTULO 1

"QUAL O SEU NOME? EU ME CHAMO PROFESSORA IOLANDA"

Resumo

O artigo "Qual o seu nome? Eu me chamo Professora Iolanda", tem como objetivo compreender o planejamento docente como prática reflexiva, analítica e formativa. Iniciamos apresentando a trajetória formativa da professora Iolanda Eulina de Sousa Cortez e o plano de aula como instrumento necessário na prática docente. Utilizamos como metodologia, a análise documental de cadernos de planejamento, registros e narrativas de vida da professora supracita como fontes primárias. Assim, privilegiamos a memória como categoria analítica e a escrita como prática formativa, permitindo acessar dimensões subjetivas, profissionais e históricas da docência. Os resultados evidenciam que o planejamento ultrapassa sua dimensão técnica, configurando-se como um processo contínuo de reflexão, decisão e reconstrução da prática pedagógica. A trajetória da professora Iolanda revela a docência como uma caminhada formativa, marcada pela articulação entre teoria e prática, pelo diálogo e pela valorização das experiências dos sujeitos. Além disso, destacamos a potência das narrativas de vida na ressignificação das experiências e na construção de saberes docentes. Concluímos que o planejamento, quando compreendido de forma crítica e contextualizada, constitui-se como espaço de autoria, formação e transformação, contribuindo para a construção de práticas educativas mais significativas e humanizadoras.

Palavras-chave: Trajetórias; Narrativas; História de Vida.

"WHAT IS YOUR NAME? MY NAME IS PROFESSOR IOLANDA"

Abstract

The article "What Is Your Name? My Name Is Professora Iolanda" aims to understand teaching planning as a reflective, analytical, and formative practice. It begins by presenting the formative trajectory of Professora Iolanda Eulina de Sousa Cortez and the lesson plan as a necessary instrument in teaching practice. The methodology is based on documentary analysis of planning notebooks, records, and life narratives of the aforementioned professor as primary sources. Thus, memory is privileged as an analytical category and writing as a formative practice, enabling access to subjective, professional, and historical dimensions of teaching. The results show that planning goes beyond its technical dimension, configuring itself as a continuous process of reflection, decision-making, and reconstruction of pedagogical practice. Professor Iolanda's trajectory reveals teaching as a formative journey, marked by the articulation between theory and practice, dialogue, and the appreciation of individuals' experiences. Furthermore, the power of life narratives stands out in the resignification of experiences and in the construction of teaching knowledge. It is concluded that planning, when understood in a critical and contextualized way, constitutes a space for authorship, formation, and transformation, contributing to the development of more meaningful and humanizing educational practices.

Keywords: Trajectories; Narratives; Life History.

1. Para início de conversa, uma saudade, muitas memórias

Existem tempos, uma expressão conjugada no plural, carregada de "bagagens" de ensinamentos e afetos, marcas sentimentais. É um mergulho profundo nas nossas memórias, um abraço que envolve a nossa caminhada a nossa história. Saudade que não passa, ela chega e te cumprimenta, encontra morada. É impossível dispensá-la, é um processo cíclico de chegadas. Uma saudade vivida no trânsito de tempos que se cruzam entre o passado, o presente e o futuro. Partidas que se encontram com as chegadas.

Assim, iniciamos este artigo trazendo, em seu título, a marca registrada da professora Iolanda Eulina de Sousa Cortez[1], como ela gostava de ser apresentada "Professora Iolanda". Entre as diversas produções acadêmicas que abordam a formação docente, este estudo foi concebido, gestado e desenvolvido com o propósito de dialogar tanto com o público em geral quanto com especialistas da área. Não tivemos como objetivo reportar referenciais teóricos já amplamente explorados, considerando que inúmeros pesquisadores o fazem com reconhecida maestria. Buscamos, antes, compartilhar com a comunidade uma parcela significativa do cotidiano simples e, ao mesmo tempo, valioso, que atravessa a história de vida de uma professora nordestina, cuja trajetória se entrelaça à de tantos outros professores/as que vivenciam o espaço da sala de aula.

Ao compreendermos a escrita como prática reflexiva, partimos, sobretudo, das aprendizagens, dos estímulos e dos afetos suscitados pela professora Iolanda que, embora não esteja fisicamente presente, permanece

1 Doravante chamaremos de Professora Iolanda.

viva em nossas memórias e nas de todos aqueles que tiveram a oportunidade de conhecê-la e conviver com ela. Nesse sentido, entendemos que este artigo se constitui a partir de uma articulação entre memória, formação e temporalidade, o que nos permitiu acessar dimensões profundas relacionadas, inclusive, à nossa própria formação.

O diálogo com as reflexões de Marie-Christine Josso (2007) reforça a compreensão de que as narrativas de formação possibilitam aos sujeitos atribuírem sentido às suas vivências, transformando-as em conhecimento e contribuindo para processos de autoformação. Nessa perspectiva, os escritos aqui analisados configuram-se como importantes fontes de pesquisa, uma vez que revelam modos de pensar, agir, significar e se relacionar com a docência.

É nesse horizonte permeado por memórias ainda vívidas, decorrentes da convivência com a professora Iolanda, que decidimos socializar a análise de alguns de seus cadernos de planejamento, articulados a registros sobre a prática docente. Para além desta publicação, a análise dessas memórias e escritos revela o recorte de uma trajetória que percorre desde a educação básica até o ensino superior, marcada por um sólido compromisso político, ético e técnico com a gestão escolar e com a docência em sala de aula. Tal percurso reforça a relevância da divulgação desses registros.

Todo o processo de organização do material buscou compreender de que modo a trajetória da professora Iolanda e suas escritas contribuem para a reflexão sobre a formação docente. Mais do que uma abordagem de cunho biográfico, trata-se de um relato que assume a memória como categoria analítica e a escrita como prática formativa, evidenciando os saberes construídos ao longo da experiência profissional.

Dessa forma, a questão que orienta este estudo é: de que maneira as memórias e as escritas da professora Iolanda, analisadas *in memoriam,* contribuem para a compreensão dos processos de formação docente no contexto do ensino superior? A partir desse questionamento, buscamos analisar as narrativas e os registros produzidos pela professora, identificando elementos que evidenciam a construção de sua identidade docente e suas contribuições para a formação de futuros professores. Ademais, objetivamos apresentar sua trajetória de vida, analisar a escrita como espaço de reflexão sobre a prática pedagógica e discutir as implicações dessas narrativas para a docência.

A relevância deste estudo reside na valorização da memória docente como patrimônio formativo, bem como na possibilidade de ampliar as compreensões sobre os processos de formação no ensino superior, especialmente no campo das licenciaturas. Além disso, ao tratar de uma professora *in memoriam*, o trabalho assume também uma dimensão ética, afetiva e simbólica, ao reconhecer e preservar o legado de uma trajetória que continua a produzir sentidos, significados e aprendizagens para a formação de novos docentes.

Por fim, ressaltamos que todo o processo de escrita foi atravessado por pausas, idas e vindas, sentimentos de saudade e lembranças que permearam a construção deste artigo. Nesse contexto, emerge uma indagação: como dissociar a escrita acadêmica daquilo que somos e do que sentimos? Não pretendemos ter uma resposta definitiva; ao contrário, assumimos uma escrita que se constitui na articulação entre nossas convicções acadêmicas e nosso modo de ser e estar no mundo.

2. História de vida: de Campo Redondo/RN à Imperatriz/MA

Nos trilhos das memórias, buscamos registrar os caminhos percorridos pela professora Iolanda. Trata-se de uma escrita em primeira pessoa do singular, que explora a relação entre espaço e tempo, configurando-se a partir de experiências de vida vinculadas à família e ao trabalho, por meio de relatos que marcaram a trajetória dessa professora nas suas múltiplas dimensões.

Portanto, a decisão de iniciar este artigo situando a trajetória da professora Iolanda a partir de sua própria escrita fundamenta-se em um posicionamento ético e epistemológico que valoriza tais registros como patrimônio imaterial. Trata-se de reconhecer que essas narrativas não pertencem apenas ao âmbito individual, mas constituem um legado coletivo, especialmente para aqueles que vivenciam e constroem cotidianamente o campo da educação.

Figura 1: Formatura da Escola Doméstica de Natal no ano de 1962



Fonte: Acervo familiar.

E assim, Professora Iolanda começa a contar um pouco da sua história[2]...

Nasci na fazenda Maravilha, situada no povoado de Cacimba Redonda, pertencente à cidade de Santa Cruz-RN, no dia 10 de julho de 1940. Filha de José Ivo de Sousa e Maria Stela Pacheco de Sousa (in memoriam), sou a terceira de um número de seis filhos: Nobaldo Pacheco de Sousa, Alba Pacheco Penha, Zélia Pacheco Xavier de Sousa, Maria Francinete de Sousa Pacheco e Antônio Alberto Ivo de Sousa. A fazenda Maravilha marcou a história de vida dessa família. Inicialmente meu pai trabalhava com agricultura, tendo como principal atividade a plantação de algodão, destacando-se como beneficiamento de algodão. Anos mais tarde, a fazenda foi vendida e administrada por meu pai, com um prazo de pagamento de 10 anos, negócio de "pai para filho". Recordo-me bastante da festa que foi oferecida aos familiares, amigos e moradores da propriedade. Esta produzia algodão moco de fibra longa, sendo considerada a maior produção, além do algodão verdão, milho, feijão, fava, melancia, jerimum, batata-doce e outros. Disponham de um açude que fazia a alegria das crianças, jovens, adultos e idosos. Todos aprendiam a nadar e se deliciavam com um banho maravilhoso.

A várzea que ficava atrás do açude era cheia de cana de açúcar, coqueiro, goiabeira, mangueira, mamoeiro, cajueiro, pinheira além dos famosos imbuzeiros. A fazenda chegou a agregar mais de 100 famílias, que tinham a liberdade de plantar tudo que quisessem, apenas a produção de algodão era de meia.

2 Os trechos apresentados em itálico correspondem a transcrições integrais dos escritos da Professora Iolanda.

Como nem só de trabalho e pão vive o homem, tornava-se necessário alegria, comemoração, festejos. Assim, todo mês comemorávamos os santos juninos, Santo Antônio, São João e São Pedro. No São João era organizada uma senhora festa. Fogueira, fogos, comidas típicas, pamonha, canjica, milho assado e cozido, bolo, pé de moleque e muitas outras iguarias que garantia a nutrição necessária para a véspera e dia de São João.

Nesse emaranhado de tantas atividades e vivências, a família ia crescendo e surgia a necessidade de escola e aprendizagem, de conhecimento. Mas também se detecta que, por não ter escola, quem vai ensinar? Coube à minha mãe que tinha o curso primário a tarefa de nos alfabetizar.

Em seguida, tivemos professores como professor Inácio e professora Fracinete Borges Santana. Estudávamos com os filhos dos moradores, não havia na nossa mente nenhuma diferença, éramos iguais. Estudávamos juntos e brincávamos juntos.. De uma coisa eu lembro: na época tinha como penalidade à palmatória, como não aceitava apanhar, sempre gostei de saber e de estudar.

O tempo estava se passando, não havia escola pública nem privada que pudéssemos dar continuidade aos nossos estudos. O que fazer? No ano de 1953 fomos estudar no internato Jesus Menino em Currais-Novos. Lá cursei o 4º ano primário. Dei continuidade aos meus estudos em Santa Cruz, na casa de meus padrinhos Estelita, irmã de minha mãe, e Cícero Pinto. Cursei a admissão ao Ginásio no Grupo Escolar Quintino Bocaiúva. Os meus padrinhos que me acolheram muito bem deixaram Santa Cruz e foram morar em Campestre. Permaneci em Santa Cruz, desta vez, na casa de uma família maravilhosa: Aí então, cursei o Ginásio Normal Regional, a primeira qualificação para ser professora. Na época morava também com eles Maria do Carmo, irmã de Miguel Farias,

pessoa maravilhosa e que muito me ajudou, pois nessa época eu só tinha 15 anos.

Após alguns anos, pensei em construir uma família, ter um companheiro, ser esposa e mãe, uma excelente dona de casa e uma boa anfitriã. Já havia aprendido muita coisa com minha mãe como: costurar, bordar, cozinhar, lavar, passar, arrumar a casa e muitas outras tarefas indispensáveis a uma boa gestora do lar. Assim sendo, fui para Natal estudar na Escola Doméstica de Natal.

Nesta escola era o estilo e o refinamento de tudo que eu já sabia. Tive oportunidade de acesso aos mais belos e valiosos ensinamentos, exemplos e orientações de vida para a vida. Dirigida pela professora Noilde Ramalho, juntamente com uma equipe de pessoas maravilhosas e comprometidas que contribuíram muito para a minha formação como pessoa. Todo momento agradeço a Deus pelos pais que tive, pelos irmãos e irmãs que tenho, mas a Escola Doméstica de Natal fez a diferença em minha vida.

Assim, sendo preparada para ser esposa e mãe e com o início de uma formação profissional, perco meu pai, muito jovem, com apenas 45 anos de idade, em um acidente de carro no dia 1º de outubro de 1960. A partir daí começo a pensar em um casamento. E assim, no dia 28 de dezembro de 1963 casei com José Orestes Cortez, filho de Orestes Dantas Cortez e Maria das Dores Cortez (in memoriam). Tivemos quatro filhos maravilhosos: Deise de Souza Cortez, Denise de Souza Cortez, Denilson de Sousa Cortez e Daniela de Sousa Cortez. Somos felizes pelas coisas boas que temos, graças a Deus e aos nossos esforços, todos são graduados, todos são especialistas nas suas áreas de conhecimento e Daniela encontra-se no momento cursando o Mestrado em Educação e Denise, cursando mais uma graduação agora em Direito. Sinto e sei que todos são gente que gosta de gente.

A partir desse momento, posso relatar a minha jornada de trabalho desenvolvida na educação em Campo Redondo, meu querido torrão natal, quando nasci era um povoado do município de Santa Cruz e hoje cidade emancipada desde 1963. Na época Campo Redondo contava com duas escolas estaduais, uma na zona rural na Serra do Doutor, administrada por Dona Dulce, professora exemplar, de muita competência, responsabilidade e compromisso, e a outra na zona urbana, sob a direção do professor José Borges de Oliveira.

Após uma campanha política no ano de 1968, foi escolhido pela maioria dos habitantes, Luís de Sousa, para prefeito. Este juntamente com o Deputado Marcílio Furtado que aprovou sua candidatura fizeram-me um convite para ocupar a direção da Escola Estadual Dr. José Borges de Oliveira, cujo convite foi aceito por mim com uma condição: que todos os recursos humanos necessários para a escola seriam de nossa competência, diretora e professores da mesma. Já me preocupava com a interferência político-partidária na educação, muitas vezes prejudicando o andamento das atividades escolares.

Assumimos a direção da Escola Estadual Dr. José Borges de Oliveira em 1989 com todos os professores e funcionários já indicados por nós. Juntos formamos uma boa equipe e procuramos desenvolver as mais audaciosas tomadas de decisões e atividades, tanto na área administrativa como na área pedagógica e social que contribuíssem para melhorar a qualidade da educação em Campo Redondo como implementação do planejamento semanal como ferramenta essencial para execução de um bom trabalho, a prática de reuniões bimestrais de pais e mestres, a cultura da participação de todos os componentes da escola, tanto externa como interna, avisos, orientações e aconselhamento diário aos alunos no pátio antes de entrarem para as salas,

hasteamento da bandeira, desfile cívico e outras medidas que foram tomadas visando o desenvolvimento de Campo Redondo como sociedade em geral e o nível de aprendizagem de todos os alunos em especial.

Não posso deixar de citar a Banda Marcial organizada e coordenada pelo maestro Dedé, que exercia a função de vigia. O mesmo conseguiu formar uma banda com um ritmo singular e inconfundível que dava vida, entusiasmo e engrandecia o espírito cívico e de patriotismo que aflorava em todos nós na Semana da Pátria. Um show de ritmo mantinha uma academia perfeita que satisfazia aos mais exigentes ouvintes, completava com o som das cornetas e encerrava com um belo desfile no dia 7 de setembro. Era uma demonstração de civismo, entusiasmo, compromisso, alegria, unidade, muita fé e amor dentro de um contexto sócioeconômico, político, cultural na luta pela verdadeira independência e consequentemente, melhoria da qualidade de vida e o exercício da cidadania. Mas o nosso trabalho não se limitava aos muros da escola. Tornava-se real a cada dia a necessidade de extrapolarmos os muros da mesma para que assim pudéssemos conquistar o apoio da sociedade e especialmente o apoio dos pais dos alunos. Na época, administrávamos sem orçamento, hoje tudo é bem mais fácil, sabendo-se que os resultados não são fáceis. Para melhorar este aspecto econômico, organizamos a Festa Junina na escola para arrecadarmos fundos para cobrir algumas despesas do dia a dia.

Para concretizar as atividades além dos muros, a direção representando o setor da educação do município participava de uma Comissão Interinstitucional criada pelo Programa CRUTAC da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob a orientação de uma enfermeira, assistente social com representantes dos setores da educação, saúde e assistência social. Esta comissão realizava um diagnóstico da

realidade, orientava as associações de moradores e contribuía para a construção de fossas sépticas, distribuição de filtros, orientações sobre saúde e higiene, combate à verminose, entre outras ações.

Chegamos aqui (Imperatriz) em julho do ano de 1975, vendemos alguns bens que tínhamos e compramos terra no Maranhão. Para legalizar a minha ausência, enquanto professora concursada e nomeada, tirei uma licença para tratar de interesses particulares por dois anos. Moramos seis meses em Imperatriz e resolvemos morar na terra em plena mata alta e com estradas vicinais em péssimo estado de conservação. Se tratando de natureza, era tudo muito lindo, uma mata belíssima, uma fauna riquíssima e muita água. Neste lugar afrodisíaco engravidei de Daniela e como já estava completando dois anos, em julho de 1977 voltei para Rio Grande do Norte.

À direção da escola a vaga passou a ser ocupada por Maria Odila Gomes Dantas, muito competente, responsável e comprometida com seu trabalho. Me ajudou bastante, e o de supervisora, hoje coordenadora pedagógica, ocupado por Zélia André e a Secretária Dorinha que eu considerava meu braço direito, desenrolava toda dificuldade sempre disposta em busca de uma solução. Contávamos com o quadro de professores conscientes da necessidade de melhorar o nível de escolaridade, avançar e propiciar um trabalho de qualidade. Era uma equipe coesa. comprometida, responsável e acima de tudo, amiga. Nunca encontramos bloqueio para realizarmos qualquer atividade que fosse necessária.

Como me preocupava com a educação e o futuro de Campo Redondo, falei pessoalmente com o Deputado Marcilio Furtado e o Governador, na época Dr. Lavoisier Maia e em seguida, oficializei a solicitação de mais uma escola para o município. Fiquei feliz, uma vez que os mesmos cumpriram

com a palavra com a construção da Escola Estadual Maria Arione.

Consciente que necessitava de mais conhecimentos para atender as necessidades do povo que me procurava para tirar suas dúvidas, me submeti a um vestibular de Pedagogia, fui aprovada e passei a frequentar o curso em Currais Novos, no campus da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

E para completar as atividades desenvolvidas pela equipe que extrapolou os muros da escola, fomos convocados para coordenarmos a festa da Padroeira da Cidade Nossa Senhora de Lourdes. Assim, no ano de 1979, fizemos este trabalho com muita seriedade, conseguimos atingir os objetivos esperados. Demonstramos mais uma vez que tínhamos responsabilidade, transparência, justiça e honestidade, pois quando se trata do dinheiro do povo para melhoria do povo, tem que ser tratado com muita seriedade.

Assim, passo a encerrar minha carreira profissional no Rio Grande do Norte com a sensação do dever cumprido, sabemos que palavras voam, mas os exemplos ficam. Sou consciente que o que pude fazer de melhor pela educação, fiz, se errei em alguma coisa era tentando acertar. Tenho consciência que deixei bons exemplos de valores e princípios, que os carrego até hoje e acredito neles.

Como meu esposo José Orestes tinha ficado no Maranhão e os filhos crescendo, era necessário estarmos juntos. Em 1980 voltamos para o Maranhão. Desta vez eu trazia uma aprovação no vestibular em Pedagogia e mais uma filha, Daniela. Aqui no Maranhão terminei o curso de Pedagogia, comecei a trabalhar em escolas particulares em 1983 e em escola pública no ano de 1986. Fiz concurso em 1992, fui aprovada, não me deixaram tomar posse. Em 1997, fiz outro concurso, fui aprovada e dessa vez tomei posse, passei a trabalhar em uma escola estadual. Em 1995 fiz concurso para

a Universidade Estadual do Maranhão, fui aprovada e tomei posse. Fui professora do Projeto Crescer, um curso modulado, um material excelente para formação de professores em nível médio. Foi uma grande experiência.

As atividades em Imperatriz são imensas, muitas palestras, congressos, conferências, encontros. Fiz especialização em Metodologia do Ensino Superior e um Mestrado em Ciências da Educação. Hoje estou com 73 anos de idade, estou aposentada, frequento uma academia, faço caminhada, sempre vou às serestas para dançar, frequentamos as praias do rio Tocantins e assim, vou aproveitando a vida. Os filhos estão todos casados, tenho seis netos sendo três homens e três mulheres e um bisneto.

Para finalizar, tenho muitas saudades do Rio Grande do Norte. O trabalho ali realizado marcou muito a minha vida como um todo. Agradeço ao grupo por esta iniciativa e parabenizo pela criatividade e capacidade de resgatar um pouco a história daqueles que contribuíram para o crescimento e desenvolvimento de nossa terra, Campo Redondo, Rio Grande do Norte, Brasil.

Imperatriz-MA, 05 de setembro de 2013.

3. O planejar como caminhada: as escritas do caderno de páginas amareladas

Eis que nos deparamos com escritas que relatam uma trajetória profissional que se inicia no Rio Grande do Norte e se estende até o Maranhão, sendo marcada por múltiplas situações de aprendizagem, desafios e superações. Nesse contexto, destacamos a postura do SER professor(a), que se entrelaça à identidade da mulher

nordestina, constituindo-se e reconstituindo-se nos enfrentamentos da vida cotidiana.

Para dar continuidade a um de nossos objetivos, realizamos uma análise documental, utilizando como fonte de pesquisa três cadernos de anotações da professora Iolanda. Delimitamos um recorte temporal entre os anos de 2002 e 2006, selecionando registros que evidenciam as marcas do tempo e uma rotina docente permeada por estudos e anotações carregadas de sentido filosófico e político. Nesse ponto, as reflexões de Paulo Freire ganham centralidade ao afirmarem que não existe prática educativa neutra.

Conforme Paulo Freire (2003, p. 101), "a educação teria de ser acima de tudo uma tentativa constante de mudança de atitude". Nessa perspectiva, o planejamento deixa de ser uma atividade meramente técnica e passa a assumir um papel formativo, articulando objetivos, conteúdos, metodologias e avaliação de maneira coerente. Tal compreensão está diretamente relacionada à concepção de professor reflexivo, que analisa criticamente sua prática e a reconstrói continuamente, conforme pensa destaca Selma Garrido Pimenta (1999).

Dessa forma, o plano de aula, em qualquer nível de ensino, não deve ser compreendido como um documento estático, mas como uma ferramenta dinâmica que expressa a intencionalidade pedagógica, contribuindo assim para uma formação crítica e significativa.

Ao analisarmos um dos cadernos que reúne registros de planejamento, observamos, de modo significativo, a presença de anotações detalhadas referentes aos planos de aula. Trata-se de uma organização sequencial de etapas a serem desenvolvidas, na qual se evidencia a valorização da escuta ativa como princípio orientador da prática

pedagógica. Nesse ambiente da sala de aula, professora Iolanda demonstra interesse genuíno pelas falas dos estudantes.

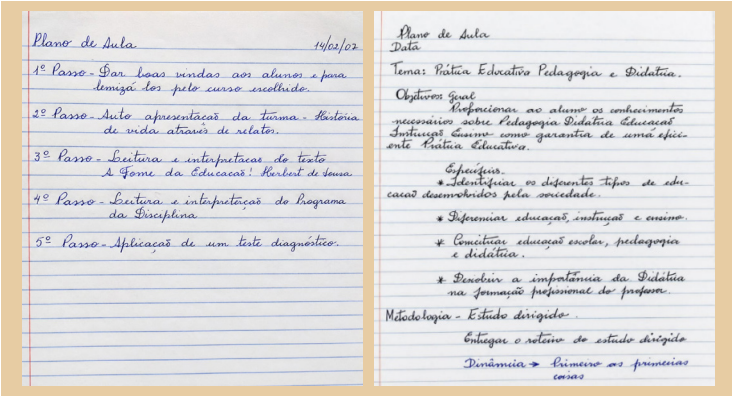
Além disso, iniciar uma disciplina a partir da escuta das histórias de vida dos estudantes revela uma compreensão ampliada do ato educativo, ao reconhecer a importância do diálogo como movimento de "ir e vir" entre falar e escutar. Tal perspectiva reafirma a centralidade da interação como elemento constitutivo do processo pedagógico, atribuindo sentido às experiências dos sujeitos envolvidos.

Embora, à primeira vista, possa parecer um aspecto banal ou de pouca relevância no contexto escolar, especialmente no âmbito acadêmico, ao nos debruçarmos sobre as principais teorias da aprendizagem, encontramos em Jean Piaget (2014) uma importante articulação entre os aspectos intelectuais e afetivos do desenvolvimento humano. O autor sustenta que inteligência e afetividade, embora distintas, são dimensões indissociáveis que permeiam toda a conduta humana.

Nessa perspectiva, não há uma dimensão puramente afetiva desvinculada de elementos cognitivos, assim como não existe atividade intelectual isenta de implicações afetivas. Tal compreensão reforça a necessidade de reconhecer, no contexto educativo, a integração entre cognição e afetividade como elemento central nos processos de ensino e aprendizagem. Para Wallon (1975, p.69) "A afetividade e a inteligência constituem dois aspectos inseparáveis do desenvolvimento psíquico"

Como podemos ver, no registro (Figura 2) o respeito pelo outro, aqui os/as alunos/as, dispensado pela Profa. Iolanda. O primeiro passo do plano aula se dava no acolhimento, na abertura para escuta dos/as, na valoração das escolhas destes/as.

Figura 2: Registro do roteiro de aula e do Plano de Aula


Plano de Aula 14/02/07

1º Passo - Dar boas vindas aos alunos e parabenizá-los pelo curso escolhido.

2º Passo - Auto apresentação da turma - História de vida através de relatos.

3º Passo - Leitura e interpretação do texto A Fome da Educação! Herbert de Souza

4º Passo - Leitura e interpretação do Programa da Disciplina

5º Passo - Aplicação de um teste diagnóstico.

Plano de Aula
Data

Tema: Prática Educativo Pedagogia e Didática.

Objetivos Geral
Proporcionar ao aluno os conhecimentos necessários sobre Pedagogia Didática Educação Instituição Ensino como garantia de uma eficiente Prática Educativa.

Específicos.
* Identificar os diferentes tipos de educação desenvolvidos pela sociedade.
* Diferenciar educação instituição e ensino.
* Conceituar educação escolar, pedagogia e didática.
* Descobrir a importância da Didática na formação profissional do professor.

Metodologia - Estudo dirigido.
Entregar o roteiro do estudo dirigido
Dinâmica → Primeiro as primeiras coisas

Fonte: Acervo familiar.

É importante destacar que os cadernos de registros da Professora Iolanda, aqui considerados como fontes riquíssimas de sua trajetória profissional, reúnem diversas anotações de estudos, reflexões, planos de aula e roteiros de ação, os quais, em alguns momentos, são denominados por ela como “plano de ação” e, em outros, como “plano de aula”.

A partir dessa análise, foi possível identificar um movimento constante de reflexão sobre a prática, evidenciado no ato de pensar a ação pedagógica, considerando as especificidades da sala de aula, como o perfil da turma e as demandas do cotidiano docente. Trata-se, portanto, de uma forma sistemática de organização do fazer pedagógico.

Observamos, ainda, que o plano de aula se configura tanto em sua dimensão técnica quanto filosófica, enquanto o plano de ação assume um caráter mais pessoal, voltado à organização das atividades a serem desenvolvidas. Para Libâneo (1994, p.221) “ O planejamento escolar é uma

tarefa docente que inclui tanto a previsão das atividades didáticas quanto a sua revisão e adequação no decorrer do processo de ensino".

Entre as diversas anotações, a expressão "passo" chama-nos a atenção. Ao estabelecermos uma analogia, compreendemos que a docência pode ser interpretada como uma caminhada não linear, construída gradativamente, passo a passo, entre avanços, desafios, descobertas e reinvenções. Ser professor(a), nesse sentido, não se restringe ao exercício de uma função técnica, mas configura-se como um percurso humano, formativo e reflexivo, desenvolvido ao longo do tempo.

Nessa perspectiva, torna-se evidente na análise dos elementos constitutivos do planejamento da referida professora. No segundo "passo" de seu plano de aula, destaca-se a ação metodológica de "ouvir as histórias de vida" dos estudantes. Tal prática, de caráter humanizador, não deve ser compreendida como secundária no ensino superior, uma vez que se constitui como princípio fundamental para a construção de uma educação mais significativa e transformadora. Ela demanda sensibilidade, reflexão contínua e o compromisso com uma prática que reconheça o estudante em sua totalidade cognitiva, social e emocional. Trata-se de uma caminhada desafiadora, mas possível, sustentada por perspectivas de resistência e esperança.

Um ambiente educativo fundamentado no diálogo, na empatia e no respeito favorece a aprendizagem colaborativa e o desenvolvimento do pensamento crítico. Tal perspectiva aproxima-se das concepções de Paulo Freire, que defende uma educação dialógica, na qual professor e estudante aprendem conjuntamente, em uma relação pautada na humanização.

De acordo com Marie-Christine Josso (2004), a formação se constrói a partir das experiências de vida que se tornam formadoras quando são refletidas e ressignificadas pelo sujeito. Essa perspectiva evidencia que a trajetória docente não se inicia apenas na formação inicial, mas se constitui ao longo de toda a vida, envolvendo memórias, vivências escolares e práticas sociais. Assim, o professor configura-se, simultaneamente, como produto e produtor de sua própria formação. Para (Pimenta, 1999, p.45) "O planejamento não é um ato neutro nem meramente técnico; ele expressa uma concepção de educação, de homem e de sociedade, orientando a prática pedagógica".

4. O planejar para além do documento: um mover-se na vida para a vida

Ao analisarmos os registros da Professora Iolanda, retomamos as reflexões freireanas, que oferecem importantes contribuições não apenas para a compreensão do planejamento docente, mas também para a compreensão do papel do/a professor/a no mundo. Para Paulo Freire, a educação constitui-se como um ato político, comprometido com a transformação da realidade. Nesse sentido, todo o movimento envolvido no planejamento de uma aula — desde a seleção de materiais, leituras e produções escritas até as escolhas metodológicas, a organização dos recursos e as formas de avaliação, está sustentado por uma concepção filosófica de educação.

A professora Iolanda defendia que a aprendizagem só se efetiva quando o(a) aluno/a está envolvido(a)

de forma plena no processo educativo. Dessa forma, o planejamento configura-se como um instrumento essencial, especialmente ao considerarmos que cada sala de aula é constituída por sujeitos com trajetórias, experiências e histórias de vida diversas. Nesse contexto, planejar implica reconhecer tais singularidades e construir práticas pedagógicas que dialoguem com essa diversidade.

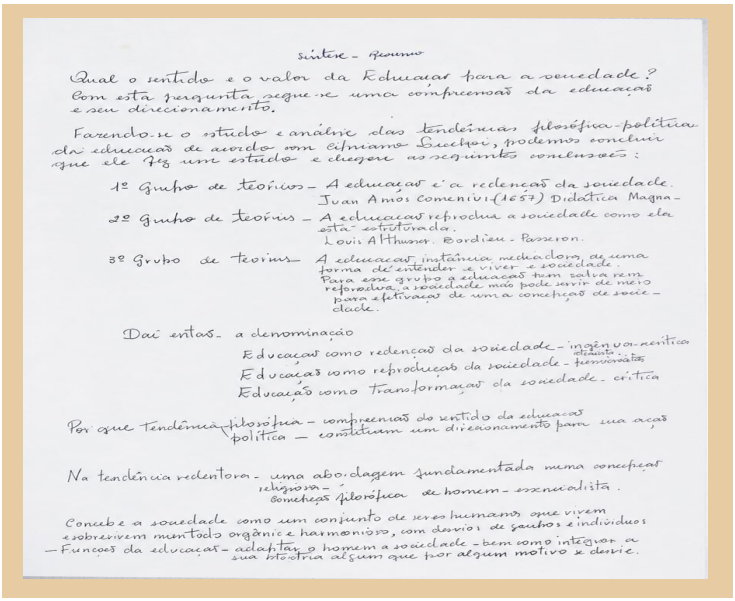
Para o professor, Francisco de Assis Carvalho de Almada (2026)

> [...] existem pessoas que não podem ser traduzidas por nenhum verbo, porque nenhum deles mostram sua magnitude. A professora Iolanda era uma dessas pessoas. Convivi com ela por alguns anos. Foi uma relação marcada pelo respeito, pela generosidade e por aprendizagens que levarei comigo por toda a vida. Aprendizagens que minha formação inicial não me deu, mas adquiri com ela. Foi uma convivência saudável, em que o diálogo, a escuta e o compromisso com a formação humana e acadêmica se faziam presentes na simplicidade e na leveza do cotidiano tecido trilhado por ela. Sua postura ética e sensível deixava marcas profundas em todos que com ela partilhavam experiências. Sempre a vejo com a sabedoria de O Pequeno Príncipe de Antoine de Saint-Exupéry. Ou seja, alguém que, ao passar pela vida das pessoas, deixa um pouco de si e leva um pouco de cada um. Esses ensinamentos ficaram porque não eram impostos, mas vividos. Mesmo sendo difícil escolher um verbo para traduzi-la - e que os outros não fiquem bravos - escolho a GRATIDÃO.

Nesse sentido, o planejamento, para a professora Iolanda, ultrapassa a centralidade dos conteúdos cognitivos. Esse modo de compreender e vivenciar a docência atravessa o sujeito em sua multidimensionalidade. Os afetos, as experiências e as vivências também constituem dimensões formativas tão relevantes quanto os aspectos cognitivos.

Dessa forma, o planejamento deve estar alinhado a uma concepção de educação que valorize o diálogo, a problematização e a construção coletiva do conhecimento.

Figura 3: Caderno de planejamento (2002)



Síntese - Resumo

Qual o sentido e o valor da Educação para a sociedade?
Com esta pergunta segue-se uma compreensão da educação e seu direcionamento.

Fazendo-se o estudo e análise das tendências filosófica-política da educação de acordo com Cipriano Luckoi, podemos concluir que ele fez um estudo e chegou as seguintes conclusões:

1º Grupo de teóricos - A educação é a redenção da sociedade.
Juan Amos Comenius (1657) Didática Magna -

2º Grupo de teóricos - A educação reproduz a sociedade como ela está estruturada.
Louis Althusser. Bordieu - Passeron.

3º Grupo de teóricos - A educação instância mediadora de uma forma de entender e viver a sociedade.
Para esse grupo a educação bem salva nem reproduz a sociedade mas pode servir de meio para efetivação de uma concepção de sociedade.

Daí então - a denominação
Educação como redenção da sociedade - ingênua - acrítica
Educação como reprodução da sociedade - ideologia - pressionistas
Educação como transformação da sociedade - crítica

Por que tendência filosófica - compreensão do sentido da educação
política - constituem um direcionamento para sua ação

Na tendência redentora - uma abordagem fundamentada numa concepção religiosa -
Concepção filosófica de homem - essencialista.

Concebe a sociedade como um conjunto de seres humanos que vivem e sobrevivem num todo orgânico e harmonioso, com desvios de grupos e indivíduos
- Funções da educação - adaptar o homem a sociedade - bem como integrar a sua história algum que por algum motivo se desvie.

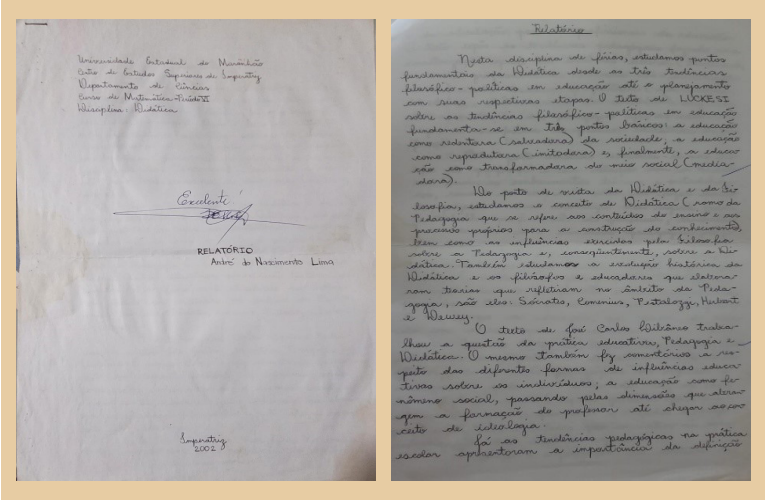
Fonte: Acervo familiar.

A sintonia observada entre as anotações do estudo, os roteiros, os planos de aula, as escritas reflexivas e as atividades avaliativas evidenciam uma busca sistemática

pela coerência entre o pensar e o fazer docente. Ao partir do questionamento sobre o sentido e o valor da educação para a sociedade, entendemos que a prática pedagógica consciente de que tipo de ser humanos queremos formar foi o alicerce fundante da docência da professora Iolanda. Trata-se de um eixo estruturante recorrente em seus processos formativos, seja no âmbito da licenciatura, seja em cursos e palestras, materializado na indagação constante: que tipo de ser humano e de sociedade estamos contribuindo para formar.

Nesse contexto, podemos considerar que tais elementos remetem ao que, por vezes, é compreendido como o "básico" da ação docente, ainda que esse básico possua caráter essencial e estruturante. A clareza e o domínio dos conteúdos a serem trabalhados, articulados aos aspectos didáticos e aos fundamentos filosóficos, configuram uma prática educativa consistente, capaz de potencializar a ação humana no mundo.

Figura 4: Atividade avaliativa: relatório


Universidade Estadual do Maranhão
Centro de Estudos Superiores de Imperatriz
Departamento de Ciências
Curso de Matemática-Período II
Disciplina: Didática

Excelente!

RELATÓRIO
André do Nascimento Lima

Imperatriz
2002

Relatório

Nesta disciplina de férias, estudamos pontos fundamentais da Didática desde as três tendências filosófico-políticas em educação até o planejamento com suas respectivas etapas. O texto de LUCKESI sobre as tendências filosófico-políticas em educação fundamenta-se em três pontos básicos: a educação como redentora (salvadora) da sociedade; a educação como reprodutora (imitadora) e, finalmente, a educação como transformadora do meio social (mediadora).

Do ponto de vista da Didática e da Filosofia, estudamos o conceito de Didática (ramo da Pedagogia que se refere aos conteúdos do ensino e aos processos próprios para a construção do conhecimento), bem como as influências exercidas pela Filosofia sobre a Pedagogia e, consequentemente, sobre a Didática. Também estudamos a evolução histórica da Didática e os filósofos e educadores que elaboraram teorias que refletiram no âmbito da Pedagogia, são eles: Sócrates, Comenius, Pestalozzi, Herbert e Dewey.

O texto de José Carlos Libâneo trabalhou a questão da prática educativa, Pedagogia e Didática. O mesmo também fez comentários a respeito das diferentes formas de influências educativas sobre os indivíduos; a educação como fenômeno social, passando pelas dimensões que abrangem a formação do professor até chegar ao conceito de ideologia.

Já as tendências pedagógicas na prática escolar apresentaram a importância da definição

Fonte: Acervo pessoal.

A atividade avaliativa remonta ao ano de 2002. Entre o acervo preservado, não foram localizados os trabalhos escritos nem as avaliações, possivelmente em razão de sua devolução aos/as alunos/as, procedimento que se configura como parte do fechamento do ciclo didático. Todavia, foi identificado um trabalho produzido por uma turma do curso de Licenciatura em Matemática da então Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), atualmente denominada Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL).

Não é possível afirmar, com precisão, os motivos que levaram a professora a preservar especificamente esse material; contudo, podemos levantar hipóteses como a qualidade de sua organização, a consistência teórica e a coerência argumentativa. A análise do documento evidencia, de forma significativa, uma articulação orgânica entre o planejamento didático, as anotações relativas ao conteúdo e o encadeamento da escrita, revelando a integração entre concepção, sistematização e desenvolvimento do conhecimento por parte do então acadêmico, hoje professor.

5. Algumas considerações dessa caminhada

Mobilizarmos os objetivos que orientou a escrita deste artigo, compreender o planejamento docente como prática reflexiva, analisar a trajetória formativa da professora Iolanda e evidenciar a escrita como dispositivo de formação, articulados à metodologia numa abordagem qualitativa, ancorada na análise de registros, foi possível construir uma releitura sobre os modos de constituição do fazer docente. A trajetória da professora Iolanda,

tomada como fio condutor dessa escrita, revelou que o planejamento não se reduz a um instrumento técnico, mas se configura como um processo contínuo de reflexão, decisão e reconstrução da prática pedagógica.

Nesse percurso, ao narrarmos fragmentos dessa história, composta por experiências, registros e escolhas pedagógicas, evidenciamos a potência dos registros escritos como prática de acompanhamento, decisão do fazer pedagógico no processo educativo. Destacamos, ainda, a valorização da história de vida como dispositivo formativo, uma vez que, ao narrar e analisar as próprias experiências, o sujeito ressignifica sua trajetória, convertendo vivências em aprendizagens e saberes profissionais.

Em um cenário contemporâneo marcado por intensas transformações e desafios que tensionam o processo de ensinar e aprender, torna-se evidente que as demandas educacionais, muitas vezes, extrapolam as condições objetivas de sua efetivação. Eis, portanto, que a trajetória da professora Iolanda, ao mesmo tempo singular e representativa, nos convoca a reconhecer o planejamento como espaço de autoria, reflexão e transformação, reafirmando o papel da docência como prática social comprometida com a formação humana e com a construção de novos sentidos para a educação.

Referências

DELEUZE, G. **Diferença e Repetição**. Tradução de Luiz Orlandi e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2018.

DUNKER, C.; LENZ, I. **O palhaço e o psicanalista:** como escutar os outros pode transformar vidas. São Paulo: Planeta, 2021.

FREIRE, P. **Educação e mudança.** 27. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

JOSSO, M. **Experiências de vida e formação.** São Paulo: Cortez, 2004.

LIBANEO, J. C. **Didática.** São Paulo: Cortez, 2013.

PIAGET, J. **Relações entre a afetividade e a inteligência no desenvolvimento mental da criança.** Rio de Janeiro: Wak, 2014.

PIMENTA, S. G. **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez, 1999.

WALLON, H. **Psicologia e educação da infância.** Lisboa: Editorial Estampa, 1975.

2

Movimentos Sociais e Participação Popular: o Protagonismo da Pluri em Imperatriz

Regina Celia Costa Lima
Fernanda Miler Lima Pinto



Regina Célia Costa Lima

Doutora em História. Professora da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL). Coordenadora do Centro de Documentação e Memória (CEDOM/UEMASUL). Desenvolve pesquisas sobre História da Educação, memória, patrimônio, imprensa, intelectuais, mulheres e história do Maranhão. Atua na formação de professores, política educacional e preservação do patrimônio documental. Sócia fundadora do Instituto Histórico e Geográfico de Imperatriz (IHGI), do Instituto Histórico e Geográfico João Lisboa (IHGJL) e do Instituto Maranhense de Cultura (IMC). **Lattes:** http://lattes.cnpq.br/1384692968984742. **ORCID:** https://orcid.org/0000-0002-0420-2270



Fernanda Miler Lima Pinto

Doutora em Ciências Sociais na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Mestra em Direito Público pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Graduada em Direito (UFMA), Letras/Inglês (ETEP) e Ciências Sociais (ETEP). Docente da Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS). Advogada OAB-MA. Membro dos grupos de pesquisa GLEHE/UNITINS e NEIDISO/UNITINS. **Lattes:** http://lattes.cnpq.br/1672312046277512.
ORCID: https://orcid.org/0000-0003-2856-0299.

CAPÍTULO 2

MOVIMENTOS SOCIAIS E PARTICIPAÇÃO POPULAR: O PROTAGONISMO DA *PLURI* EM IMPERATRIZ

Resumo

O presente trabalho analisa o protagonismo da Plenária Urbana de Imperatriz (PLURI) no contexto dos movimentos sociais urbanos e das experiências de participação popular desenvolvidas em Imperatriz, Maranhão, entre as décadas de 1980 e 1990. O estudo discute as transformações urbanas decorrentes da expansão da fronteira amazônica, do acelerado crescimento demográfico e da intensificação das desigualdades socioespaciais, fatores que impulsionaram a organização dos movimentos sociais urbanos na cidade. Nesse cenário, associações de moradores, Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), pastorais sociais e movimentos populares articularam-se em torno da PLURI, constituindo importante experiência de mobilização social, formação política e participação cidadã. A pesquisa evidencia que a atuação da organização ultrapassou o caráter estritamente reivindicatório, assumindo dimensão propositiva nos debates sobre a democratização da cidade e na elaboração da Lei Orgânica Municipal, especialmente na defesa de mecanismos de participação popular e controle social. Fundamentado em pesquisa bibliográfica, documental e em relatos de sujeitos envolvidos nas lutas urbanas, o trabalho dialoga com autores como Lefebvre (2001), Castells (1983), Gohn (2001) e Freire (1996). Conclui-se que a experiência da PLURI representou importante prática de democratização política e ampliação da participação popular no interior da Amazônia brasileira.

Palavras-chave: Movimentos Sociais Urbanos; Participação Popular; PLURI; Lei Orgânica Municipal de Imperatriz.

SOCIAL MOVEMENTS AND POPULAR PARTICIPATION: THE LEADING ROLE OF PLURI IN IMPERATRIZ

Abstract

This study analyzes the leading role of the Urban Plenary of Imperatriz (PLURI) within the context of urban social movements and popular participation experiences developed in Imperatriz, Maranhão, during the 1980s and 1990s. The research discusses the urban transformations resulting from the expansion of the Amazonian frontier, accelerated demographic growth, and the intensification of socio-spatial inequalities, factors that stimulated the organization of urban social movements in the city. In this context, neighborhood associations, Ecclesial Base Communities (CEBs), social pastorals, and popular movements articulated themselves around PLURI, constituting an important experience of social mobilization, political education, and citizen participation. The study demonstrates that the organization's actions went beyond a strictly reivindicatory character, assuming a proactive role in debates concerning the democratization of the city and the drafting of the Municipal Organic Law, especially in the defense of mechanisms for popular participation and social control. Based on bibliographic and documentary research, as well as testimonies from individuals involved in urban struggles, the study engages with authors such as Lefebvre (2001), Castells (1983), Gohn (2001 and Freire (1996). It concludes that the experience of PLURI represented an important practice of political democratization and the expansion of popular participation within the Brazilian Amazon.

Keywords: urban social movements; popular participation; PLURI; Organic Law of the Municipality of Imperatriz.

1. Introdução

As transformações urbanas ocorridas no Brasil na segunda metade do século XX produziram profundas mudanças econômicas, sociais e espaciais nas cidades. O acelerado processo de urbanização, impulsionado pela industrialização, pelos fluxos migratórios e pela expansão das fronteiras econômicas, intensificou desigualdades e ampliou conflitos em torno do acesso à moradia, saúde, educação, saneamento e transporte. Segundo Ermínia Maricato (2011), trata-se de uma urbanização "desigual e excludente", marcada pela concentração de renda, segregação socioespacial e precarização das periferias.

Nesse contexto, as cidades se consolidaram como espaços de disputa política, com a emergência de movimentos sociais urbanos articulados em torno do direito à cidade. Para Henri Lefebvre (2001), o espaço urbano não é apenas físico, mas produto das relações sociais e campo de conflitos permanentes. O "direito à cidade" envolve o direito à vida urbana e à sua transformação, o que pressupõe a participação ativa dos sujeitos na produção e gestão do espaço urbano. Nesse sentido, os movimentos sociais urbanos configuram formas de resistência às desigualdades produzidas pelo modelo de urbanização capitalista.

Na Amazônia brasileira, esse processo adquiriu características específicas. A partir da década de 1960, políticas de integração nacional promoveram a abertura de rodovias, projetos de colonização, expansão agropecuária e exploração de recursos naturais, reconfigurando o território e acelerando o crescimento urbano. Para Becker (1990), essas ações incorporaram a Amazônia ao projeto desenvolvimentista, produzindo intensas transformações demográficas, ambientais e urbanas.

Imperatriz, na Região Tocantina do Maranhão, expressa esse processo. A rodovia Belém-Brasília e sua consolidação como polo regional intensificaram fluxos migratórios e o crescimento urbano, sobretudo nas décadas de 1980 e 1990. Nesse período, segundo Franklin (2008), a cidade se tornou importante entreposto comercial e centro de circulação regional, atraindo populações de outros municípios do Maranhão, do Pará e outros estados nordestinos. Esse crescimento, porém, ocorreu de forma desigual, marcado pela precarização das periferias e pela ausência de políticas públicas adequadas.

A expansão urbana da cidade, vinculada a ciclos econômicos da madeira, do ouro e da agropecuária, aprofundou desigualdades e favoreceu a formação de bairros periféricos sem infraestrutura básica (Santos; Nunes, 2018). Nesse contexto, intensificaram-se as disputas pelo acesso à cidade.

Foi nesse cenário que se fortaleceram experiências de organização popular ligadas à Igreja Católica, aos movimentos sindicais e aos movimentos de bairro. Segundo Skidmore (1988), as décadas de 1970 e 1980 marcaram o surgimento de novos sujeitos políticos no Brasil, com destaque para os movimentos de bairro e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), fundamentais no processo de redemocratização.

Em Imperatriz, as CEBs, influenciadas pela Teologia da Libertação e pela Educação Popular, tiveram papel central na formação política de lideranças comunitárias, articulando práticas nas pastorais sociais e no movimento sindical. Essas experiências contribuíram para a constituição de lideranças comprometidas com as lutas sociais e com a defesa de direitos urbanos.

Entre essas organizações, destacou-se a Plenária

Urbana de Imperatriz (PLURI), que articulou movimentos sociais urbanos e teve papel relevante no processo de elaboração da Lei Orgânica Municipal após a promulgação da Constituição de 1988. Sua atuação expressou o que Gohn (2001) denomina "alargamento da política", com a inserção de novos sujeitos nos espaços decisórios e a ampliação da participação cidadã.

Mais do que reivindicações pontuais, os movimentos urbanos passaram a disputar institucionalmente os rumos da cidade e a defender mecanismos democráticos de participação popular. O presente capítulo analisa o protagonismo da PLURI no processo de construção da Lei Orgânica de Imperatriz (1980–1990), compreendendo sua atuação na disputa pelo direito à cidade e pela democratização do poder local. O estudo dialoga com autores como Lefebvre (2001), Castells (1983), Gohn (2001), Paulo Freire (1996), Brandão (2006), Scherer-Warren (1993), Maricato (2011) e Rolnik (2019), e baseando-se em pesquisa bibliográfica, documental e relatos de participantes do movimento.

Ao resgatar a trajetória da PLURI, busca-se contribuir para a valorização da memória dos movimentos sociais urbanos da Amazônia e para a compreensão das experiências de participação popular no processo de redemocratização brasileira.

2. Urbanização, Amazônia e lutas sociais em Imperatriz

O processo de urbanização da Amazônia brasileira esteve profundamente relacionado às estratégias de integração econômica e territorial implementadas pelo Estado nacional a partir da década de 1960. Sob o

discurso da ocupação e do desenvolvimento regional, projetos governamentais promoveram a abertura de rodovias, a expansão da fronteira agrícola, os incentivos à mineração e a exploração intensiva dos recursos naturais, redefinindo o território amazônico e produzindo intensos deslocamentos populacionais. Conforme destaca Becker (1990), a Amazônia passou a ser incorporada ao projeto nacional desenvolvimentista por meio de políticas que transformaram profundamente sua dinâmica econômica, social e urbana.

Nesse contexto, Imperatriz consolidou-se como importante centro urbano regional. A cidade tornou-se ponto estratégico de circulação econômica e atração migratória, especialmente após a construção da rodovia Belém-Brasília, inaugurada no final da década de 1950. A nova malha rodoviária rompeu o isolamento relativo da região, intensificando os fluxos populacionais e ampliando as conexões comerciais entre o Norte, o Nordeste e o Centro-Sul do país. Como resultado, Imperatriz passou a receber expressivos contingentes de migrantes do Maranhão, Pará, norte de Goiás (atual Tocantins) e outros estados nordestinos, atraídos pelas oportunidades abertas pela expansão da fronteira amazônica.

O crescimento populacional de Imperatriz ao longo da segunda metade do século XX evidencia a intensidade dessas transformações. Segundo o IBGE, o município possuía, em 1950, apenas 14.064 habitantes, dos quais 1.630 na área urbana. Em 1980, a população total já alcançava 220.079 habitantes, sendo 111.619 urbanos. Em 1991, a população urbana atingia 210.051 habitantes, consolidando Imperatriz como cidade predominantemente urbana.

Quadro 1 – Evolução da população urbana e rural de Imperatriz (1950–2000)

Ano	População Urbana	População Rural	População Total
1950	1.630	12.434	14.064
1960	8.987	30.182	39.169
1970	34.709	46.013	80.722
1980	111.619	108.460	220.079
1991	210.051	14.954	225.005
2000	218.673	11.893	230.566

Fonte: IBGE – Censos Demográficos.

Os dados revelam não apenas o acelerado crescimento demográfico, mas também a inversão da distribuição espacial da população. Enquanto em 1950 predominava a população rural, nas décadas de 1980 e 1990 Imperatriz consolidou-se como centro urbano regional, concentrando sua população na cidade. Esse processo expressa os impactos da fronteira amazônica, dos fluxos migratórios e da consolidação do município como polo econômico da Região Tocantina.

Esse movimento esteve associado à redivisão territorial ocorrida entre as décadas de 1980 e 1990, quando o município perdeu parte significativa de sua área em razão da criação de novos municípios, alterando sua configuração territorial e populacional. Segundo dados da Prefeitura Municipal de Imperatriz (2010), o município possui atualmente 1.367,90 km², correspondendo a 0,46% do território do Maranhão.

Conforme Franklin (2005), o processo de fragmentação teve início com a emancipação de

Açailândia, em 1981, quando a área do município foi reduzida para 6.075,1 km². Contudo, é na década seguinte, com novos desmembramentos que deram origem a Cidelândia, Davinópolis, Governador Edison Lobão, São Pedro da Água Branca, Vila Nova dos Martírios e São Francisco do Brejão, que se configurou a atual estrutura territorial do município (Franklin, 2005, p. 89).

Assim, a partir da década de 1990, Imperatriz consolidou-se como município essencialmente urbano, com cerca de 94,8% da população residente na área urbana e apenas 5,2% na rural (IBGE, 2010). Esse dado evidencia a intensidade do processo de urbanização, marcado pela expansão periférica e pelo crescimento demográfico acelerado.

Ao discutir o crescimento da cidade, Franklin (2008) destaca sua vinculação aos ciclos econômicos da madeira, do ouro e da agropecuária, além da expansão do comércio e dos serviços, fatores que a transformaram em importante polo de atração populacional da Região Tocantina. Imperatriz consolidou-se como centro de circulação econômica e comercial, articulando fluxos migratórios do Maranhão, Pará e outros estados nordestinos.

Esses fluxos estiveram associados ao avanço da fronteira amazônica e às políticas de integração nacional, especialmente após a construção da rodovia Belém-Brasília. A cidade passou a desempenhar papel central na ocupação econômica da Amazônia oriental, tornando-se espaço de convergência de trabalhadores, produtores e comerciantes.

Esse crescimento, no entanto, ocorreu de forma desigual. A expansão urbana não foi acompanhada por políticas públicas adequadas, o que resultou na formação de periferias marcadas por precariedade de infraestrutura,

ausência de saneamento e deficiência de serviços básicos. Nesse sentido, Maricato (2011) destaca que a urbanização brasileira produz cidades profundamente desiguais, expressando as contradições do desenvolvimento capitalista.

As décadas de 1980 e 1990 foram marcadas pela intensificação das desigualdades socioespaciais e pela expansão das periferias. Nesse contexto, ampliaram-se os conflitos por acesso a água, energia, escolas, saúde, pavimentação e transporte coletivo. Como afirma Castells (1983), os movimentos sociais urbanos emergem dessas contradições, transformando demandas cotidianas em ação política coletiva.

Para Lefebvre (2001), o espaço urbano é produto das relações sociais e campo de disputas. O direito à cidade envolve não apenas o acesso ao espaço, mas a participação na sua produção e gestão. Em Imperatriz, as lutas urbanas expressaram essa disputa, impulsionando a organização de movimentos sociais e associações de moradores.

Esses movimentos se consolidaram como sujeitos coletivos importantes, denunciando desigualdades e reivindicando direitos sociais. Suas ações extrapolavam o caráter reivindicatório, incorporando formação política e construção de cidadania. Conforme Gohn (2001), desempenharam papel central na ampliação da esfera pública durante a redemocratização.

Skidmore (1988) destaca que, nesse período, associações de bairro, CEBs e movimentos sindicais tiveram papel relevante na reorganização da sociedade civil. Em Imperatriz, esse protagonismo se expressou por meio da Comissão de Bairros de Imperatriz (CBI), do Movimento Popular de Saúde (MOPS), das pastorais sociais

e da Plenária Urbana de Imperatriz (PLURI), articulando estratégias coletivas de enfrentamento das desigualdades e ampliação da participação popular.

3. A emergência dos movimentos sociais urbanos em Imperatriz nas décadas de 1980 e 1990

Os movimentos sociais urbanos em Imperatriz, nas décadas de 1980 e 1990, devem ser compreendidos no interior das transformações políticas e sociais do processo de redemocratização brasileira. A crise do regime militar, a reorganização da sociedade civil e a ampliação das lutas por direitos sociais criaram condições favoráveis ao surgimento de novas formas de organização popular.

Conforme observa Gohn (2001), os movimentos sociais urbanos das décadas de 1970 e 1980 desempenharam papel central na ampliação da esfera pública e na construção de novas formas de atuação política, incorporando às lutas populares demandas relacionadas à cidadania, aos direitos sociais e à democratização do Estado. Em Imperatriz, o acelerado crescimento urbano e a precarização das periferias impulsionaram a organização dos moradores dos bairros populares. A luta por equipamentos urbanos mobilizou amplos setores da população, que encontraram nas associações de moradores importantes instrumentos de articulação e reivindicação. Essas organizações tornaram-se espaços centrais de mobilização coletiva e de defesa do direito à cidade.

Grande parte dessas associações surgiu sob a influência das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), das pastorais sociais da Igreja Católica, do Movimento

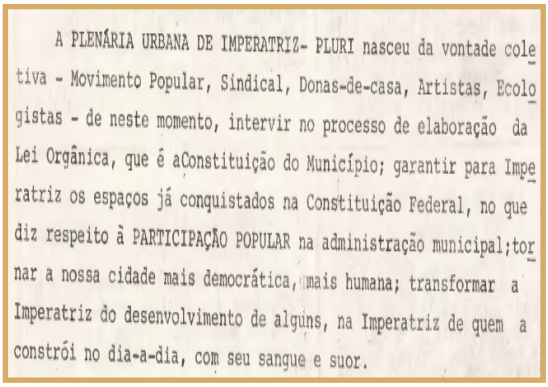
de Educação de Base (MEB) e da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), instituições que tiveram papel decisivo na organização popular em Imperatriz e região. Inspiradas pela Educação Popular, contribuíram para a formação política das lideranças comunitárias e para a consolidação de práticas coletivas de ação social.

Além dos movimentos de bairro, destacaram-se organizações como a Comissão de Bairros de Imperatriz (CBI) e diversas associações comunitárias articuladas na defesa de direitos urbanos. Essas entidades não se restringiam às demandas por infraestrutura, buscando também intervir nas decisões políticas do município e ampliar a presença dos setores populares nos espaços públicos de debate.

As décadas de 1980 e 1990 foram marcadas, em todo o Brasil, por mudanças na configuração dos movimentos sociais. As mobilizações passaram a incorporar pautas que iam além das reivindicações trabalhistas, incluindo cidadania, políticas públicas e democratização das estruturas de poder. Segundo Scherer-Warren (1993), esses movimentos passaram a construir novas formas de ação coletiva, articulando direitos sociais, organização popular e criação de espaços institucionais como conselhos, fóruns e tribunas públicas.

Em Imperatriz, esse processo se expressou na construção de experiências organizativas voltadas não apenas à reivindicação imediata, mas também à formulação de propostas políticas para a cidade. Nesse contexto de intensa mobilização popular surgiu a Plenária Urbana de Imperatriz (PLURI), articulando diferentes organizações urbanas em torno da luta pelo direito à cidade e pela democratização das decisões municipais.

Figura 1: Plenária Urbana de Imperatriz – PLURI



A PLENÁRIA URBANA DE IMPERATRIZ- PLURI nasceu da vontade coletiva - Movimento Popular, Sindical, Donas-de-casa, Artistas, Ecologistas - de neste momento, intervir no processo de elaboração da Lei Orgânica, que é aConstituição do Município; garantir para Imperatriz os espaços já conquistados na Constituição Federal, no que diz respeito à PARTICIPAÇÃO POPULAR na administração municipal;tornar a nossa cidade mais democrática, mais humana; transformar a Imperatriz do desenvolvimento de alguns, na Imperatriz de quem a constrói no dia-a-dia, com seu sangue e suor.

Fonte: Folha Urbana de Imperatriz, 1989.

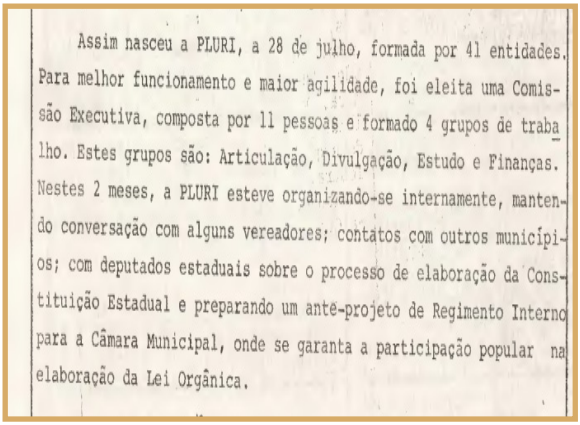
A participação popular por meio da PLURI ocorria tanto na organização interna do movimento quanto na sua atuação nos espaços institucionais de decisão política. Como articulação plural, a PLURI reunia diferentes organizações populares e incorporava pautas relacionadas à saúde, educação, moradia, cultura, meio ambiente, infraestrutura urbana e acesso a serviços essenciais, como transporte coletivo e saneamento básico. Essa diversidade de demandas expressava a complexidade dos problemas urbanos vivenciados pela população periférica e a compreensão de que o direito à cidade envolve o acesso aos direitos sociais e à participação política.

Nesse sentido, a PLURI funcionava como espaço de articulação coletiva, formulação de propostas e formação política, reunindo associações de moradores, pastorais sociais, movimentos populares e lideranças comunitárias em torno de objetivos comuns.

Sua atuação também se estendia ao acompanhamento das ações legislativas e aos debates do período de

redemocratização. A PLURI participou das discussões sobre a Constituição Federal (1988), a Constituição Estadual (1989) e, especialmente, a Lei Orgânica do Município de Imperatriz (1990). Essa presença evidenciava o esforço dos movimentos sociais urbanos em ampliar os mecanismos de participação popular e intervir na formulação das políticas públicas e das normas que estruturavam a vida política municipal.

Figura 2: Nascimento e composição da Plenária Urbana de Imperatriz



Assim nasceu a PLURI, a 28 de julho, formada por 41 entidades. Para melhor funcionamento e maior agilidade, foi eleita uma Comissão Executiva, composta por 11 pessoas e formado 4 grupos de trabalho. Estes grupos são: Articulação, Divulgação, Estudo e Finanças. Nestes 2 meses, a PLURI esteve organizando-se internamente, mantendo conversação com alguns vereadores; contatos com outros municípios; com deputados estaduais sobre o processo de elaboração da Constituição Estadual e preparando um anteprojeto de Regimento Interno para a Câmara Municipal, onde se garanta a participação popular na elaboração da Lei Orgânica.

Fonte: Folha Urbana de Imperatriz, 1989.

Mais do que reivindicar melhorias imediatas para os bairros populares, a PLURI buscava construir formas permanentes de atuação cidadã, defendendo a criação de espaços institucionais capazes de garantir a presença dos setores populares nas decisões políticas da cidade. Ao mesmo tempo, o movimento contribuiu para o fortalecimento da cultura participativa e para a ampliação da esfera pública local, inserindo os sujeitos populares no

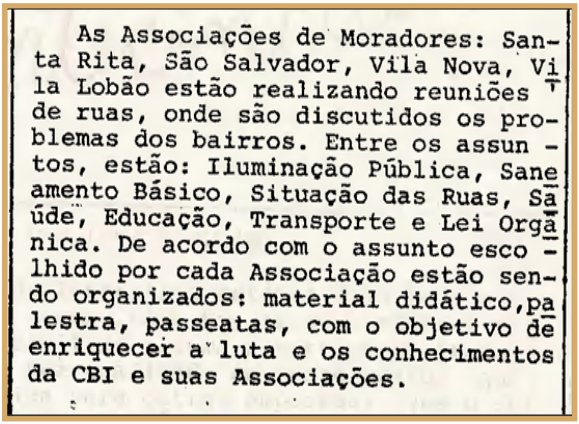
debate sobre os rumos do município.

As assembleias realizadas nas associações de moradores e nas entidades que compunham a organização constituíam importantes estratégias de articulação política, elaboração de pautas coletivas e construção de consensos. Esses espaços também funcionavam como momentos de formação política, estudo e debate, nos quais eram discutidas questões relacionadas aos direitos sociais, à organização popular e aos problemas urbanos enfrentados pela população periférica de Imperatriz.

4. A Plenária Urbana de Imperatriz e a construção da participação popular

A Plenária Urbana de Imperatriz (PLURI) constituiu uma das mais significativas experiências de articulação política dos movimentos sociais urbanos da cidade nas décadas de 1980 e 1990. Em um contexto marcado pela expansão desordenada da cidade, pela precarização das condições de vida da população periférica e pela ausência de políticas públicas capazes de responder às demandas sociais, a PLURI emergiu como expressão da organização coletiva dos setores populares e da luta pelo direito à cidade. Sua atuação representou muito mais do que a simples reunião de entidades comunitárias; tratava-se da construção de um espaço político de resistência, participação popular e formulação coletiva de propostas para os problemas urbanos do município.

Figura 3: Plenária Urbana de Imperatriz e a luta coletiva pelo direito à cidade.



As Associações de Moradores: Santa Rita, São Salvador, Vila Nova, Vila Lobão estão realizando reuniões de ruas, onde são discutidos os problemas dos bairros. Entre os assuntos, estão: Iluminação Pública, Saneamento Básico, Situação das Ruas, Saúde, Educação, Transporte e Lei Orgânica. De acordo com o assunto escolhido por cada Associação estão sendo organizados: material didático, palestra, passeatas, com o objetivo de enriquecer a luta e os conhecimentos da CBI e suas Associações.

Fonte: Folha Urbana de Imperatriz, 1989.

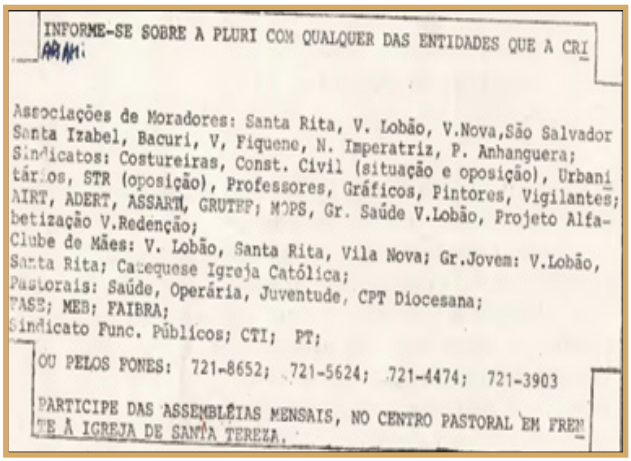
A PLURI reunia associações de moradores, pastorais sociais, movimentos populares, sindicatos e diferentes organizações comunitárias comprometidas com as lutas urbanas em Imperatriz. Sua força residia na capacidade de articular pautas diversas, partindo do entendimento de que os problemas urbanos não poderiam ser enfrentados de forma fragmentada. Questões como saúde, educação, moradia, saneamento, transporte coletivo, infraestrutura urbana, meio ambiente e cultura integravam uma disputa mais ampla pelo reconhecimento da população pobre como sujeito de direitos e participante legítima das decisões sobre os rumos da cidade.

Nesse sentido, a PLURI constituiu uma rede consistente de comunicação, articulação e mobilização popular. Cada entidade integrante funcionava como espaço local e setorial de debate político, organização comunitária e circulação de informações. Os bairros populares tornaram-se territórios de intensa participação

social, nos quais reuniões, assembleias e plenárias favoreciam a discussão coletiva dos problemas urbanos e a construção de estratégias de atuação.

A dinâmica organizativa da PLURI mantinha um calendário regular de reuniões e plenárias, o que fortalecia a coesão entre os movimentos e ampliava sua capacidade de mobilização. A Figura 4 evidencia essa estrutura ao apresentar as entidades que compunham a organização e indicar como cada uma delas atuava como espaço de articulação e difusão das ações do movimento. O documento também registra a realização de assembleias gerais mensais no Centro de Pastoral, além de canais de contato, como telefone, revelando o nível de organização interna e de comunicação política construído pelo movimento popular urbano de Imperatriz.

Figura 4: Entidades populares que criaram a PLURI



INFORME-SE SOBRE A PLURI COM QUALQUER DAS ENTIDADES QUE A CRI
AM:

Associações de Moradores: Santa Rita, V. Lobão, V.Nova,São Salvador
Santa Izabel, Bacuri, V, Piquene, N. Imperatriz, P. Anhanguera;
Sindicatos: Costureiras, Const. Civil (situação e oposição), Urbani
tários, STR (oposição), Professores, Gráficos, Pintores, Vigilantes;
AIRT, ADERT, ASSART, GRUTEP; MOPS, Gr. Saúde V.Lobão, Projeto Alfa-
betização V.Redenção;
Clube de Mães: V. Lobão, Santa Rita, Vila Nova; Gr.Jovem: V.Lobão,
Santa Rita; Catequese Igreja Católica;
Pastorais: Saúde, Operária, Juventude, CPT Diocesana;
FASE; MEB; FAIBRA;
Sindicato Func. Públicos; CTI; PT;

OU PELOS FONES: 721-8652; 721-5624; 721-4474; 721-3903

PARTICIPE DAS ASSEMBLÉIAS MENSAIS, NO CENTRO PASTORAL EM FREN
TE À IGREJA DE SANTA TEREZA.

Fonte: Folha Urbana de Imperatriz, 1989.

Além disso, a organização compreendia a comunicação como instrumento central de conscientização, fortalecimento político e exercício da

cidadania. Nesse contexto, a PLURI mantinha o jornal Folha Urbana de Imperatriz, importante veículo de informação, denúncia e formação política.

O jornal circulava entre os bairros e movimentos populares, denunciando desigualdades urbanas, divulgando as pautas das organizações comunitárias e estimulando a participação popular nos debates sobre a cidade. Em um período em que grande parte da imprensa tradicional permanecia vinculada aos interesses das elites locais, a Folha Urbana constituiu-se como voz dos setores populares e instrumento de construção de consciência crítica. Produzido artesanalmente pelos próprios militantes, o periódico articulava a divulgação das ações do movimento com conteúdos formativos, dialogando tanto com o público interno quanto com o conjunto da sociedade. Dessa forma, a comunicação popular tornava-se parte constitutiva das estratégias de mobilização e organização política desenvolvidas pela PLURI.

A experiência da PLURI expressava, assim, uma concepção ampliada de participação popular. Não se tratava apenas de reivindicar melhorias imediatas para os bairros periféricos, mas de construir formas coletivas de organização capazes de disputar os espaços institucionais de poder e democratizar a gestão da cidade.

Ao articular mobilização comunitária, formação política e elaboração de propostas, a PLURI consolidou-se como importante sujeito coletivo das lutas urbanas em Imperatriz, afirmando a participação popular como elemento central na construção da cidadania e do direito à cidade. Nesse sentido, a experiência do movimento dialoga com a reflexão de Lefebvre (2001), para quem o direito à cidade pressupõe não apenas o acesso aos bens urbanos, mas também a participação ativa dos sujeitos

sociais na produção e gestão do espaço urbano.

A PLURI reunia associações de moradores, pastorais sociais, lideranças comunitárias, movimentos vinculados à saúde, educação e moradia, além de sujeitos envolvidos em experiências de Educação Popular desenvolvidas nos bairros periféricos da cidade. Sua organização expressava a compreensão de que os problemas urbanos exigiam ação coletiva e articulação política, não podendo ser enfrentados de forma isolada. Nessa perspectiva, Scherer-Warren (1993) destaca que os movimentos sociais urbanos constituem redes de articulação coletiva capazes de produzir novas formas de ação política, solidariedade social e participação cidadã.

Figura 5: Associação de Moradores de Vila Lobão



Fonte: Arquivo PLURI/CEDOM.

As plenárias, reuniões comunitárias e debates promovidos pela organização constituíam espaços de formação política e de construção coletiva de estratégias de luta. Nesses encontros, moradores dos bairros populares discutiam os problemas urbanos, elaboravam

reivindicações e estruturavam formas de intervenção nos espaços institucionais. Tais práticas aproximavam-se das concepções de Educação Popular formuladas por Paulo Freire (1996), para quem o diálogo e a participação coletiva são fundamentais para a construção da consciência crítica e da autonomia dos sujeitos. Desse modo, os bairros periféricos afirmavam-se como espaços de formação política e de fortalecimento das lutas sociais urbanas.

5. A PLURI e o processo de elaboração da Lei Orgânica Municipal

A promulgação da Constituição Federal de 1988 representou um marco decisivo no processo de redemocratização brasileira, ao ampliar os mecanismos de participação popular e redefinir as relações entre Estado e sociedade civil. A Carta de 1988 incorporou reivindicações históricas dos movimentos sociais, reconhecendo direitos sociais e instituindo instrumentos de participação direta da população na vida política do país. Assim, a elaboração das Leis Orgânicas Municipais tornou-se um importante espaço de disputa política, permitindo a intervenção de diferentes setores sociais na definição da organização do poder local e das políticas públicas municipais.

Em Imperatriz, esse processo foi marcado pela intensa participação dos movimentos sociais urbanos articulados na Plenária Urbana de Imperatriz (PLURI). A organização assumiu papel central na formulação de propostas para a Lei Orgânica Municipal, defendendo mecanismos de participação cidadã, controle social e ampliação dos direitos urbanos. Sua atuação expressava a compreensão de que a democratização da cidade não

se restringia ao processo eleitoral, mas exigia a presença efetiva dos setores populares nas decisões políticas.

A participação da PLURI na elaboração da Lei Orgânica Municipal ocorreu de forma ampla e sistemática. A organização integrou comissões temáticas, participou de tribunas populares, audiências públicas e debates institucionais, além de promover discussões nos bairros e nos meios de comunicação locais sobre os rumos da legislação municipal. As lideranças do movimento buscavam não apenas acompanhar o processo legislativo, mas intervir diretamente na formulação das propostas e disputar os sentidos da organização política da cidade.

Entre as iniciativas mais significativas, destacou-se a apresentação de um Projeto de Lei de Iniciativa Popular voltado à institucionalização da participação popular e à criação de Conselhos Populares no município. A proposta foi encaminhada à Câmara Municipal com a assinatura de 5% do eleitorado de Imperatriz, nos termos do artigo 29, inciso XIII, da Constituição Federal de 1988. Essa iniciativa evidenciou a capacidade de mobilização e articulação política construída pelos movimentos sociais urbanos, configurando uma experiência concreta de democracia participativa.

A atuação da PLURI ultrapassou o caráter estritamente reivindicatório. O movimento passou a atuar de forma propositiva, elaborando documentos, construindo estratégias de debate e pressionando o poder legislativo municipal pela incorporação das demandas populares na Lei Orgânica. As propostas estavam voltadas à ampliação da participação popular, ao fortalecimento das políticas sociais e à democratização da gestão municipal.

Nesse sentido, a experiência da PLURI evidenciava a compreensão de que o direito à cidade envolve não apenas

o acesso aos bens e serviços urbanos, mas também o direito de participar da organização política e administrativa do município. Conforme argumenta Lefebvre (2001), o direito à cidade pressupõe a participação ativa dos sujeitos sociais na produção e gestão do espaço urbano. Em Imperatriz, essa perspectiva se materializou na defesa de conselhos populares, tribunas livres e mecanismos permanentes de participação cidadã.

Manuel Castells (1983) afirma que os movimentos sociais urbanos se tornam sujeitos políticos relevantes quando conseguem transformar reivindicações locais em projetos coletivos de transformação social. A experiência da PLURI expressou essa dimensão ampliada das lutas urbanas. Mais do que reivindicar melhorias imediatas, o movimento buscava redefinir as relações entre sociedade civil e poder público, ampliando os espaços de participação e democratizando as decisões políticas municipais.

O caráter propositivo da PLURI no processo de elaboração da Lei Orgânica Municipal resultou na incorporação de importantes conquistas populares no texto da Carta Municipal de 1990. Entre os instrumentos de participação popular assegurados pela Lei Orgânica, destacam-se três mecanismos fundamentais: a iniciativa popular de projetos de lei, os conselhos comunitários e a consulta popular. Além disso, foram preceituados dispositivos voltados à escuta, ao planejamento e à fiscalização dos atos legislativos e da administração pública por parte da população.

Para além dessas conquistas legais, o processo de elaboração da Lei Orgânica constituiu uma importante experiência formativa para as lideranças envolvidas. As discussões sobre legislação, cidadania, participação política e direitos sociais contribuíram para o fortalecimento da

formação política dos sujeitos do movimento, ampliando sua capacidade de intervenção social. Conforme observa Gohn (2001), os movimentos sociais urbanos das décadas de 1980 e 1990 desempenharam papel fundamental no "alargamento da política", ao inserir novos sujeitos na esfera pública e ampliar os mecanismos de participação democrática.

A atuação da PLURI no processo de elaboração da Lei Orgânica Municipal representou, assim, uma importante experiência de construção democrática no interior do Maranhão, incorporando instrumentos de participação conquistados na Constituição de 1988. Ao articular mobilização popular, formação política e atuação institucional, os movimentos sociais urbanos de Imperatriz contribuíram para redefinir as relações entre sociedade civil e poder público, afirmando a participação popular como princípio estruturante da organização política da cidade.

6. Considerações Finais

A experiência da Plenária Urbana de Imperatriz (PLURI) evidencia a importância dos movimentos sociais urbanos na construção da democracia brasileira durante o processo de redemocratização. Em meio às profundas transformações urbanas vivenciadas pela cidade de Imperatriz nas décadas de 1980 e 1990, os setores populares organizados construíram formas inovadoras de participação política e de intervenção institucional.

A atuação da PLURI no processo de elaboração da Lei Orgânica Municipal demonstrou que os movimentos populares urbanos ultrapassaram o caráter estritamente

reivindicatório, assumindo uma dimensão propositiva e constituinte. Ao participar da formulação de propostas para a organização política da cidade, o movimento contribuiu para ampliar os espaços de participação cidadã e para democratizar as decisões públicas locais.

A pesquisa também evidencia a centralidade da Educação Popular na formação política das lideranças e na construção das práticas organizativas dos movimentos urbanos de Imperatriz. As experiências desenvolvidas nas associações de moradores e demais organizações populares constituíram importantes espaços de produção de consciência crítica, fortalecimento da solidariedade comunitária e construção coletiva de direitos.

Ao resgatar a trajetória da PLURI, este capítulo contribui para a valorização da memória dos movimentos sociais urbanos da Amazônia brasileira e para a compreensão das experiências de participação popular construídas no interior do processo de redemocratização nacional. Trata-se, sobretudo, de reconhecer os sujeitos populares como protagonistas históricos na construção coletiva da cidade.

Referências

BRANDÃO, C. R. **O que é educação popular.** São Paulo: Brasiliense,

CASTELLS, M. **A questão urbana.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FRANKLIN, A. **Apontamentos e fontes para a história econômica de Imperatriz.** Imperatriz, MA: Ética, 2008

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOHN, M. da G. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo: Cortez, 2001.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

PLURI – Plenária Urbana de Imperatriz. **Folha Urbana de Imperatriz**. Imperatriz, set. 1989.

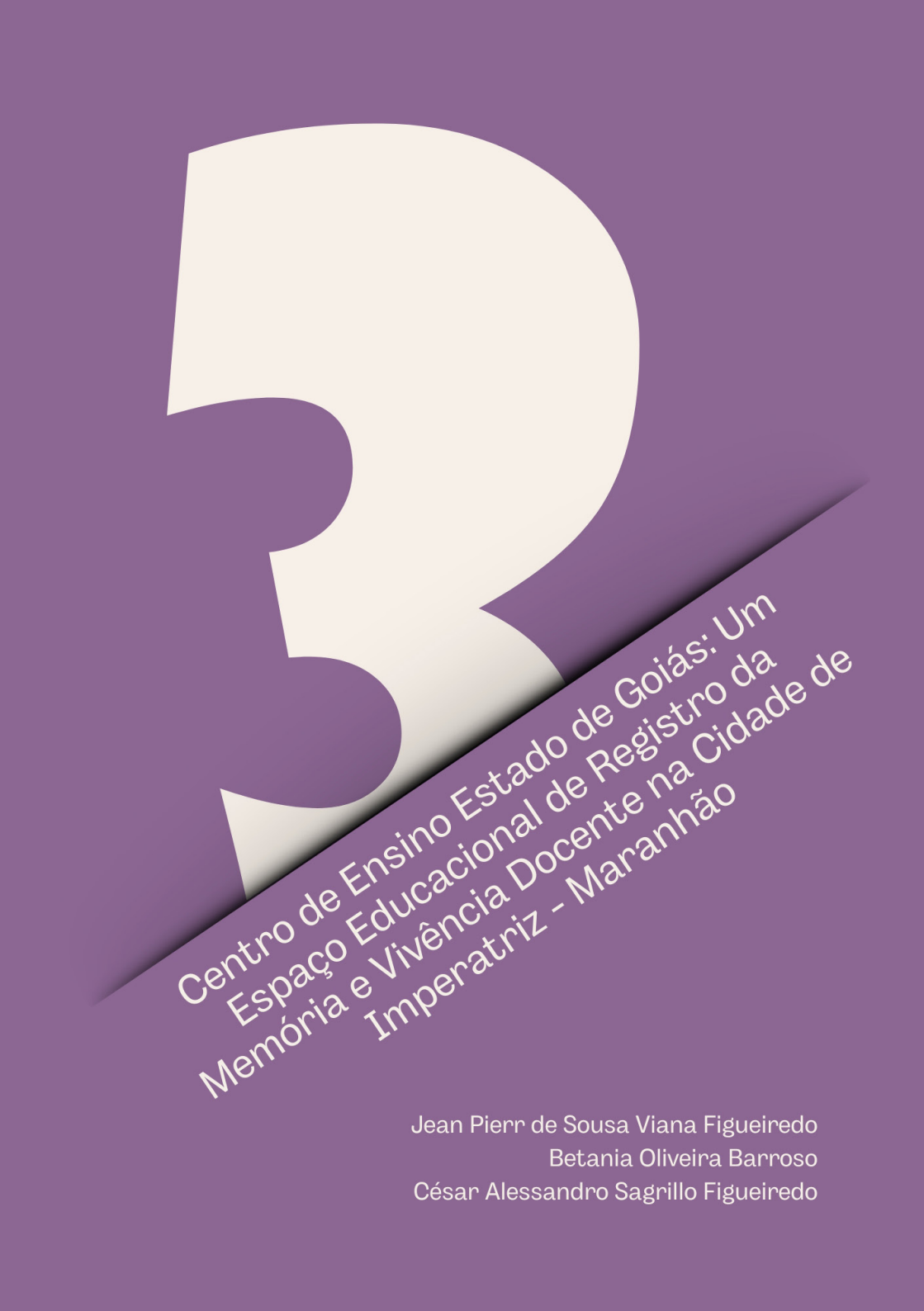
PLURI – Plenária Urbana de Imperatriz. **Folha Urbana de Imperatriz**. Imperatriz, maio 1990.

MARICATO, E. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2011.

ROLNIK, R. **Guerra dos lugares:** a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2019.

SCHERER-WARREN, I. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1993.

SKIDMORE, T. **Brasil:** de Castelo a Tancredo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.



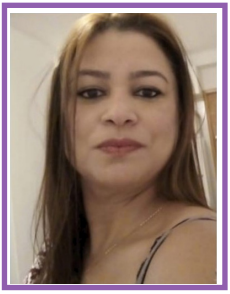
Centro de Ensino Estado de Goiás: Um Espaço Educacional de Registro da Memória e Vivência Docente na Cidade de Imperatriz - Maranhão

Jean Pierr de Sousa Viana Figueiredo
Betania Oliveira Barroso
César Alessandro Sagrillo Figueiredo



Jean Pierr de Sousa Viana Figueiredo

Professor. Licenciado em Ciências Humanas/ Sociologia pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Educação e Práticas Educativas (PPGEPE/UFMA). Pesquisador do Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação Popular - GEPEEP/LCH/UFMA. Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Imperatriz (IHGI). Linha de pesquisa: Educação Popular, Educação para as Relações Étnico-Raciais, Movimentos Sociais, Comunidades Tradicionais, Educação de Gênero e Direitos Humanos. Lattes<http://lattes.cnpq.br/9537824283784264> E-mail: svfigueiredo50@gmail.com Orcid: < https://orcid.org/0009-0005-4656-5538>(IMC). **Lattes:** http://lattes.cnpq.br/1384692968984742. **ORCID**: https://orcid.org/0000-0002-0420-2270



Betania Oliveira Barroso

Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Maranhão (2004). É especialista em psicopedagogia clínica e institucional pelo Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília (2006). Mestre em Educação, na linha de pesquisa Educação e Ecologia Humana pela Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (2008) e Doutora pelo mesmo Programa da Área de Concentração Escola, Aprendizagem e Trabalho Pedagógico. Professora do curso de Licenciatura em Ciências Humanas (LCH/UFMA) e do Programa de Pós-graduação em Educação e Práticas Educativas (PPGEPE/UFMA). **Lattes:** http://lattes.cnpq.br/2424166976246375. **Orcid:** https://orcid.org/0000-0002-7644-8050



César Alessandro Sagrillo Figueiredo

Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Pós-Doutor em Literatura pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Lider do Grupo de Pesquisa GELIPE. Desenvolve pesquisas sobre Guerrilha do Araguaia, Justiça de Transição, Literatura de Testemunho. Docente da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) no curso de Licenciatura em Ciência Sociais, Professor Permanente no Programa de Pós- Graduação em Linguística e Literatura (PPGLLIT/UFNT) e no Programa de Pós-graduação em Educação e Práticas Educativas (PPGEPE/UFMA). **lattes:** http://lattes.cnpq.br/2127722292747646; **Orcid:** https://orcid.org/0000-0002-6011-9527

CAPÍTULO 3

CENTRO DE ENSINO ESTADO DE GOIÁS: UM ESPAÇO EDUCACIONAL DE REGISTRO DA MEMÓRIA E VIVÊNCIA DOCENTE NA CIDADE DE IMPERATRIZ – MARANHÃO

Resumo

O presente artigo discute a preservação do patrimônio escolar e da memória coletiva em Imperatriz, Maranhão, fundamentando-se em autores como Halbwachs (1990), Bossi (1994) e Freire (2018). Como objetivo principal analisar a relevância dos espaços educativos como dispositivos de manutenção das histórias individuais e coletivas, evidenciando os impactos do encerramento de instituições tradicionais como o Centro de Ensino Estado de Goiás (CEEG). Trata-se de uma pesquisa qualitativa e a metodologia utilizada consiste em pesquisa documental, análise de indicadores educacionais da plataforma QEdu e história oral, por meio do relato de vivência da professora Maria da Conceição M. Formiga. O estudo revela que a reconfiguração de prédios escolaresprovoca o apagamento de identidades e vivências tanto individual quanto coletiva. Conclui-se que a memória coletiva é reconstruída no presente e que a proteção do patrimônio material e imaterial é urgente para enfrentar as situações-limites, geradas por políticas públicas frágeis.

Palavras-chave: Patrimônio Escolar; Memória Coletiva; Lugares de Memória; Narrativa Docente.

STATE OF GOIÁS TEACHING CENTER: AN EDUCATIONAL SPACE FOR RECORDING THE MEMORY AND EXPERIENCE OF TEACHING IN THE CITY OF IMPERATRIZ - MARANHÃO.

Abstract

This article discusses the preservation of school heritage and collective memory in Imperatriz, Maranhão, drawing on the works of Halbwachs (1990), Bosi (1994), and Freire (2018). Its main objective is to analyze the relevance of educational spaces as mechanisms for preserving individual and collective histories, highlighting the impacts of the closure of traditional educational institutions such as the Centro de Ensino Estado de Goiás (CEEG). This is a qualitative study based on documentary research, the analysis of educational indicators available on the QEdu platform, and oral history through the testimony of teacher Maria da Conceição M. Formiga. The findings reveal that the reconfiguration of school buildings contributes to the erasure of both individual and collective identities and lived experiences. The study concludes that collective memory is reconstructed in the present and that the protection of both tangible and intangible heritage is essential to address the limit-situations generated by fragile public policies.

Keywords: School Heritage; Collective Memory; Places of Memory; Teacher Narrative.

1. Introdução

Os lugares e espaços de memória desempenham papel fundamental na preservação das histórias individuais e coletivas de uma população. Nessa perspectiva, o registro das memórias por meio das narrativas de sujeitos e sujeitas que guardam lembranças de suas experiências e trajetórias constitui um valioso painel sobre determinada época, revelando valores, práticas e modos de vida.

Desse modo, os estudos da memória são frequentemente construídos a partir de relatos orais e escritos, provenientes de experiências individuais e coletivas, com o propósito de compreender as ações dos sujeitos e dos grupos sociais que as produzem. Como destaca Ecléa Bosi:

> A memória teria uma função prática de limitar a indeterminação (do pensamento e da ação) e de levar o sujeito a reproduzir formas de comportamento que já deram certo. Mais uma vez a percepção concreta precisa valer-se do passado que de algum modo se conservou; a memória é essa reserva crescente a cada instante e que dispõe da totalidade da nossa experiência adquirida (Bosi, 1994, p.47).

A partir das reflexões de Ecléa Bosi, concebemos a escola como um espaço privilegiado de produção do conhecimento e da cultura, bem como um lugar em que as relações de sociabilidade atuam como importantes dispositivos de preservação da memória. Nessa perspectiva, destacamos os desafios enfrentados pelo patrimônio material e imaterial, cuja salvaguarda demanda, com urgência, a formulação e a implementação de políticas públicas voltadas à educação patrimonial.

Assim, este artigo tem como objetivo principal analisar a relevância dos espaços educativos como dispositivos de preservação das histórias individuais e coletivas.

Nesse contexto, discutimos os impactos do encerramento de instituições tradicionais de ensino, tomando como objeto de análise o Centro de Ensino Estado de Goiás (CEEG), localizado na cidade de Imperatriz, Maranhão. Ao longo de décadas, essa instituição constituiu um importante espaço de formação, sociabilidade e construção de memórias, aspecto evidenciado pelo relato da educadora Maria da Conceição Medeiros Formiga, professora normalista que atuou no referido estabelecimento de ensino durante doze anos.

Quanto aos procedimentos metodológicos, a pesquisa caracteriza-se como qualitativa, fundamentada na revisão documental e na análise de indicadores educacionais disponibilizados pela plataforma QEdu. Recorre, ainda, à história oral, por meio do relato de experiência da professora Conceição Formiga. Com esse percurso teórico-metodológico, buscamos suscitar reflexões sobre a necessidade de políticas públicas voltadas à preservação do patrimônio educacional, especialmente no âmbito municipal, considerando que, em apenas dois anos, a cidade de Imperatriz assistiu ao encerramento definitivo das atividades de duas escolas tradicionais, como será discutido ao longo deste artigo.

2. Contextualizando a história do Centro de Ensino Estado de Goiás

Para o presente estudo, consideramos que a proteção do patrimônio cultural se torna significativo para a construção da identidade das sujeitas e dos sujeitos,

sobretudo, na relação com o tempo e espaço no processo de construção da memória. Portanto, é nesse contexto que a preservação do patrimônio escolar assume papel de provedor da memória, iluminando seus vínculos com a formação expressiva de sujeitas e sujeitos da infância a juventude.

No mesmo gradiente, possui a importância de operacionalizar como facilitador da transmissão dos aspectos culturais do espaço educacional por meio da construção da subjetividade e da identidade dos discentes. De acordo com Regina Abreu e Mário Chagas:

> O patrimônio é usado não apenas para simbolizar, representar ou comunicar – é bom para agir. Essa categoria faz a mediação sensível entre seres humanos e divindades, entre mortos e vivos, entre passado e presente, entre o céu e a terra e entre outras oposições. Não existe apenas para representar ideias e valores abstratos e ser contemplado. O patrimônio, de certo modo, constrói, forma as pessoas. [...] Mais do que um sinal diacrítico a diferenciar nações, grupos étnicos e outras coletividades, a categoria "patrimônio", em suas variadas representações parece confundir-se com as diversas formas de autoconsciência cultural (Abreu; Chagas, 2009, p.31-32).

Dessa maneira, o Centro de Ensino Estado de Goiás (CEEG) também representou esse lugar de construção e formação de pessoas com suas ideias e valores, marcando sua passagem no tempo histórico da cidade de Imperatriz. O referido centro de ensino foi fundado em 1962, porém iniciou as atividades pedagógicas em 05 de agosto de 1963, como o nome de "Grupo Escolar Estado de Goiás", que foi

instituído durante o governo de Newton de Barros Bello advogado, promotor público, vereador, que governou o Estado do Maranhão no período de 31 de janeiro 1961 a 31 de janeiro de 1966.

Figura1: Localização geográfica do CEEG (2026)



Fonte: Google Maps.

Torna-se importante contextualizar que o espaço geográfico, da outrora escola, estava concentrada numa área de grande especulação imobiliária, dentre outras especificidades que o tornaram super valorizado. Assim, o CEEG estava localizado no centro da cidade, na Avenida Dorgival Pinheiro de Sousa, s/n, uma zona de grande fluxo de veículos, próximo do Calçadão de Imperatriz e de estabelecimentos comerciais valorizados, quais sejam: locadora de veículos e lojas do varejo e atacado.

Ressaltando que o nome de origem do centro de ensino é uma homenagem ao Estado de Goiás, motivo pelo qual também era conhecida como “Escola Goiás”.

Melhor explicando, o nome segue a tradição toponímica que atribuía o nome de cidade, estado, país as escolas da época. Vale destacar que nesse período o estado de Goiás, região pujante da época, geograficamente fazia limite com a cidade de Imperatriz.

No percurso do tempo e ampliando suas atividades, em 2003, foi definitivamente implantado o Ensino Médio regular e, novamente, a escola tem seu nome mudado para Complexo Educacional de Ensino Fundamental e Médio Estado de Goiás.

Figura 2: Fachada do CEEG (2012)



Fonte: Google Maps.

Seguindo com o processo de ampliação das atividades educacionais, em 2006, foi implantada a modalidade de ensino: Educação de Jovens e Adultos (EJA). Dessa forma, como resultado da expansão das modalidades de ensino, em janeiro de 2007, a escola foi rebatizada com a denominação de Centro de Ensino Estado de Goiás. Nome

que acompanhou a existência da instituição até o ano de 2025, momento em que a escola teve suas atividades encerradas.

Figura 3: Fachada do Centro de Ensino Estado de Goiás (2024)



Fonte: https://ceestadodegoias.blogspot.com/2012/06/historico-do-centro-de-ensino-estado-de.html

3. Estrutura física, índices de matrículas e indicador de aprendizado dos estudantes do Centro de Ensino Estado de Goiás – com base na Plataforma QEdu

Nesta seção apresentamos um demonstrativo do potencial do CEEG, com base no Censo Escolar publicado no Portal QEdu[1] , portanto, em relação aos aspectos

1 O portal QEdu foi idealizado pela Meritt e pela Fundação Lemann em 2012 e está sob a gestão do Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (Iede) desde 2020. Composto por diversas plataformas, o QEdu reúne os principais indicadores da Educação Básica brasileira, que podem ser consultados nos níveis de País, Estados, municípios e escolas. Disponível em: https://qedu.org.br/sobre. Acessado em: 03 de maio. 2026.

estruturais e índices de matrícula o ano base será 2025, com vista a enfatizar a importância da escola, do mesmo modo o quantitativo de alunos atendidos. Entretanto, as informações sobre os indicadores de aprendizado (Ideb, indicador de aprendizado e de fluxo) tem como referência o ano de 2023, conforme informações do Portal QEdu.

> a) Estrutura física: biblioteca, laboratório de informática e ciências, sala de leitura, quadra de esportes, salas da diretoria, de professores e de atendimento especial, banheiro e cozinha;
>
> b) Indice de matrículas: Ensino Médio no referido ano foram realizadas 226 matrículas. Em relação ao número de alunos matriculados por etapa, temos: 1ª série (97), 2ª série (59) e 3ª série (70). Na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) foram matriculados 68 alunos e na Educação Especial 9 aluno;
>
> c) Indicador de aprendizado: o Ideb é calculado com base no aprendizado dos estudantes em português e matemática (Saeb) e no fluxo escolar. Assim, respectivamente os alunos do CEEG alcançaram 4,16 (aprendizado) x 0,99 (fluxo) = 4,1 (Ideb).

Para além das informações e com base no levantamento encontrado no Portal QEdu, o CEEG obteve avanço significativo nos índices de aprendizado se considerarmos a seguinte escala de projeção: 1) em 2019, o centro de ensino obteve 2,8 de nota no Ideb que foi projetada para 3,1 até o ano 2021 e, 2) em 2023, a escola conquistou a nota de 4,1. Consequentemente, verificamos que o Centro de Ensino Estado de Goiás foi uma instituição

educacional com profissionais empenhados na melhoria da qualidade da educação.

Logo, constatamos o quão prejudicial foi a interrupção das atividades do centro de ensino para a comunidade imperatrizense, uma vez que o CEEG foi, repentinamente, apagado do cenário educacional da cidade. Tal situação legou inúmeros transtornos aos profissionais da educação, aos estudantes e à comunidade que usufruía desse espaço educativo.

Nessa conjuntura, em diálogo com a perspectiva teórica de Paulo Freire, compreendemos que o encerramento das atividades escolares configurou uma "situação-limite". Contudo, o autor assevera que uma situação-limite não deve ser compreendida como expressão de desesperança:

> [...] não são as situações-limites, em si mesmas, geradoras de um clima de desesperança, mas a percepção que os homens tenham num dado momento histórico, com um freio a eles, como algo que eles não podem ultrapassar. No momento em que a percepção crítica se instaura, na ação mesma, se desenvolve um clima de esperança e confiança que leva os homens a se empenharem na superação das "situações-limites". Esta superação que não existe fora das relações homens-mundo, somente pode verificar-se através da ação dos homens sobre a realidade concreta em que se dão as "situações-limite" (Freire, 2018, p. 126).

Diante disso, por meio desse movimento crítico e reflexivo, entendemos que as situações-limites enfrentadas na cidade de Imperatriz estão relacionadas a um processo de opressão de sujeitas e sujeitos que tinham

no Centro Educacional Estado de Goiás a referência da memória e tempo histórico. A partir desse contexto, a ação arbitrária, praticada pelo governo municipal, impactou diretamente na vida cotidiana dos indivíduos que trabalhavam e estudavam na instituição. Do mesmo modo, a comunidade imperatrizense, novamente, tem uma perda imensurável na perspectiva de proteção do patrimônio material e imaterial.

Figura 4: Matéria divulgada pela Chefia de Gabinete (2026)



Fonte: https://imperatriz.ma.gov.br/noticias/prefeitura-prepara-novo-espaco-para-estacionamento-da-prefs-no-centro-de-imperatriz.html

Dessa maneira, as atividades escolares do CEEG foram encerradas em definitivo.. A decisão do poder público desencadeou amplo debate na sociedade imperatrizense e gerou diferentes especulações nos meios de comunicação acerca da destinação do imóvel.

Entre as possibilidades divulgadas, cogitou-se, inclusive, a implantação de um estacionamento público no local, proposta anunciada pela administração municipal como parte de um projeto de reorganização da área central da cidade.

Na ocasião, reportagens veiculadas pela imprensa destacavam que o antigo espaço escolar seria adaptado para abrigar um estacionamento com capacidade para aproximadamente 180 veículos, além de comportar feiras, atividades esportivas, culturais e outros eventos públicos. Segundo a gestão municipal, a iniciativa buscava ampliar a mobilidade urbana, fortalecer o comércio local e diversificar os usos do espaço anteriormente ocupado pela escola.

Embora o projeto de estacionamento tenha sido amplamente divulgado, ele não se concretizou. Ainda assim, as intervenções realizadas no edifício promoveram alterações significativas em sua configuração original, descaracterizando parte importante desse patrimônio educacional. Recentemente, o imóvel passou a abrigar uma escola municipal de tempo integral, conferindo-lhe uma nova função educativa. Essa mudança, contudo, não elimina a necessidade de refletir sobre a preservação da memória institucional do antigo Centro de Ensino Estado de Goiás, cuja trajetória permanece vinculada à história da educação e da formação de diferentes gerações de imperatrizenses.

4. Relato de vivência no Centro de Ensino Estado de Goiás: registro da memória docentes

Não obstante as mudanças da cidade, impostas pela prefeitura, com vista a atender aspectos políticos

e econômicos simbolizam uma agressão a memória da cidade. Diante disso, as memórias da professora Maria da Conceição Medeiros Formiga, que trabalhou na escola fortalecem o legado deixado pelo CEEG. Conhecida popularmente como "Conceição Formiga", contribuiu expressivamente como educadora/alfabetizadora da Escola Estado de Goiás durante doze anos. Maranhense de Barra do Corda, Dona Conceição nasceu em 15 de outubro de 1946, data muito representativa que ela considera especial: "até nisso Deus me privilegiou, nasci no dia de Santa Tereza d´Ávila e no dia do professor".

Figura 5: Fotografia da Professora Conceição Medeiros Formiga (2026)



Fonte: Arquivo pessoal de Dona Conceição.

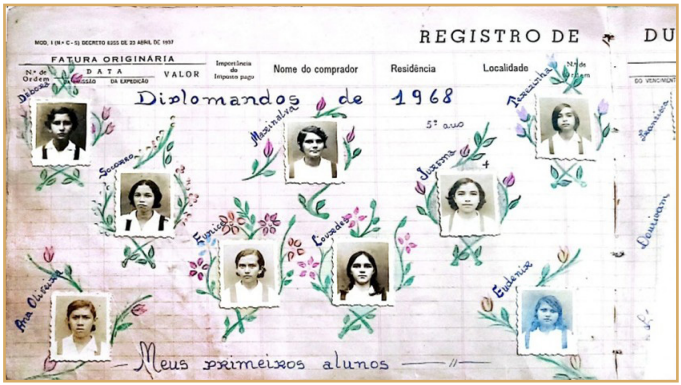
Mediante o exposto, Dona Conceição Formiga é uma personagem imperatrizense atuante em nossa sociedade, exercendo o cargo de professora por mais de uma década. O relato de sua história e memorias aconteceu em sua residência em 11 de abril de 2026. Assim, durante a conversa, ela nos apresentou além das memórias algumas fotografias datadas dos anos 1960,

fazendo a contextualização e reconstrução histórica da sua passagem pelo Centro de Ensino Estado de Goiás como alfabetizadora do 1º ano primário. No tocante ao trabalho docente, Dona Conceição relata o seguinte:

> [...] tinha uma lei que quando o menino entrasse na escola, com sete anos, ele tinha que sair sabendo ler. A gente tinha que ter muita habilidade, porque em um ano, o menino tinha que saber ler. Nesse tempo ele não vinha do jardim de infância como é hoje, só vinha pra escola, chegava sem saber ler. Durante um ano, graças a Deus, a gente alfabetizava todo mundo. Por isso eu fiquei só no primeiro ano, eu dava conta durante um ano do menino sair alfabetizado" (Conceição Formiga, 2026).

Dessa maneira, Dona Conceição foi construído um painel vivo de suas memórias, relativo ao período (12 anos) que trabalhou como educadora e, nesse momento, lembrou do álbum de fotografias que confeccionou em homenagem aos alunos da 5ª série, conforme apresentado a seguir.

Figura 6: Alunos do Grupo Escolar "Estado de Goiás" (1968)



Fonte: Arquivo pessoal de Conceição Formiga.

Dona Conceição enfatiza que, naquele período, atuar como educadora constituía uma ação dialógica, uma vez que as professoras não dispunham do suporte pedagógico e estrutural disponível na atualidade. A fim de endossar sua fala, faz a seguinte explanação: "Olha, nós tínhamos uma biblioteca pequeninha, mas tinha alguma coisa. Tinha cartolina, figuras, revistas que a gente conseguia entre nós mesmos" (Conceição Formiga, 2026).

Ressalta também que havia mais interação entre as professoras para a construção de ideias propositivas no sentido de garantir uma educação de qualidade. E, nesse contexto, a professora reflete:

> Nós e nós mesmo, entre nós professores, porque não tinha esse negócio de psicopedagogia ou assistente social. Não tinha isso não. Entre nós conversávamos e nos ensinávamos. Eu me lembro bem que tinha uma professora que era melhor em matemática, eu gostava muito de religião, já ela não, ela me pediu – Conceição vai dar aula de religião na minha turma que vou ficar com os teus alunos. Era assim, nós fazíamos pequenas trocas (Conceição Formiga, 2026).

Dessa maneira, verificamos que a atuação de Dona Conceição remete aos pressupostos que Ecléa Bosi trabalha no livro Memória e Sociedade: lembrança dos velhos (1994). Melhor explicando, refere-se à arte de trocar experiências, de narrar histórias para reconstruir fatos ou períodos que marcaram a vida coletiva ou individual das sujeitas e dos sujeitos na sociedade.

O relato de vida de Dona Conceição nos remete a um tempo onde o diálogo era essencial para a construção de novas ideias, tendo como ponto de partida a própria

experiência, compartilhada pelo grupo de professoras de sua época. Segundo Ecléa Bosi:

> A arte de narração não está confinada nos livros, seu veio épico é oral. O narrador tira o que narra da própria experiência e a transforma em experiência dos que o escutam. [...] A narração exemplar foi substituída pela informação de imprensa, que não é pesada e medida pelo bom senso o leitor. Assim, a união de uma cantora com um esportista ocupa mais espaço que uma revolução. [...] A arte de narrar vai decaindo com o triunfo da informação. Ingurgitada de explicações, não permite que o receptor tire dela alguma lição (Bosi, 1994, p.85-86).

Portanto, com base na narração de Dona Conceição é possível compreender que o Centro de Ensino Estado de Goiás possuía relevância concreta na vida da Cidade de Imperatriz, justamente por ser um espaço de socialização e compartilhamento de vidas que se desenvolveram dentro desse território educacional. Conceição traz à lembrança dos alunos para quem lecionou em sua época de professora e rememora alguns nomes, por exemplo, Domingos César, Maria Alves e o Raul.

Diante dessa conjuntura dialógica, fica explícito o sentimento de tristeza em saber que a escola encerrou as atividades:

> Só pra gente entender que a escola foi apagada. Assim, você apagou também a história de quem passou por ali. É isso que eu não quero que aconteça, mesmo que estejam mudando as coisas lá. (Conceição Formiga, 2026).

Assolada pela tristeza, a professora relata o

sentimento ao passar pelo local e verificar que as árvores que foram plantadas não existem mais e desabafa: “tiraram tudo, é como se tivesse tirado um pedaço do coração da gente. Isso dói muito para nós que estivemos naquele lugar”.

Figura 8: Fachada do CEEG (2025)



Fonte: Google Maps.

Mais adiante, reforça o sentimento de angústia:

> [...] quando eu passo e vejo as árvores arrebentadas, fico triste. No começo eu pensei que era só arrumando, podando. Eu me lembrava tanto do dia em que plantamos as árvores, lembro até a música: “cavemos a terra, plantemos nossas árvores, que amiga bondosa”. Eu e as crianças, diretores, outros professores, todos cantando ali. Depois as árvores cresceram, agora a gente passa pela Dorgival Pinheiro não tem mais nada, tiraram tudo (Conceição Formiga, 2026).

Figura 9: Fachada do CEEG (2026)



Fonte: Arquivo pessoal Jean Pierr.

A professora, emocionada, recorda das companheiras(os) da época dizendo: “tenho muita saudade daquele pessoal, a professora Irene, Dona Constantina, Evanda e Maira Milhomem”. Realça que, mesmo aposentada, durante alguns anos, manteve contato com a escola: “Eu nunca deixei de ficar indo na escola eu ficava fazendo palestra, fazia questão de ajudar”.

Dessa forma, compartilhamos da reflexão de Halbwachs (1990) no qual o autor enfatiza que as memórias de sujeitas e sujeitos nunca são apenas suas, pois as lembranças não podem existirem isoladas de um grupo social. Assim, ao manter contato com as companheiras de trabalho, Dona Conceição passou a consolidar na memória as lembranças que viveu com esse grupo social, logo, a memória não é apenas individual é também coletiva. Nessa perspectiva, segundo Halbwachs:

> Para que nossa memória se auxilie com a dos outros, não basta que eles nos tragam

> seus depoimentos: é necessário ainda que ela não tenha cessado de concordar com suas memórias e que haja bastante pontos de contato entre uma e as outras para que as lembranças que nos recordem possam ser reconstituídas sobre um fundamento comum (Halbwachs, 1990, p.34).

Diante do exposto, Dona Conceição é uma guardiã da memória de Imperatriz, em diversos aspectos, conforme dito anteriormente. Para além de ser uma mulher cristã engajada nos seus compromissos com a igreja, também é uma cidadã política potente que tem em seu histórico de vida o mandato de vereadora. E nesse movimento de fortalecimento da representação feminina torna-se relevante destacar que Conceição Formiga é uma das responsáveis pela criação do Clube de Mães de Imperatriz.

Ainda, é confreira ativa do Instituto Histórico e Geográfico de Imperatriz (IHGI). Em relação ao patrimônio escolar, fica demonstrado o quão importante e significativo é para a memória individual e coletiva, conforme os relatos da nossa depoente.

5. Considerações Finais

Concluindo, é imprescindível que os agentes públicos compreendam a relevância do ato de preservar o patrimônio escolar da cidade de Imperatriz, sendo que, apesar das ações desenvolvidas por institutos, universidades, pesquisadores e a elaboração de documentos, verificamos a resistência em assimilar tal compreensão. Logo, a investigação sobre o Centro de Ensino Estado de Goiás (CEEG) permite inferir que a preservação do patrimônio escolar é um elemento

estruturante da identidade coletiva da cidade de Imperatriz. Assim, conforme fundamentado na perspectiva de Halbwachs:

> [...] não é certo, então, que para lembrar-se seja necessário se transportar em pensamento, pois pelo contrário é somente a imagem do espaço que, em razão de sua estabilidade, dá-nos a ilusão de não mudar através do tempo e de encontrar o passado no presente; mas é assim que podemos definir a memória (Halbwachs, 1990, p.160).

Nesse sentido, o encerramento das atividades da CEEG não representa apenas uma mudança urbanística, mas o apagamento deliberado de um lugar de memória que serviu de âncora para várias gerações. Por esse motivo, o estudo das narrativas, especialmente, o relato da professora Conceição Formiga, evidencia que a memória docente reconstrói o passado a partir das necessidades do presente.

Portanto, a tristeza manifestada pela destruição do patrimônio natural, por exemplo, as árvores plantadas em conjunto com a comunidade, revela a face perversa da "devoção ao capital", onde a especulação imobiliária e a conveniência política sobrepõem-se ao valor imaterial da educação.

Em síntese, concluimos que é urgente a implementação de políticas públicas que fomentem a educação patrimonial e a criação de dispositivos de salvaguarda, como centros de documentação e museus escolares. Nesse prisma, essa experiência tão desagradável e agressiva que traz adversidade a comunidade e a história de Imperatriz, consequentemente, serve como um alerta crítico: ao sacrificar espaços educacionais tradicionais

em favor de demandas mercadológicas, infelizmente, gera uma perda à sociedade e o esfacelamento da sua autoconsciência cultural.

Finalizando, a superação desse cenário exige uma postura de ação reflexiva dos agentes públicos, precisamente, para que as "ferramentas de resgate" e a divulgação científica garantam que a história de sujeitas e sujeitos oprimidos e invisibilizados, de fato, não sejam definitivamente silenciadas.

Referências

ABREU, R.; CHAGAS, M. **Memória e Patrimônio:** ensaios contemporâneos. 2ª edição. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

BOSI, E. **Memória e Sociedade:** lembrança dos velhos. 3ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BLOGSPOT.COM. **Centro de Ensino Estado de Goiás**. Disponível em: https://ceestadodegoias.blogspot.com/2012/06/historico-docentro-de-ensino-estado-de.html. Acessado em: 03 de mai. 2026.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 65 ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2018.

GOVERNO DO MARANHÃO. **Galeria de Governadores**. Disponível em: https://www.ma.gov.br/galeria-de governadores#:~:text=NEWTON%20DE%20BARROS%20BELLO%20%E2%80%93%201961,1958%20a%201962%2C%20pelo%20PSD. Acessado em: 03 de mai. 2026.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva.** São Paulo: Vértice/ Editora Revista dos Tribunais, 1990.

PREFEITURA DE IMPERATRIZ. **Portal Notícias**. Disponível em: https://imperatriz.ma.gov.br/noticias/prefeitura-prepara-novo-espaco-para-estacionamento-da-prefs-no-centro-de-imperatriz.html. Acessado em: 03 de mai. 2026.

QEDU: **Portal de Dados Educacionais do Brasil**. Centro de Ensino Estado de Goiás. Disponível em: https://qedu.org.br/escola/21096120-centro-de-ensino-estado-de-goias/censo-escolar/infraestrutura. Acessado em: 03 de mai. 2026.

QUEIROGA, D. S. Toponímia: o nome como patrimônio. **REAPCBH – Revista Eletrônica do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte**, v. 7, n. 7, p.40-61, 2020. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/602647756/A-toponi-mia-como-elemento-da-paisagem-cultural-do-Conjunto-Urbano-Bairros-LagoinhaBomfim-e-Carlos-Prates. Acessado em: 03 de mai. 2026.

4

Identidade, Missão e Diálogo: Da Evangelização Capuchinha no Centro-Sul do Maranhão à Perspectiva Ecumênica do Magnificat

Kléber Alberto Lopes De Sousa
Polyana Almeida Frota Lima



Kleber Alberto Lopes de Sousa

Doutor em História (UNISINOS), mestre em Administração (FEAD-MG), bacharel em Ciências Econômicas (PUC-GO) e bacharel em Teologia (FEST). É professor do curso de Ciências Econômicas e vice-diretor da Faculdade de Educação Santa Terezinha (FEST). Integra o Grupo de Pesquisa em História das Instituições, Práticas Educativas e Sujeitos Históricos, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Campus de Imperatriz, e é membro titular do Instituto Histórico e Geográfico de Imperatriz. **Lattes:** http://lattes.cnpq.br/6774638432389037.



Polyana Almeida Frota Lima

Doutoranda em Sociologia e Antropologia (PPGSA/UFPA) e Mestra em Sociologia (PPGS/UFMA). Graduada em Teologia Pastoral (FEST) e em Ciências Humanas/Sociologia (UFMA). Especialista em Mariologia. Desenvolve pesquisas nas áreas de Sociologia da Religião, Antropologia, Mariologia, memória e religiosidades. Integra os grupos de pesquisa MENSMEMINI (UFMA), As Interfaces da Antropologia na Teologia Contemporânea (FAJE) e VISAGEM (UFPA). É membra do Instituto Histórico e Geográfico de Imperatriz (IHGI), da DANDAXÉ, da Academia Marial de Aparecida e da Associação Brasileira de Mariologia (ABM).

CAPÍTULO 4

IDENTIDADE, MISSÃO E DIÁLOGO: DA EVANGELIZAÇÃO CAPUCHINHA NO CENTRO-SUL DO MARANHÃO À PERSPECTIVA ECUMÊNICA DO MAGNIFICAT

Resumo

Este artigo propõe uma reflexão interdisciplinar sobre a formação do cristianismo no Centro-Sul do Maranhão, articula a historiografia da missão dos Frades Capuchinhos Lombardos com a reflexão teológica ecumênico sobre a mariologia a partir de Martinho Lutero. A investigação parte da premissa de que a ação missionária na região - caracterizada pela fundação de instituições de ensino, saúde e pela defesa de direitos humanos - constitui uma tradução prática exegética do cântico bíblico *Magnificat*. Por meio de pesquisa bibliográfica e documental, o estudo demonstra que a figura de Maria, longe de ser um ponto de divisão, emerge como um elo ecumênico quando lida a partir do comentário de Martinho Lutero, que a situa na lógica da *Sola Gratia*. Conclui-se que a identidade cristã regional é forjada na tensão entre a tradição europeia e a realidade sertaneja, onde o legado capuchinho e a exegese luterana convergem para uma 'Teologia da Práxis'. Esta síntese unifica a fidelidade às Escrituras ao compromisso inegociável com a dignidade humana, consolidando uma 'opção pelos pobres' que se faz presente tanto na trajetória missionária quanto no louvor profético de Maria.

Palavras-chave: Capuchinhos no Maranhão; Mariologia; Martinho Lutero; Ecumenismo; Teologia da Práxis.

IDENTITY, MISSION, AND DIALOGUE: FROM CAPUCHIN EVANGELIZATION IN SOUTH-CENTRAL MARANHÃO TO THE ECUMENICAL PERSPECTIVE OF THE MAGNIFICAT

Abstract

This article proposes an interdisciplinary reflection on the formation of Christianity in Southern Maranhão, articulating the historiography of the Lombard Capuchin Friars' Mission with an ecumenical theological reflection on Mariology based on Martinho Luther. The investigation is grounded in the premise that missionary action in the region - characterized by the founding of educational and health institutions and the defense of human rights - constitutes a practical exegetical translation of the biblical canticle *Magnificat*. Through bibliographic and documentary research, the study demonstrates that the figure of Mary, far from being a point of division, emerges as an ecumenical link when read through Martinho Lutero's commentary, which situates her within the logic of *Sola Gratia*. It is concluded that the regional Christian identity is forged in the tension between European tradition and the *sertaneja* reality, where the Capuchin legacy and Lutheran exegesis converge into a "Theology of Praxis"; this synthesis unifies fidelity to the Scriptures with an unyielding commitment to human dignity, consolidating an "option for the poor" that is present both in the missionary trajectory and in the prophetic praise of Mary.

Keywords: Capuchins of Maranhão. Mariology; Martinho Luther; Ecumenism; Theology of Praxis.

1. Introdução: o magnificat como práxis histórica

O presente estudo propõe uma reflexão interdisciplinar que articula a historiografia da missão dos Frades Capuchinhos Lombardos no Centro-Sul do Maranhão à exegese mariológica de Martinho Lutero sobre o cântico do *Magnificat*. Parte-se da premissa de que a ação missionária capuchinha na região não constituiu apenas uma expansão institucional, mas também uma tradução prática do louvor profético de Maria, configurando aquilo que se denomina "Teologia da Práxis".

O estudo tem como foco a Missão Maranhão, conduzida pelos Capuchinhos Lombardos a partir do final do século XIX, e o legado dessa Ordem na construção da identidade religiosa e social do Centro-Sul do Maranhão. Nesse contexto, a limitada presença do poder público conferiu aos religiosos um papel que extrapolou o *munus* sacerdotal, estendendo sua atuação aos campos da educação, da saúde, da infraestrutura, da assistência social e da defesa dos direitos humanos.

Nessa perspectiva, a atuação histórica dos Frades Menores Capuchinhos no Maranhão, assim como o papel mediador de Maria cantado no *Magnificat*, articulou reflexão doutrinária e prática missionária na construção de uma teologia da práxis. Esse processo consolidou um fundamento de fé intimamente vinculado à identidade cristã forjada no cotidiano da região.

A reflexão teológica sobre o *Magnificat*, especialmente sob a ótica luterana da *Sola Gratia*, oferece um substrato espiritual para um diálogo necessário em favor da unidade cristã no contexto da atuação franciscana. Nessa análise, a figura de Maria emerge não como um ponto de divergência denominacional, mas como um elo ecumênico e profético.

Segundo a exegese de Lutero, Maria é a "serva humilde" que reconhece a própria nulidade (*Nichtigkeit*), permitindo que a força divina se manifeste na história ao derrubar os poderosos e elevar os humildes. A aproximação entre esses temas permite compreender o cristianismo regional não apenas como um repositório de fatos históricos, mas como um campo de saber teológico em permanente construção.

O estudo articula os principais marcos históricos da atuação da Ordem, como a fundação da Missão Maranhão, em 1894; a criação da Prelazia de São José de Grajaú, em 1922; a instituição da Prelazia de Carolina, em 1958, a partir do desmembramento da Prelazia de Grajaú; e a criação da Diocese de Imperatriz, em 1987, por desmembramento da Diocese de Carolina. Esses marcos são analisados à luz das seis obras divinas descritas por Maria e comentadas por Lutero, buscando compreender como a atuação missionária dos Capuchinhos se articulou à construção de práticas religiosas, sociais e institucionais no Centro-Sul do Maranhão.

Os frades não apenas pregaram sobre a "serva do Senhor", mas, movidos por esse mesmo espírito, tornaram-se servos daquela realidade, fazendo da missão um alicerce no qual tradição institucional e renovação espiritual se encontram na prática do amor cristão. Nessa perspectiva, propõe-se que o legado capuchinho em solo maranhense constitui uma exegese viva do texto lucano: uma fé que se concretiza na defesa do camponês, no cuidado ao hanseniano, na instrução escolar e na assistência aos desassistidos do estado.

Ao articular história e teologia, este estudo busca compreender o cristianismo regional como um campo

de saber em permanente construção, no qual o louvor a Deus se traduz, necessariamente, em compromisso com a dignidade humana.

2. A missão capuchinha: de braço do estado à voz dos pobres

A presença dos frades Capuchinhos no Maranhão, iniciada em 1612 e reconfigurada pelos missionários lombardos em 1893, materializa a teologia prática e a *theologia crucis* que Martinho Lutero identificou no *Magnificat*. Ao interiorizarem a fé pelas bacias hidrográficas, enfrentando o isolamento e os conflitos em Barra do Corda e Alto Alegre, os frades abandonaram as estruturas eclesiais estáticas para atuar na existência concreta. Essa postura assemelha-se à exegese luterana, que localiza o agir de Deus não nas especulações teóricas dos poderosos, mas na experiência vivida junto aos pequenos e marginalizados (Lutero, 2015, p. 13).

A transição da Missão de uma atividade puramente catequética para uma ação política e social explicita a inversão de valores descrita por Lutero no cântico de Maria. Onde o Estado se fazia ausente, o múnus sacerdotal dos frades desdobrou-se em educação indígena, saúde e defesa da terra. Essa prática encarna diretamente a quarta, a quinta e a sexta obras divinas apontadas pelo reformador (Lc 1,52-53): a exaltação dos que "nada valem perante o mundo" e o ato de "saciar os famintos" que sofrem privações sob a violência alheia (Lutero, 2015, p. 65-67). A resposta capuchinha às dores do sertão traduziu o esvaziamento das falsas seguranças institucionais em favor do acolhimento à "nulidade" (*Nichtigkeit*) humana.

A reorganização territorial eclesiástica do Maranhão no século XX, impulsionada pelo acolhimento aos migrantes nordestinos que fugiam da seca, reflete a dinâmica histórica e intertextual entre fé e realidade concreta descrita por Reimer (2016, p. 53). O desmembramento da Arquidiocese de São Luís (elevada à Arquidiocese em 1922 pelo Papa Pio XI) e a posterior criação das sedes eclesiais de Grajaú (1922)[1] - confiada aos Capuchinhos Lombardos e elevada a Diocese [2] em 1981 - e a da Prelazia de Pinheiro (1939)[3] . Posteriormente, foram estabelecidas as dioceses de Carolina (erigida como prelazia[4] em 1958 e elevada em 1979) e a de Imperatriz[5] (criada em 1987 pelo Papa João Paulo II).

Eventos que deixam de ser puramente administrativos para se tornarem marcos de uma Teologia da Práxis. Ao acolherem os despossuídos e reordenarem o território para servi-los, os Capuchinhos vivificaram a essência do *Magnificat* interpretado por Lutero: a certeza de que a soberania de Deus age silenciosamente através da história para socorrer e elevar os humilhados.

1 ACTA APOSTOLICAE SEDIS. ***Bula Rationi Congruit***. 1922, p. 331ss. Disponível em:http://www.vatican.va/archive/aas/documents/AAS-14-1922-ocr.pdf. Acesso em: 22.junho.2020.

2 Diocese de Grajaú. The Hierarchy of the Catholic Church: Current and historical information about its bishops and dioceses (Bula Castellum Tratoports). Disponível em: http://www.catholic-hierarchy.org/diocese/dgraj.html. Acesso em: 22.dezembro.2020.

3 Diocese de Pinheiro. ***The Hierarchy of the Catholic Church:*** Current and historical information about its bishops and dioceses (bula Ad Maius Christi fidelium). Disponível em:http://www.catholic-hierarchy.org/diocese/dpinh.html. Acesso em: 21.dezembro.2020.

4 ACTA APOSTOLICAE SEDIS. ***Bula Qui Aeque Ac S. Petrus***. 1958, p. 615 ss. Disponível em: < http://www.vatican.va/archive/aas/documents/AAS-50-1958-ocr.pdf>. Acesso em: 22.dezembro.2020.

5 ACTA APOSTOLICAE SEDIS. ***Bula Quae Maiori Christi Fidelium Spirituali Bono***. 1987, p. 1.262 ss. Disponível em: http://www.vatican.va/archive/aas/documents/ AAS-79-1987-ocr.pdf. Acesso em: 22.dezembro.2020.

O arrojado programa de construção de igrejas matrizes e capelas no Centro-Sul do Maranhão, totalizando 102 edificações (APG, 14, A, 8, 23), reflete uma eclesiologia que dignifica o espaço dos fiéis. Esse zelo artístico e pastoral dialoga com a distinção de Lutero sobre o verdadeiro louvor: o reformador condena o formalismo barulhento e destituído de graça, mas defende que toda a vida e os dons humanos devem se mover no amor e na alegria divina (Lutero, 2015, p. 17). Ao erguerem templos agradáveis tanto nos centros urbanos quanto nos menores povoados, os Capuchinhos estruturaram espaços onde a dignidade dos pequenos é reconhecida, contrapondo-se ao abandono geográfico e social.

Essa postura consolidou um cristianismo essencialmente prático e institucional. Em Imperatriz, o crescimento vertiginoso decorrente da abertura da rodovia Belém-Brasília (BR-010) demandou uma mudança metodológica conduzida por Dom Marcelino Bícego. O plano pastoral focado em "expandir as Comunidades Eclesiais de Base [...] a partir da vida do povo" (Pastorelli, 2008, p. 179) conecta-se diretamente à hermenêutica luterana do *Magnificat*. Para Lutero, o canto de Maria nasce da existência concreta e de uma "teologia prática" que rejeita especulações abstratas para se colocar a serviço das relações reais (Lutero, 2015, p. 13). Evangelizar a partir da realidade popular é validar a experiência cotidiana como o lugar teológico legítimo onde Deus opera.

Por consequência, a atuação capuchinha em Imperatriz tornou-se um pilar de transformação que encarna a quarta obra divina descrita no *Magnificat*: a exaltação dos que "estão por baixo" (Lc 1,52b). Ao estabelecerem vínculos de confiança desde as primeiras desobrigas e ao oferecerem voz, cultura e ofício

profissional aos desassistidos, os freis humanizaram a religião. Esse cuidado prático reflete o exame terminológico de *tapeínosis* proposto por Lutero e Erasmo de Roterdã (Boff, 2006, p. 338; Reimer, 2016, p. 53). Em vez de uma humildade artificial ou discursos de humilhação meritória, a missão capuchinha abraçou a "baixeza" e a "nulidade" (*Nichtigkeit*) socioeconômica do povo. Na figura do frade que caminha com a comunidade, manifesta-se o Deus exegeta de Lutero: aquele cujo olhar misericordioso e soberano se inclina para o reverso da história, transformando a espoliação humana em lugar de graça e elevação social.

A atuação histórica dos frades Capuchinhos no Centro-Sul maranhense corporifica as ações divinas que Martinho Lutero identificou no *Magnificat*, desvelando uma correspondência direta entre a exegese do reformador e a práxis missionária na região.

As figuras icônicas dos frades exemplificam a destituição das lógicas opressoras mundanas em favor da edificação do Reino de Deus. A mediação de Frei Rogério em conflitos agrários, o planejamento urbano e social de Frei Epifânio, a interiorização do ensino por Frei Osvaldo e a assistência aos enfermos por Frei Tadeu subverteram a estrutura tradicional de privilégios. Esse movimento personifica a terceira obra divina analisada por Lutero (Lc 1,52a): o ato pelo qual Deus derruba os poderosos de seus tronos e expõe a tirania dos que confiam em suas próprias prerrogativas institucionais (Lutero, 2015, p. 63).

A consolidação da Igreja como um "Estado presente" diante da negligência pública materializa a segunda obra - a manifestação do braço de Deus (Lc 1,51a). Para o reformador, o "braço divino" opera sem a intermediação das vaidades humanas, agindo de forma silenciosa

até ser consumado (Lutero, 2015, p. 59). Ao fundarem escolas pioneiras e institucionalizarem o magistério e a profissionalização, os Capuchinhos utilizaram o saber como instrumento de libertação e emancipação social, combatendo o vácuo estrutural e a opressão da ignorância pela força dessa intervenção concreta.

Na saúde e no campo social, a atuação dos freis respondeu diretamente à quinta e à sexta obras lucanas (Lc 1,53): saciar os famintos e esvaziar os ricos. Lutero estipula que os "famintos" são aqueles que sofrem privações forçadas pela violência e pela arbitrariedade alheia (Lutero, 2015, p. 67). A distribuição gratuita de remédios e a edificação da Vila João XXIII em 1973 - acolhendo hansenianos estigmatizados e marginalizados pelo poder público - restauraram a dignidade vital desse grupo. Ao integrarem comunidades isoladas, fortalecerem a agricultura familiar e transferirem o protagonismo das elites latifundiárias para os despossuídos, os Capuchinhos ratificaram a antropologia integrada de Lutero: a salvação espiritual e a integridade física do corpo caminham indissociavelmente unidas na resposta humana à graça (Lutero, 2015, p. 18).

A partir da década de 1960, a resistência contra a grilagem e a violência decorrentes da abertura da rodovia Belém-Brasília expôs os frades ao confronto direto com as oligarquias, atuando como agentes históricos da dispersão dos soberbos (Lc 1,51b). Essa trajetória de enfrentamento profético atingiu seu ápice teológico no martírio do Padre Josimo Tavares em 1986. À luz da *theologia crucis* luterana, na qual os valores mundanos são radicalmente invertidos e a onipotência divina se revela no reverso da história - na impotência, na espoliação e no sofrimento (Reimer, 2016, p. 56-57) -, o sacrifício de Padre Josimo não representou

uma derrota. Sua morte denunciou o pecado estrutural da opressão camponesa e testemunhou o paradoxo evangélico: onde o poder público e as armas falharam, manifestou-se a justiça soberana do braço de Deus através da fragilidade e da fidelidade de um testemunho ético e profético.

A reconfiguração do lema franciscano "Paz e Bem" no contexto migratório maranhense reflete a transição da experiência interior para a práxis comunitária, estabelecendo um paralelo direto com as reflexões de Martinho Lutero sobre o *Magnificat*.

Ao unificar a população sob uma identidade ética que contesta o progresso puramente material, o carisma capuchinho encarna o combate luterano à soberba utilitarista. Para o reformador, o verdadeiro louvor nasce de um coração preenchido pelo Espírito Santo, que rejeita os falsos deuses do interesse próprio, do prestígio e do acúmulo material (Lutero, 2015, p. 25).

Nos Festejos de São Francisco, a fé viva que impulsiona a arte e a economia traduz o que Lutero chama de "sofrer alegre": uma obra divina que transcende o formalismo ritual e eclesiástico para se manifestar na experiência concreta do povo (Lutero, 2015, p. 17). O sagrado torna-se cultura e pertencimento porque é vivenciado no cotidiano das classes e relações da criação, ecoando a exegese contextualizada de Lucas 1,46-55 (Reimer, 2016, p. 56).

Essa dinâmica redefiniu a percepção pública sobre a Ordem, que evoluiu do assistencialismo prático para o reconhecimento dos frades como guardiões da ética regional. O maior legado capuchinho - a humanização do progresso sobre o lucro - responde ao tríplice proveito do *Magnificat* destacado por Lutero: consolar os humildes e incutir o temor de Deus nos poderosos da terra (Lutero, 2015, p. 20).

Ao priorizar a fraternidade, a missão adverte contra o perigo espiritual das honras e riquezas institucionais. A proposta contemporânea dos frades, onde o acesso ao saber é democratizado e a fé se realiza plenamente na justiça social, sela a Teologia da Práxis: a espiritualidade que se esvazia de si mesma, a exemplo de Maria em sua "nulidade" (*Nichtigkeit*), não se isola na interioridade, mas atua historicamente para que o braço de Deus continue a saciar de bens os famintos (Lc 1,53a).

Em conclusão, a análise teológica do *Magnificat* sob a ótica luterana e a reconstituição histórica da missão capuchinha no Centro-Sul do Maranhão revelam-se como duas faces da mesma moeda dogmática e existencial. Longe de ser uma figura esquecida pela Reforma, a Maria de Lutero ressurge não como uma entidade de méritos próprios, mas como o espelho perfeito da *Sola Gratia*, cuja nulidade (*Nichtigkeit*) humana abriu espaço para o agir soberano e incondicional de Deus. Essa mesma inversão evangélica, fundamentada na *theologia crucis*, encontrou solo fértil na práxis dos frades Capuchinhos no sertão maranhense.

Ao transformarem templos, escolas, hospitais e a defesa profética da terra em extensões concretas do cântico mariano, os missionários demonstraram que a verdadeira antropologia cristã integra corpo e espírito na busca por dignidade. O martírio e o compromisso social que desenharam a identidade eclesial da região atestam que o louvor "em espírito e em verdade" não ecoa no barulho de ritos alienantes, mas na dispersão dos soberbos e no acolhimento histórico dos famintos.

3. A mariologia como ponte ecumênica: o *Magnificat* em Lutero e a teologia da práxis capuchinha no centro-sul do Maranhão

Durante a Reforma, os reformadores adotaram uma postura dialética em relação a Maria. Ao mesmo tempo que criticavam os excessos piedosos do final da Idade Média (Fiores, 1995, p. 568), resgatavam sua figura com base na patrística e nas Escrituras, salvaguardando a centralidade de Cristo como único mediador (Krieger, 2016, p. 19; Arcic, 2005, p. 36). Alinhados ao *consensus quinquesaecularis*, Lutero, Zuínglio e Calvino acolheram os dogmas da maternidade divina (*Theotokos*) e da virgindade perpétua, respaldados pelas definições cristológicas dos primeiros concílios ecumênicos (Fiores, 1995, p. 1121; Grupo de Dombes, 2005, p. 41).

Essa mariologia estruturou-se sob uma profunda ruptura metodológica. Embora formado na hermenêutica escolástica dos quatro sentidos, Lutero priorizou o sentido literal (*sensus literalis*) da Escritura como sua própria intérprete (*Scriptura sui ipsius interpres*) e na analogia da fé, subordinando a tradição ao crivo bíblico para analisar o *Magnificat* (Reimer, 2016, p. 48). Sua exegese é atravessada pela *theologia crucis* paulina, onde os valores humanos são subvertidos: a onipotência divina manifesta-se na total espoliação e fraqueza humana (1Cor 1,27-28). O cântico reflete essa dinâmica paradoxal a partir da vivência espiritual de Maria junto aos pobres e desprezados (Lutero, 2015, p. 13).

A inversão espiritual proposta por Lutero desdobra-se em uma dimensão social que evidencia os conflitos e as assimetrias de poder de sua época (Academia Marial de Aparecida, 2017, p. 225-226; Jarschel, 2017, p. 226-227).

Ao articular a teologia da cruz à maternidade messiânica, o reformador expõe o perigo espiritual das riquezas e das opressões institucionais (Lutero, 2015, p. 27). O *Magnificat* opera, assim, como uma reflexão crítica sobre o exercício do poder, cujo ápice reside no comportamento de Maria. Mesmo revestida de honra extraordinária, ela rejeitou a soberba, consolidando-se como o arquétipo dos humildes.

Para fundamentar essa resposta humana total à ação divina, Lutero recorre a 1Tessalonicenses 5,23 e estabelece uma antropologia dividida em três dimensões qualitativas (Lutero, 2015, p. 18): o espírito (*pneuma*), habitação da fé voltada ao incompreensível; a alma (*psychê*), esfera da razão que vivifica o ser; e o corpo, executor prático do que a alma reconhece e o espírito crê. Essa tríade, conectada diretamente ao clamor mariano — *"Minha alma enaltece a Deus [...] e meu espírito se alegra"* (Lutero, 2015, p. 17, 25) —, reconcilia a santificação integral com o agir no mundo, polarizando-se teologicamente entre o espírito e a carne.

Como destaca Reimer (2016, p. 53), a profundidade dessa análise lexicológica de *psyché* e *pneuma*, realizada na solidão de Wartburgo, é surpreendente pela ausência de dicionários especializados. Cruzando manuscritos por esforço memorioso, o reformador funde a voz de Maria à do intérprete para demonstrar que o cântico brota de um amor intenso (Lutero, 2015, p. 17-20). Ao proclamar *"minha alma engrandece"*, a Virgem reflete o "sofrer alegre": uma obra exclusiva de Deus, conhecida apenas por experiência própria (Lutero, 2015, p. 17).

Dessa vivência, Lutero depreende o tríplice proveito do *Magnificat*: fortalecer a fé, consolar os humildes e incutir temor nos poderosos (Lutero, 2015, p. 20). Ele contrasta esse louvor autêntico com o formalismo utilitarista dos "espíritos falsos", criticando ritos vazios

que desmoronam nas dificuldades por confiarem em méritos humanos (Lutero, 2015, p. 22). Ao notar que Maria chama Deus primeiro de "Senhor" e depois de "Salvador", o reformador afirma que Ele deve ser buscado por quem é, e não pelo que concede: "Nunca devemos procurar nele algo do nosso próprio interesse" (Lutero, 2015, p. 25).

Essa mercantilização da fé é desmascarada na investigação luterana de *tapeínosis* (humildade). Alinhado a Erasmo de Roterdã - que traduzia o termo por "baixeza" (Boff, 2006, p. 338) -, Lutero verteu o vocábulo para o alemão como *Nichtigkeit* ("nulidade"), conferindo-lhe um sentido socioeconômico que conectou a fé à experiência histórica (Reimer, 2016, p. 53). Com isso, distinguiu a verdadeira humildade da artificial (*tapeinophrosyne*): enquanto a falsa consiste em encenações exteriores para obter reconhecimento, a autêntica supõe uma inclinação sincera ao que é desprezado, sem consciência da própria virtude. "A verdadeira humildade nunca sabe que é humilde. Se soubesse, se tornaria arrogante" (Lutero, 2015, p. 31-33).

Essa transição da exegese rigorosa para uma espiritualidade viva e resistente conecta-se diretamente à missão dos Capuchinhos lombardos no Centro-Sul do Maranhão. O esforço intelectual de Lutero para decifrar as Escrituras sem ferramentas institucionais espelha o isolamento dos frades que, desprovidos de apoio estatal, precisaram decodificar a realidade social do sertão maranhense. A exegese de *tapeínosis* como "nulidade" encontrou eco na opção pastoral da Ordem. Onde o corpo sofria as mazelas da exclusão e a alma padecia sob a violência agrária, os frades rejeitaram o quietismo religioso e a humilhação alienante para abraçar a baixeza socioeconômica do camponês e do indígena como o verdadeiro lugar teológico de atuação.

Ao unirem a salvação espiritual ao cuidado físico por meio de escolas, hospitais e ambulatórios, os missionários lombardos encarnaram a antropologia trinitária e o tríplice proveito do *Magnificat*. A atuação capuchinha transformou a denúncia crítica do cântico de Maria em instrumento de resistência ética. Ao ampararem as comunidades nas crises agrárias e consolidarem os festejos populares, os frades provaram que a fé na região abandonou a artificialidade dos ritos e o utilitarismo eclesiástico para se tornar uma força inabalável que consolou os humilhados e confrontou a soberba das elites locais.

Lutero retoma a chave hermenêutica do *Magnificat* ao enfatizar a característica divina de olhar para o que é insignificante. Por essa razão, ele destaca o verbo grego *epiblépo* ("olhar para baixo", "contemplar") e traduz *tapeínosis* por "nulidade" (*Nichtigkeit*), provando que Maria é bendita unicamente pela "graciosa observação divina" (Lutero, 2015, p. 30). Para ilustrar que a ação salvífica esvazia o mérito humano, o reformador recorre a uma analogia: quando um príncipe estende a mano a um mendigo, louva-se a misericórdia do soberano, e não a miséria do pedinte. Essa exegese literal-espiritual confia na justiça de Deus a partir do reverso, isto é, dos humilhados que sofrem os reveses do poder (Reimer, 2016, p. 56-57). Essa dinâmica se estende temporalmente quando Lutero traduz "todas as gerações" (Lc 1,48) não como a mera "totalidade dos seres humanos", mas como uma sucessão natural e ininterrupta de nascimentos (Lutero, 2015, p. 40), garantindo que o louvor à Virgem e à ação histórica de Deus perdurem pelas eras.

Essa leitura luterana do olhar divino direcionado para baixo e sua repercussão geracional ganham

concretude histórica na missão dos Capuchinhos lombardos no Centro-Sul do Maranhão. Ao interiorizarem a fé pelas bacias hidrográficas em direção ao sertão, os frades rejeitaram a busca por prestígio institucional e atuaram como os braços históricos desse Deus que "olha para baixo". A exegese de *tapeínosis* como "nulidade" encontrou eco direto na opção pastoral da Ordem: em vez de promoverem uma espiritualidade de resignação ou humilhação alienante - herança de discursos eclesiais que Lutero já combatia -, os Capuchinhos abraçaram a baixeza socioeconômica do camponês e do indígena como o verdadeiro lugar teológico de atuação.

Diante das dores do presente maranhense, marcado pela exclusão e pela violência agrária, os missionários não louvaram a miséria, mas sim a misericórdia divina traduzida em emancipação social por meio de escolas, hospitais e ambulatórios. O compromisso prático com a saúde, a educação e a partilha da terra demonstraram que a humildade franciscana abandonou a artificialidade dos ritos para se tornar uma força ética pura, despida de interesses egoístas. Ao institucionalizarem essa assistência e defenderem os trabalhadores rurais, os Capuchinhos garantiram que o louvor do *Magnificat* não ficasse restrito ao passado bíblico, mas se estendesse dinamicamente de geração em geração, estruturando um novo modo de crer e viver onde a dignidade dos pequenos foi eternizada na história e na geografia regional

Ao analisar Lucas 1,49 (*"Pois me fez grandes coisas aquele que é poderoso, e santo é seu nome"*), Lutero ressalta que Maria sintetiza a ação salvífica ao priorizar o olhar gracioso de Deus sobre sua nulidade antes de mencionar as grandezas recebidas. Essa estrutura teológica esvazia a autoexaltação e dispensa excessos retóricos, definindo

o verdadeiro louvor "em espírito e em verdade" (Jo 4,24) pela profundidade da experiência, e não pelo formalismo exterior. O reformador condena os ritos vazios de sua época e define "Aquele que é poderoso" como a soberania absoluta que opera tudo em todos (Lutero, 2015, p. 42-44), asseverando que o nome de Deus é devidamente honrado apenas quando os seres humanos renunciam à autocomplacência: "Ofendemos o nome de Deus quando nos vangloriamos [...] de nossas obras ou bens" (Lutero, 2015, p. 46-47).

Essa crítica ao ativismo estéril e à autoglorificação encontra perfeita correspondência na sobriedade e eficácia da Missão dos Capuchinhos Lombardos no Centro-Sul do Maranhão. Distantes do exibicionismo e das conveniências do clero litorâneo, os frades adotaram uma postura pastoral desprovida de pompas e focada no serviço silencioso aos desassistidos. A edificação de escolas e hospitais na região não serviu de instrumento de barganha espiritual ou vanglória institucional; antes, os religiosos reconheceram que a santificação do nome divino ocorria na promoção da justiça junto à nulidade dos esquecidos, vivificando uma teologia prática que devolveu o protagonismo a camponeses e indígenas.

A partir desse horizonte, Lutero enumera seis obras de Deus (Lc 1,50-53) pelas quais Maria "faz um passeio pelas ações divinas realizadas em todas as pessoas" (Lutero, 2015, p. 49-50). Em contraposição aos extensos debates dogmáticos ocidentais, a simplicidade do poema lucano revela a essência divina por meio de intervenções históricas concretas (Academia Marial de Aparecida, 2017, p. 229). Ao examinar essas ações, o reformador inicia pela misericórdia (Lc 1,50), voltada aos bens internos, e critica o clero romano por sua soberba infalibilidade (Lutero, 2015,

p. 51-52). Na segunda obra - a destruição da arrogância espiritual (Lc 1,51) -, descreve o "braço de Deus" como o poder soberano que opera de forma silenciosa e direta (Lutero, 2015, p. 59). Na terceira e quarta obras (Lc 1,52) - a humilhação dos grandes e a exaltação dos humildes -, observa que Deus destitui os detentores do poder e eleva os que o mundo considera nulos (Lutero, 2015, p. 63-65). Por fim, na quinta e sexta obras (Lc 1,53) - saciar os famintos e esvaziar os ricos -, assevera que Deus ampara os que sofrem privações por amor à verdade, enquanto esvazia as falsas seguranças dos autossuficientes (Lutero, 2015, p. 67-71).

Como sintetiza Reimer (2016, p. 56-57), essa exegese luterana é profundamente contextual ao avaliar o cotidiano e as assimetrias socioeconômicas à luz das Escrituras. Ao cruzar marcadores de classe, gênero e status, o reformador consolida a espiritualidade como o eixo da fé prática e transforma a mariologia em uma ponte ecumênica contemporânea. Ao salvaguardar os dogmas tradicionais da *Theotokos* e da Virgindade Perpétua, Lutero inova ao reposicionar Maria sob o crivo da *Sola Gratia*: ela é o arquétipo da serva que, reconhecendo seu próprio "nada" (*Nichtigkeit*), aponta exclusivamente para Cristo. No sertão maranhense, esse misticismo e a justiça social confluíram na ação dos frades Capuchinhos. O cântico mariano atuou como a matriz ideológica e o prelúdio do Sermão da Montanha para as missões no Centro-Sul do estado, traduzindo politicamente o louvor da Virgem. Ao reordenarem o território, combaterem as opressões agrárias e ampararem os marginalizados do campo, os missionários lombardos executaram uma autêntica Teologia da Práxis, encarnando as seis obras divinas e vivificando, simultaneamente, o canto de Nazaré e a exegese da Reforma.

4. Considerações Finais

A trajetória histórica e teológica da Igreja no Centro-Sul do Maranhão revela-se como uma jornada de profunda encarnação na realidade e nos anseios do povo. Desde o estabelecimento das bases no Convento do Carmo, em São Luís, até o avanço pelas complexas fronteiras agrárias de Imperatriz, o cristianismo manifestou-se na região não apenas como um sistema de crenças, mas como uma força civilizadora - ao estruturar a educação e a saúde - e profética, ao posicionar-se contra as injustiças sociais.

Simultaneamente, o exercício teológico de revisitar a figura de Maria para além das barreiras denominacionais demonstra um amadurecimento vital para a unidade cristã. Reconhecer em Martinho Lutero um devoto da "serva do Senhor" permite que a Mariologia deixe de ser um ponto de discórdia para tornar-se um campo de convergência ecumênica. Esse diálogo reafirma que a veneração à Maria, quando fundamentada na centralidade de Cristo e da Graça, fortalece os laços entre as diferentes tradições presentes na região.

O "Deus que derruba os poderosos e eleva os humildes" do *Magnificat* é o mesmo Deus que sustentou os frades no sertão maranhense. A história dos Capuchinhos é a exegese viva do texto de Lucas. Quando a Igreja regional defende o posseiro contra o grileiro ou o hanseniano contra o preconceito, ela está encarnando a teologia de Maria que Lutero tanto admirava: a exaltação daquele que o mundo considera insignificante.

Em última análise, conclui-se que o legado prático dos Frades Capuchinhos e a reflexão teológica sobre o *Magnificat* constituem duas faces da mesma moeda. Ambos convergem para a construção de um

cristianismo que não se isola nos templos, mas que se valida na fidelidade às Escrituras e no compromisso inegociável com a dignidade humana. A identidade cristã maranhense, portanto, define-se por essa síntese entre fé e vida, onde o louvor a Deus se traduz, necessariamente, em serviço ao próximo.

Referências

ACADEMIA MARIAL DE APARECIDA. **Aparecida:** 300 anos de fé e devoção. Aparecida/SP: Santuário, 2017.

BOFF, C. **Mariologia Social**. São Paulo: Paulus, 2006.

COMISSÃO INTERNACIONAL ANGLICANO-CATÓLICA ROMANA (ARCIC). **Maria:** graça e esperança em Cristo. Coleção Oikoumene. São Paulo: Paulinas, 2005.

CUTER, F. F. È justo e necessário louvar e agradecer. In: **Eles saíram para semear:** 1º centenário da presença dos Capuchinhos Lombardos no Norte e Nordeste do Brasil – 1893-1993. São Luís: Velar spa, 1999.

DIOCESE de Grajaú. Bula Castellum Tratoports. In: **The Hierarchy of the Catholic Church:** current and historical information about its bishops and dioceses. [S. l.], c2020. Disponível em: http://www.catholic-hierarchy.org/diocese/dgraj.html. Acesso em: 22 dez. 2020.

DIOCESE de Pinheiro. Bula Ad Maius Christi fidelium. In: **The Hierarchy of the Catholic Church:** current and historical information about its bishops and dioceses. [S.

l.], c2020. Disponível em: http://www.catholic-hierarchy.org/diocese/dpinh.html. Acesso em: 21 dez. 2020.

DOMBES. **Maria:** no desígnio de Deus e a Comunhão dos Santos. Tradução: José Augusto da Silva, Aparecida: Santuário, 2005.

FIORES, S. de; MEO, S. (dir.). **Dicionário de Mariologia**. Tradução Álvaro A. Cunha, Honório Dalbosco, Isabel F.L. Ferreira. São Paulo: Paulus, 1995.

FROTA, P. A. **MAGNIFICAT:** uma leitura mariológica comparativa da visão de Lutero sobre Maria e o Magistério da Igreja no texto Magnificat. Imperatriz: FEST, 2017.

IGREJA CATÓLICA. Papa (1978-2005: João Paulo II). Bula Quae Maiori Christi Fidelium Spirituali Bono. **Acta Apostolicae Sedis**, Roma, v. 79, p. 1262-1263, 1987. Disponível em: vatican.va. Acesso em: 22 dez. 2020.

IGREJA CATÓLICA. Papa (1939-1958: Pio XII). Bula Qui Aeque Ac S. Petrus. **Acta Apostolicae Sedis**, Roma, v. 50, p. 615-617, 1958. Disponível em: http://www.vatican.va/archive/aas/documents/ AAS-50-1958-ocr.pdf. Acesso em: 22 dez. 2020.

IGREJA CATÓLICA. Papa (1914-1922: Bento XV). Bula Rationi Congruit. **Acta Apostolicae Sedis**, Roma, v. 14, p. 331-332, 1922. Disponível em: http://www.vatican.va/archive/aas/documents/AAS-14-1922-ocr.pdf. Acesso em: 22 jun. 2020.

JARSCHEL, Pa. H. **Maria numa visão ecumênica**.

Disponível em: <http://www.luteranos.com. br/textos/maria-numa-visao-ecumenica>. Acesso em 01/12/2017

KRIEGER, D. M. S. R. **Maria na piedade popular**. Coleção Mãe de Deus, edições CNBB, 2016.

LUTERO, M. **O Magnificat:** o louvor de Maria. Tradução e Comentários. São Leopoldo: Sinodal, 2006.

NEMBRO, Metódio de. **São José de Grajaú:** primeira Prelazia do Maranhão. Fortaleza: Ed. a Voz de S. Francisco, 1955.

PAÇO EPISCOPAL. **APG:** Arquivo da Prelazia de Grajaú. Grajaú-MA.

PASTORELLI, A. M. **Um coração palpitante de humanidade:** Dom Macelino Bícego. Imperatriz: Ética, 2008.

REIMER, I. R. **O magnificat de Maria no magnificat de Lutero**. Estudos de Religião, v. 30, n. 2, 2016, p. 41-69.

SOUSA, K. A. L. de. **Evangelização no sul do Maranhão sob a Ordem dos Capuchinhos.** Imperatriz: FEST, 2017.

5

Páginas de Ontem e Hoje: Memórias da Fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Imperatriz-MA

Raimundo Primeiro dos Santos Pires
Roseane Arcanjo Pinheiro



Raimundo Primeiro dos Santos Pires

Jornalista, repórter do jornal impresso O Progresso e do site https://oprogressonet.com/, de Imperatriz, no Maranhão. Tem relevante experiência na cobertura jornalística de acontecimentos locais e regionais no sudoeste maranhense. Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Imperatriz-MA (IHGI) e Diretor Adjunto do Instituto (2025-2027).



Roseane Arcanjo Pinheiro

Professora do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão – Campus Imperatriz (UFMA). Foi jornalista, repórter e assessora de comunicação de organizações públicas e particulares no Maranhão. Doutora em Comunicação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Mestra em Comunicação pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Coordenadora do Grupo de Pesquisa Jornalismo, Mídia e Memória (JOIMP). Com pós-doutorado em Comunicação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Membra e Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Imperatriz-MA (2025-2027).

CAPÍTULO 5

PÁGINAS DE ONTEM E HOJE: MEMÓRIAS DA FUNDAÇÃO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE IMPERATRIZ-MARANHÃO

Resumo

O trabalho investiga a trajetória do Instituto Histórico e Geográfico de Imperatriz-MA (IHGI), fundado em 1989, mas que não teve continuidade. Trinta e quatro anos depois, em 2023, com um novo quadro, a instituição foi refundada. Os referenciais teórico-metodológicos do estudo referem-se ao significado histórico dos Institutos, bem como nas singularidades sócio-históricas de Imperatriz. Para o estudo de caso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas e análises bibliográfica e documental. As conjunturas políticas e sociais diferentes, a dificuldade em manter a adesão ao projeto e a falta de uma cultura da memória podem explicar parte da problemática, bem como o intenso ambiente acadêmico e perfis mais engajados fortaleceram a fase atual do IHGI.

Palavras-chave: Instituto Histórico e Geográfico; Cultura; Memória; Patrimônio; Imperatriz-MA.

PAGES FROM YESTERDAY AND TODAY: MEMORIES OF THE FOUNDING OF THE HISTORICAL AND GEOGRAPHICAL INSTITUTE OF IMPERATRIZ-MARANHÃO

Abstract

This work investigates the trajectory of the Historical and Geographical Institute of Imperatriz-MA (IHGI), founded in 1989, but which did not continue. Thirty-four years later, in 2023, with a new leadership, the institution was re-established. The theoretical and methodological frameworks of the study refer to the historical significance of institutes, as well as the socio-historical singularities of Imperatriz. For the case study, semi-structured interviews and bibliographic and documentary analyses were conducted. The different political and social circumstances, the difficulty in maintaining adherence to the project, and the lack of a culture of memory may explain part of the problem, as well as the intense academic environment and more engaged profiles that strengthened the current phase of the IHGI.

Keywords: Historical and Geographical Institute; Culture; Memory; Heritage; Imperatriz-MA.

1. Introdução

A finalidade desta pesquisa é apresentar informações relativas à fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Imperatriz (IHGI), em 23 de fevereiro de 1989, que foi refundado em 27 de maio de 2023, conforme documentos e canal institucionais da entidade. O que motivou o grupo de 1989 a criar um Instituto Histórico e Geográfico em Imperatriz? Quais as ideias defendidas à época no tocante ao papel da instituição? E quais os impedimentos que levaram ao não prosseguimento das atividades? Como foi feita a retomada em 2023 e os objetivos dela? Essas são as principais questões deste levantamento que objetiva valorizar as memórias da mobilização social em torno de um espaço que zela pela cultura e patrimônio da cidade.

A década de 80, em Imperatriz, momento da fundação do IHGI, é marcada por um desenvolvimento desordenado, conflitos por terra e migração intensa. Um dos acontecimentos mais trágicos do período é a morte do Padre Josimo Moraes Tavares em 10 de maio de 1986, então coordenador da Comissão Pastoral da Terra (CPT) do Araguaia-Tocantins (Silva, Oliveira, 2023, p.194). O assassinado ocorreu na sede da CPT de Imperatriz, localizada nas dependências da Paróquia Nossa Senhora de Fátima, uma das mais relevantes, no Centro da cidade.

Na cena econômica, Imperatriz terá seu progresso atrelado à instalação dos grandes projetos agroindustriais que se fixam no Maranhão e estados próximos, a exemplo da extração de minério a partir da Serra dos Carajás no Pará e o seu escoamento através da Ferrovia Grande Carajás até o Porto de São Luís, além da exploração dos recursos naturais (Reis, 2013, p.265). A cidade é

atravessada pela BR-010, a Belém-Brasília, situação que potencializa o comércio local e o setor de serviços. No entanto, nos anos 80, a localidade carece de investimentos como infraestrutura para seus mais de 236.957 mil, no Censo de 1985, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Para efetivar a presente investigação, foram realizadas duas etapas: 1. A análise bibliográfica, em um primeiro momento, o que consistiu em reunir fontes sobre a fundação e atuação dos Institutos Históricos no contexto nacional, através da localização de obras acadêmicas (artigos científicos, monografas, dissertações e teses); 2 A análise documental se deu em fase posterior, com levantamento de documentos oficiais (atas, estatutos, regimentos), fontes jornalísticas (notas, reportagens) e material audiovisual em acervos digitais e físicos, para compreender as características do IHGI no final da década de 80, e a retomada, trinta e quatro anos depois, em 2023.

2. Institutos Históricos no Brasil: breves notas

A criação de Institutos Históricos e organizações congêneres tem uma tradição antiga. No Brasil, em período conturbado, após o fim do pacto colonial e a constituição da nação brasileira, em 1838, foi criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), no Rio de Janeiro, constituído por um grupo de sócios efetivos, honorários e correspondentes. Esse organismo, de origem francesa, ajudou a construir a identidade brasileira, através da organização de acervo documental sobre o contexto político e cultural brasileiro (Bittencourt, 2023). Através de estudos, relatórios e debates, o Instituto ajudou

a construir um discurso sobre a identidade brasileira.

Há uma conjuntura histórica que propiciará esse discurso de que os Institutos Históricos e Geográficos no país seriam lugares para a construção da história nacional. Guimarães (1998) compreende que no século XIX há uma mudança no olhar sobre a atividade do historiador, cuja matéria ganhou as universidades e um status de maior reconhecimento social e político. A atuação científica alçou a atividade do historiador ao patamar do pesquisador, valorado pelas elites intelectuais e pelo pensamento positivista.

Esse movimento começou na Europa e atingiu outros territórios, como o Brasil. Mas há uma diferença entre os atores sociais que farão a historiográfica em solo europeu e nas terras do outro lado do Atlântico (Guimarães,1998). Na ex-colônia não havia a produção científica das universidades, a diversidade de perspectivas e o debate, cenário que vai durar muitas décadas. Surgirão academias e grupos com vínculos sociais nas famílias com maior poder político ou econômico, são eles que vão instituir certas interpretações sobre o Estado Nacional.

Os Institutos Históricos e geográficos criados têm autorreferências no sentido de guardiões de uma história verdadeira, que apenas seus membros teriam condições de pesquisar e apresentar. São propósitos formalizados em estatutos e atas oficiais, que detalharam atribuições e tarefas dos associados. O formato foi replicado em outros estados da nação emergente.

Nos detendo na Região Nordeste, relacionada à realidade maranhense, o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGH) é uma das organizações mais antigas com esse perfil. Fundada em 1894, fez parte do esforço republicano das elites locais da Primeira República para

projetar a Bahia no processo civilizatório nacional, tendo como pano de fundo o desenvolvimento urbano (Silva, 2006, p.15).

Com ampla sociedade iletrada, o IGHB tratou de "uma instituição constituída pelas elites e para as elites", na análise de Silva (2006, p.16). A organização tinha preferências por alguns segmentos sociais no momento de articulação, geralmente os que possuíam uma educação mais formal, mais especializada, que representavam uma parcela ínfima da sociedade local.

No século XX, os Institutos Históricos e Geográficos continuam a serem fundados no Nordeste. Um exemplo é o do Rio Grande do Norte, o IHG-RN, fundado em 1902, ao qual foi atribuída uma virtude patriótica, que envolveu "coligir, medotizar, arquivar e publicar os documentos e tradições pertencentes à história, geografia, arqueologia e etnografia do estado" (Fernandes, 2012, p.297). Nesse caso, os interesses estão relacionados à delimitação das fronteiras com o Ceará e aos interesses da família Albuquerque Maranhão na criação de uma identidade riograndense a ser destacada e valorizada. Conforme Fernandes (2012, p. 299), as regras evidenciavam distinção para quem desejasse ser associar: exigiam morar na capital, ser indicado por outros três membros e ter distinção social nas letras, ciência, comércio, artes e indústria.

O Maranhão fundará o Instituto Histórico e Geográfico, o IHGM, em 1925, em comemoração ao centenário de D. Pedro II (IHGM, 2026). Enfrentou altos e baixos, como mudança de sede até a doação, em 1950, de edifício na Rua de Santa Rita, no Centro da cidade, pelo Governo do Estado. O Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão é "obra perene que se sucede no tempo, é órgão

que se insere na vida histórica do Estado do Maranhão, a quem pertencerá seu patrimônio"[1] . Sob a inspiração dos primeiros Institutos, o órgão maranhense entra na disputa para ser a fonte principal da historiografia a explicar decadências e conflitos da realidade local. Os intelectuais do IHGM ser tornaram referências por décadas, como "os clássicos locais e suas interpretações ganharam estatuto de verdades inquestionáveis" (Caires, 2018, p. 106).

Bittencourt (2023, p.127) analisa a atuação dos Institutos Históricos em todo o país e apresenta reflexões sobre os Institutos criados em outros Estados, que seguiram uma atuação semelhante à proposta do Rio de Janeiro, relacionando-a à construção de uma memória regional e a validação de personagens de importância que devem ser reverenciados o mesmo acontece nos congêneres locais e regionais.

No entanto, surgiram diferenças dos contextos dos primeiros Institutos Históricos no país da situação atual, onde alguns quadros dessas organizações vieram das universidades públicas, especialmente nas cidades do interior, um dos incentivos foram as políticas de ampliação do Educação Superior. Os Institutos vão agregar outros perfis como escritores, profissionais liberais e servidores públicos.

3. Percurso metodológico

A pesquisa adotou o estudo de caso para aprofundar a análise sobre o fenômeno estudado, a fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Imperatriz-MA, na primeira tentativa de erguer a proposta em 1989. Objetivou-se analisar os cenários socioculturais daquela

1 Estatuto Histórico e Geográfico do Maranhão, artigo 42, 2007.

época, as características iniciais do projeto, os primeiros protagonistas e suas motivações, além das problemáticas que interromperam a iniciativa cultural. Para Duarte (2006, p.233), o estudo de caso almeja "retratar a realidade de forma mais completa (...) o pesquisador destaca a multiplicidade de dimensões presentes em uma determinada situação".

Buscou-se também relacionar outro momento do IHGI, em maio de 2023, em período pós-pandemia da Covid 19[2] , com a retomadas das articulações e a construção de um novo quadro de associados e associadas, que deram origem à refundação do IHGI, com novos e antigos personagens. Desta vez, a cidade de Imperatriz está permeada de outras conexões culturais e históricas, que a transformaram em polo universitário, importante zona comercial e colégio eleitoral de peso muito significativo para a cena política e econômica (Franklin, 2005).

Essa escolha metodológica permite apreender com mais profundidade as nuances do objeto, as camadas que envolvem a criação inicial do IHGI, as problemáticas nascentes e o retorno da proposta. Para tanto foram realizadas as pesquisas bibliográficas e documental, com o intuito de agregar um volume de fontes e informações para uma análise crítica e detalhada.

Além das fontes científicas, foram acessados acervos digitais com registros memoráveis do acontecimento pesquisado, com entrevistas, fotografias e notícias, além de consultados os acervos institucionais (atas, regimento, estatuto) do Instituto Histórico e Geográfico

2 A pandemia ocorreu no Brasil entre 2020 e 2022, com mais de 716 mil mortes em todo o país, conforme o painel Coronavírus SUS: https://covid.saude.gov.br/.

do Maranhão (IHGM) e do próprio Instituto Histórico e Geográfico de Imperatriz [3].

Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com o jornalista Edmilson Sanches, um dos membros-fundadores do Instituto Histórico e Geográfico de Imperatriz, 03 de maio de 2026, e com o professor Deuzimar Menezes Negreiros, em 08 de maio de 2026. Negreiros foi um entusiasta na primeira fundação do IHGI, mas não ocupou cargos. Os relatos foram enviados através de aplicativo de mensagem, com envio prévio das questões, as mesmas envolveram as motivações para criação do Instituto, a ação das principais lideranças, as dificuldades enfrentadas e a suspensão das atividades do IHGI até 2023.

4. A criação do Instituto Histórico e Geográfico em Imperatriz

A ideia de criar um espaço para zelar pelas memórias da cidade de Imperatriz mobilizou o jornalista Sebastião de Almeida Negreiros, considerado o idealizador do Instituto Histórico e Geográfico de Imperatriz (IHGI) e da fundação do mesmo em 1989. Com perfil dinâmico, Negreiros instalou e dirigiu a sucursal do Jornal O Imparcial, impresso de São Luís-MA. No campo das letras e da cultura, foi também membro da Academia

3 O IHGM foi fundado em 20 de novembro de 1925, em São Luís-MA. As finalidades são "estudar, debater e divulgar questões sobre História, Geografia e Ciências afins, referente ao Brasil e, especialmente, ao Maranhão", conforme estatuto de 18 de maio de 2007. O endereço eletrônico https://www.ihgm.org.br/historia.php agrega informações das atividades, editais, história, estatuto, Diretoria, galeria de ex-presidente, associados, entre outros detalhes. O IHGI possui o Instagram @ihgiitz, com coberturas das ações realizadas, como rodas de conversas, eventos com parceiros, registros fotográficos, entre outros itens.

Imperatrizense de Letras (AIL)[4]. E no distante 23 de fevereiro de 1989, às 20 horas, na rua Marechal Hermes da Fonseca, nº 105, bairro Juçara, nesta cidade de Imperatriz, sua voz e argumentos fizeram o IHGI ganhar vida.

Na reunião, após agradecer os presentes, o jornalista defendeu a ideia da criação de um centro de documentação para estudos e pesquisas históricas visando gerar um acervo com fontes sobre a história de Imperatriz. Já passava da hora da cidade, na proposta de Negreiros, possuir um arquivo histórico, que pudesse contribuir com o desenvolvimento cultural do Maranhão e homenageasse todos que tinham contribuído com as ciências, letras e artes[5]. Defendia que o Instituto seria um espaço para preservar as memórias locais e regionais.

O jornalista compreendia que um organismo ligado à cultura devia ter uma atuação permanente e seus quadros deveriam colaborar para a produção de conhecimento sobre a realidade histórica local. Cita que havia uma "dívida"[6] para com a cidade enquanto o progresso material não fosse articulado ao reconhecimento das referências socioculturais que Imperatriz carregava.

Foi com o jornalista e pesquisador Edmilson Sanches que Sebastião Negreiros dividiu a tarefa de fundar o Instituto Histórico e Geográfico de Imperatriz. As primeiras ações de articulação envolveram fazer

4 Entrevista concedida por Edmilson Sanches ao jornalista Raimundo Primeiro em 3 de maio de 2026 através de aplicativo de mensagem.

5 Informações retiradas do artigo "IHGI, a história antecedente", de Edmilson Sanches, enviado aos autores em 8 de maio de 2026. O documento apresenta detalhes da fundação, como os primeiros integrantes, a realização da eleição e as primeiras providências.

6 Informações retiradas do artigo "IHGI, a história antecedente", de Edmilson Sanches, enviado aos autores em 8 de maio de 2026. O documento apresenta detalhes da fundação, como os primeiros integrantes, a realização da eleição e as primeiras providências.

contatos, ir a cartórios e organizar a documentação. Sanches tem larga experiência na criação ou cocriação de organizações ligadas à cultura. Um exemplo é a Academia de Imperatrizense de Letras (AIL)[7], da qual foi um dos fundadores e onde ocupa a cadeira de número 05. Também foi presidente da academia entre 2003-2005.

Sanches destacou que o grupo inicial do IHGI era formada por pessoas comprometidas com a causa cultural e atuantes na sociedade[8]. "Com certeza, cerca de quarenta anos atrás, contávamos com pessoas na população imperatrizense que estavam mais próximas do fazer histórico, com memórias mais recentes, mais vivas ou vívidas", analisou. Essa percepção é ancorada nos nomes chamados e que aceitaram a proposta de fortalecer a cena cultural, como escritora e professora Edelvira de Moraes Marques, o advogado Agostinho Noleto Soares, o juiz de direito e político José de Ribamar Fiquene[9], o advogado e jornalista Raimundo Jurivê Pereira de Macedo, entre outros nomes, do primeiro grupo de fundadores do IHGI.

A assembleia convocada, no dia 23 de fevereiro de 1989, examinou coletivamente uma minuta de estatuto, aprovada após leituras, observações e sugestões de mudança. Em seguida, narrou Sanches, os presentes

---

7 Os dados estão no seguinte endereço eletrônico https://acadimperatrizensedeletras.com/edmilson-sanches/. A página da AIL dispõe de informações sobre Diretoria, os acadêmicos, o acervo, publicações, entre outros. Destaque-se o perfil de cada membro e as fotografias.

8 Entrevista concedida por Edmilson Sanches ao jornalista Raimundo Primeiro em 3 de maio de 2026, através de aplicativo de mensagem e envio de respostas digitadas.

9 Foi prefeito de Imperatriz-MA (1983-1989). Foi eleito vice-governador do Maranhão (1990). Assumiu o cargo de governador de abril de 1994 a janeiro de 1995, por causa da saída de Edison Lobão para concorrer a vaga no Senado. Foi suplente do senador João Alberto, assumindo cargo em três momentos (maio a outubro de 2000, junho de 2005 e de agosto a outubro de 2005). Entre 1997 e 2011 fez parte do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Morreu e janeiro de 2011, em decorrência de um câncer.

elegeram a primeira Diretoria do IHGI[10]: como presidente José Ribamar Fiquene, vice-presidente: Sebastião de Almeida Negreiros; secretário-geral: Agostinho Noleto Soares; primeiro-tesoureiro: Maria da Guia Rocha da Silva; segundo-tesoureiro: Hermenegildo Gomes Ferreira.

Para o Conselho Fiscal foram eleitos Edelvira de Moraes Barros, Raimundo Jurivê Pereira de Macedo e Edmilson Sanches, como membros efetivos. Para suplência ficaram Ney Vasconcelos Milhomem, Jucelino Pereira da Silva e Edmilson Franco da Silva. O Conselho Consultivo, por sua vez, foi formado por Ulisses de Azevedo Braga (presidente), Frederico de Almeida Rocha, André Paulino d'Albuquerque, Luís Gomes, José de Ribamar Silva Sousa e Ozenir da Costa Gomes.

As personalidades que fundaram o IHGI, que em sua maioria tinham vindo de outra instituição, o Lions Clube de Imperatriz[11], marcaram a data de 08 de março de 1989 para a primeira reunião da Diretoria. A pauta previa as formas de manutenção da organização e os novos passos como o registro, em Brasília, junto ao Ministério da Cultura no Cadastro de Pessoas Jurídicas de Natureza Cultural, além da busca por doações junto aos empresários visando recursos financeiros para manter a entidade e a aprovação de uma taxa de manutenção.

No entanto, apesar do movimento inicial marcado pelo entusiasmo e o planejamento das atividades, o IHGI não saiu do papel e a cidade de Imperatriz teve que esperar

10 Informações retiradas do artigo "IHGI, a história antecedente", de Edmilson Sanches, enviado aos autores em 8 de maio de 2026. O documento apresenta detalhes da fundação, como os primeiros integrantes, a realização da eleição e as primeiras providências.

11 O Lions Clube de Imperatriz teria funcionado em Imperatriz na Rua Godofredo Viana, 461, Vila Lobão. O Lions Clubs International visa a caridade pública e a promoção do bem-estar social. Mais detalhes em: https://www.lionsclubs.org/pt

mais de três décadas para que o projeto fosse retomado. Esse segundo momento teve a presença de alguns dos primeiros apoiadores, como Edmilson Sanches, um dos idealizadores, e do professor e escritor José Ribamar Silva Sousa, que também assinou a ata e estava presente na fundação em 1989.

Quais os fatores que poderiam explicar o não andamento do projeto do IHGI em 1989? O professor e consultor ambiental Deuzimar Menezes Negreiros relembra que era um dos apoiadores da ideia do Instituto Histórico e Geográfico de Imperatriz em 1989. "O que nos uniu naquela sala foi um sentimento simples e poderoso: a vergonha de não ter um lugar para guardar a própria história", explicou.

Nos anos 1980, a preservação da memória mobilizou o debate público em outras cidades próximas, porém em Imperatriz havia um descaso quanto à temática. "Enquanto cidades vizinhas, como Carolina[12] e Grajaú, já tinham seus Institutos históricos, Imperatriz, já a maior cidade do sul do Maranhão, era uma espécie de 'velha sem memória'. Para o professor outros motivos também sustentaram a não continuidade da primeira fase do IHGI: a) A falta da cultura do arquivamento e a predominância de uma cultura oral, com a não valorização dos documentos como fontes históricas, por isso muitos se perderam; b) A itinerância do Instituto: sem uma sede fixa, o IHGI inicial sofreu com a falta de um local de referência para reunir associados e parceiros; c) A falta de continuidade: com o tempo, a diretoria se dispersou, as demandas pessoais

12 O Museu Histórico de Carolina (MHC) é uma entidade privada, com o objetivo de preservar o patrimônio cultural e a memória histórica da cidade de Carolina-MA. Fundado em 21 de julho de 2015, tem acervo de objetos e documentos. Possui registro no Instituto Brasileiro de Museus (Ibram): https://cadastro.museus.gov.br/museus/museu-historico-de-carolina/ e https://www.instagram.com/museuhistoricocarolina/

e profissionais se avolumaram e o projeto foi perdendo fôlego. “Não foi um assassinato, foi um abandono involuntário por exaustão”, pontuou Negreiros.

Em 2023, após passaram 34 anos, a ideia de refundar o Instituto Histórico e Geográfico de Imperatriz foi materializada. O jornalista Edmilson Sanches e os professores José Ribamar Silva e o Marcos Fábio Belo Matos estavam à frente do processo. A primeira Diretoria foi eleita em 27 de maio 2023, em assembleia de quarenta novos integrantes, que aprovaram Estatuto. O formato da participação foi híbrido, uma parte dos participantes estava presente de forma virtual e os demais ocupavam o salão da Academia Imperatrizense de Letras, na Praça da Cultura. A Diretoria, com mandato para o biênio 2023-2025, foi composta por: presidente, Roseane Arcanjo Pinheiro; vice-presidente: Jessé Gonçalves Cutrim; Diretor administrativo: Elson Mesquita de Araújo; Vice-diretor administrativo: Marcos Fábio Belo Matos; Diretor financeiro: Nelson Martins Bandeira Neto; Vice-diretor financeiro: Fernando Santos Cunha Filho; Diretor adjunto: José Ribamar Silva Sousa.

O Conselho Fiscal tinha os seguintes integrantes: Oldemar Pereira de Oliveira; Kleber Alberto Lopes de Sousa e Maria da Conceição Medeiros Formiga. Os suplentes foram Jackson Pereira Silveira; Raimundo Lima dos Santos; e Valdizar Lima Ferreira. Um ano depois da eleição da primeira diretoria, ocorreu uma posse festiva, em 27 de maio de 2024, no auditório Sálvio Dino, na Uemasul.

Participando dos dois momentos de 1989 e a refundação em 2023, o jornalista Edmilson Sanches analisa a conjuntura mais recente e aponta condições que estão favorecendo o desenvolvimento das atividades

do IHGI, além do comprometimento maior dos novos integrantes. "Também, a evolução sociocultural, sobretudo educacional, com o adensamento da Educação Superior, que formou ou trouxe para Imperatriz pessoas estudiosas, experientes, comprometidas com a cidade"[13]. O jornalista indica agentes que podem potencializar a rede de apoio aos projetos culturais do instituto. "outras Entidades (Estabelecimentos de Ensino Superior, Organizações Não Governamentais, Associações etc.), que apoiam e participam de ações direta ou indiretamente".

No primeiro biênio, as iniciativas da Diretoria (2023-2005) objetivaram divulgar a organização, com a adoção de identidade visual moderna[14], escolhida internamente; a criação de dois grupos no Whatsapp, um com todos os integrantes, e um específico da Diretoria, e conta em rede social, no caso o Instagram @ihgi.itz. São estratégias que envolvem a mobilização em torno das causas e eventos do instituto. A diretoria organizou um calendário de reuniões mensais para otimizar decisões e dividir as tarefas.

As reuniões foram feitas em vários pontos da cidade, especialmente de valor histórico como a Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (Uemasul), Paróquia de Santa Teresa D'Ávila, Paróquia de Nossa Senhora de Fátima, Clube de Mães, Vila João XXIII, entre outros lugares.

O primeiro ano de gestão, 2023, foi marcado pela

13 Entrevista concedida por Edmilson Sanches ao jornalista Raimundo Primeiro em 3 de maio de 2026, através de aplicativo de mensagem e envio de respostas digitadas.

14 A identidade visual foi proposta pelo empresário e publicitário Nilson Takashi Hamada, a partir de contato do jornalista Edmilson Sanches, e escolhida internamente a partir de três propostas. A logomarca eleita traz uma seta com as cores amarela, azul e verde, que saem de um círculo azul. O nome do Instituto fica localizado ao lado da imagem.

realização de rodas de conversa para dar visibilidade a atividades de pesquisa acadêmicas e organização de acervos, realizadas por seus confrades e confreiras. A última roda ocorreu no início da gestão seguinte (2025-2027). Os temas versaram sobre memória, história, trajetórias e contextos históricos locais e regionais. Foram realizadas em diferentes instituições públicas, privadas de ensino superior e locais históricos:

Quadro 1: Eventos realizados pela Diretoria do IHGI (2023 a 2026)

Evento	Tema	Local	Data
1ª Roda de Conversa do IHGI	História da Cultura	Uemasul Centro	22 de agosto de 2023
2ª Roda de Conversa do IHGI	História Política de Imperatriz	UFMA Centro	18 de agosto de 2023
3ª Roda de Conversa do IHGI	História dos Movimentos Sociais	Faculdade de Educação Santa Terezinha (FEST)	31 de outubro de 2023
4ª Roda de Conversa do IHGI	História indígena na Região Tocantina	Academia Imperatrizense de Letras	05 de dezembro de 2023
5ª Roda de Conversa do IHGI	História das Mulheres	Universidade Ceuma	20 de março de 2024
Mesa redonda especial	Imperatriz, de colônia a cidade (1856-1924)	Uemasul Centro	30 de abril de 2024
Mesa redonda especial	100 anos de O Sertão, de Carlota Carvalho	Uemasul Centro	16 de agosto de 2024
6ª Roda de Conversa do IHGI	A presença e a ausência, ontem e hoje, das mulheres no rádio de Imperatriz (1978-2024)	UFMA Centro	10 de setembro de 2024

7ª Roda de Conversa do IHGI	Registros da Educação escolar indígena no Maranhão: Estado, Igreja, Missão	UFMA Centro	24 de outubro de 2024
8ª Roda de Conversa do IHGI	Memórias da cidade: a educação patrimonial nos (des) encontros das memórias e culturas	Uemasul Centro	10 de dezembro de 2024
Mesa redonda especial	30 anos da "Revolução de Janeiro"	Academia Imperatrizense de Letras	18 de março de 2025
Mesa redonda especial	35 anos da Lei Orgânica da cidade de Imperatriz	Plenário da Câmara Municipal	14 de maio de 2025
9ª Roda de Conversa do IHGI	O legado de Edelvira Marques Adalberto Franklin	Clube de Mães de Imperatriz[15]	25 de julho de 2025

Fonte: Os autores

Outra iniciativa foi a parceria com o jornal O Progresso para a publicação de textos sobre aspectos do desenvolvimento da cidade na Série Imperatriz Memória. Outras ações no campo da cultura foram a participação na 4ª Conferência Municipal de Cultura, e o apoio à exibição do documentário Doutor Araguaia: a história do doutor João Carlos Haas Sobrinho, sobre a morte de um jovem médico morto pela ditadura militar na região tocantina. Outro destaque foi a publicação do primeiro volume do livro Patrimônio Histórico-Cultural do Sudoeste

15 O Clube de Mães de Imperatriz-MA foi fundado em 26 de maio de 1971. A instituição realiza ações culturais, atividades de promoção social e de apoio religioso. Uma das fundadoras foi a professora Conceição Formiga, integrante do Instituto Histórico e Geográfico de Imperatriz. A organização teve sua relevância social reconhecida pela Câmara Municipal da cidade :https://camaraimperatriz.ma.gov.br/noticia/clube-de-maes-de-imperatriz-recebe-mocao-de-felicitacao-pelos-seus-50-anos-fazendo-historia-em-imperatriz

Maranhense, com pesquisas dos membros e membras do IHGI. Após seleção do projeto através de edital da Editora da Uemasul[16].

Ter sede própria foi uma demanda apresentada em reunião com a Prefeitura Municipal (gestão Assis Ramos) em julho de 2023, questão que será retomada posteriormente com eleição do novo prefeito da cidade. Na ocasião houve mudança no comando municipal[17].

Ainda na 1ª gestão foram escolhidos quatro novos integrantes, além dos 40 escolhidos na refundação em maio de 2023. Em 27 de fevereiro de 2024, Antônio Carlos Santiago Freitas, Eronilde dos Santos Cunha, Polyana Almeida Frota Lima e Sheryda Lila de Souza Carvalho foram eleitos na primeira assembleia geral do IHGI. Ocorreram uma desfiliação e o falecimentos de dois confrades, José Herênio de Souza e de Armando Milhomem.

Em 27 de maio de 2025, findo o primeiro biênio, novo pleito elege a Diretoria para mandato até 2027. A presidente Roseane Arcanjo Pinheiro foi reconduzida ao cargo, tendo como vice-presidente, Regina Célia Costa Lima: Diretora-administrativo: Maria da Conceição Medeiros Formiga; Vice-diretor administrativo: Kleber Alberto Lopes de Sousa; Diretor financeiro: Cesar Alessandro Sagrillo Figueiredo; Vice-diretor financeiro:

16 O livro foi publicado em formato ebook. Apresenta sete artigos científicos que envolvem fatos históricos, culturais, sociais e políticos da região sudoeste maranhense. Pode ser acessado no endereço eletrônico a seguir: https://livros.uemasul.edu.br/index.php/inicio/catalog/book/2

17 O candidato Rildo Amaral (PP) venceu o segundo turno das eleições municipais em Imperatriz-MA com 55,11% dos votos, em 2024, para um mandato de quatro anos. As informações sobre a campanha de Rildo Amaral podem ser acessadas em endereço eletrônico organizado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE): https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/NORDESTE/MA/2045202024/100002337183/2024/08036.

Jean Pierr de Sousa Viana; e Diretor adjunto: Raimundo Primeiro dos Santos Pires.

Para o Conselho fiscal foram eleitos Ilma Maria de Oliveira Silva; Fernando Santos Cunha e Polyana Almeida Frota Lima. Os suplentes são Carmem Barroso, Jessé Gonçalves Cutrim e Herli de Sousa Carvalho.

Uma das prioridades da atual Diretoria (2025 a 2027), cujo mandato está em andamento, é conseguir a sede física, por isso foi feira a reunião com o prefeito eleito Rildo Amaral (2025-2028) no dia 28 de julho de 2025, no Gabinete Social. O prédio público solicitado está localizado na Rua XV de Novembro, 521, Centro. O local foi sede da Câmara Municipal e da Prefeitura. É um espaço de importância histórica situado no circuito mais antigo da cidade.

Outras realizações foram IV Seminário de Patrimônio Cultural da Região Tocantina do Maranhão, de 23 a 26 de setembro de 2025, com a Uemasul e a Casa das Artes; a publicação do segundo volume, do livro Patrimônio Histórico-Cultural do sudoeste maranhense, em formato ebook, lançado em 26 de novembro de 2025; a Tribuna Popular, na Câmara Municipal, em 14 de abril de 2026, com o tema "Imperatriz, 102 anos: de vila a cidade".

O estudo registra, ao final, que a articulação do IHGI, com apoio da Câmara Municipal, fez com que um item histórico voltasse ao patrimônio da população em 12 de maio de 2026: um peso de 50 kg, que fazia parte de um conjunto doado à cidade pela Imperatriz Teresa Cristina[18]. Nesse mesmo dia, a peça histórica foi entregue ao Museu CPHAT, da Uemasul, para guarda provisória, posteriormente deverá ser integrado ao memorial da nova sede da Câmara Municipal.

18 O evento foi registrado em espaços eletrônicos: camaraimperatriz.ma.gov.br/noticia/camara-de-imperatriz-recebera-doacao-de-parte-do-acervo-historico-de-pesos-e-medidas-da-imperatriz-teresa-cristina. E no canal do Youtube do IHGI: https://www.youtube.com/watch?v=1-O4Jxw6Iek

A doação ocorreu final do século XIX. O presente foi um agradecimento da Corte Imperial pela homenagem à soberana, pois o nome Imperatriz foi dado à localidade. Em 27 de agosto de 1856, a povoação de Santa Teresa do Tocantins passou a se chamar Vila Nova em Imperatriz, por meio da Lei Provincial n. 398.

Porém, nos anos 1960, parte dos itens foi enviado ao Museu Histórico e Geográfico do Maranhão, em São Luís-MA. Já outra parte, um peso de 50 kg, ficou aos cuidados da família do comerciante Jofre Tocantins, que reside ao lado da Paróquia de Santa Teresa D'Ávila, e fez a devolução do objeto ao poder público.

5. Considerações Finais

Os primeiros Institutos históricos e geográficos no Brasil, nos séculos XIX e XX, criados no Rio de Janeiro e nas regiões brasileiras, apresentam em seus objetivos a mesma inspiração de organizações similares europeias. Essas organizações almejavam serem referências na construção de uma identidade nacional ou mesmo regional.

Nasceram em um período da construção do Estado Nacional e referendaram um discurso sobre a sociedade, marcado por interesses e disputas. Os Institutos históricos, em sua origem, reúnem representantes das elites econômicas, políticas e sociais, que se autodeclaravam os guardiões da memória nacional. Inicialmente tiveram em seu quadro professores e profissionais oriundos de outras classes sociais.

O Instituto Histórico e Geográfico de Imperatriz (IHGI) surgiu, em 1989, inspirado nos objetivos dessas primeiras organizações: ser espaço de preservar a

memória e a histórica da cidade. O IHGI nasceu em um cenário complexo, com associados e associadas com perfis social, cultural e ideológicos diferentes, que se uniram no sentido de fortalecer a cena cultural.

A primeira tentativa de fazê-lo funcionar em 1989 não logrou êxito, em função de múltiplas questões, como dificuldade para manter a mobilização, a não adesão efetiva aos objetivos e a falta de uma cultura local em prol da preservação de fontes documentais. Trinta e quatro anos depois, uma segunda tentativa mostra-se mais exitosa, com a diretoria composta por quadros que fazem um trabalho em rede, ancorado em maior debate sobre patrimônio e memória. Em 2025, o IHGI tem sua segunda diretoria, com atividades que envolvem a realização de eventos, articulação com universidades públicas e as organizações da sociedade civil, bem como o diálogo com o poder público. A cidade de Imperatriz apresenta-se com outras configurações sociais, econômicas e políticas, em cenários mais favorável às ações voltadas ao conhecimento científico e ao debate a respeito da sua multifacetada identidade cultural.

Referências

BITTENCOURT, Erlinda Maria. **A memória histórico-cultural do Instituto Histórico e Geográfico de Caxias-MA - IHGC.** Tese (Doutorado). Apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Unisinos. São Leopoldo, 2023.

CAIRES, Daniel Rincon. **A respeito de maneiras de falar e ver o Maranhão:** paradigmas em disputa e seus reflexos na historiografia. Revista Trilhas da História. Três Lagoas, v.7, nº14 jan-jun, 2018. p.104-119

DUARTE, Marcia Yukiko Matsuuchi. Estudo de caso. In: BARROS, Antonio, DUARTE, Jorge. **Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2006.

FERNANDES, Saul Estevam. Atinente pelos indivíduos e nulo como grupo? Algumas reflexões sobre a criação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. **Revista História Social**, n.22, primeiro semestre de 2012.

FRANKLIN, Adalberto. **Breve história de Imperatriz**. Imperatriz: Ética, 2005.

GUIMARÃES, Manoel Luis Lima Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Caminhos da Historiografia**. v. 1 n. 1 ,1988.

SILVA. Aldo José Morais. **Instituto Geográfico e Histórico da Bahia:** Origem e Estratégias de Consolidação Institucional 1894 – 1930. 2006. Tese (Doutorado em História) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2006.

SILVA, M. P., & Oliveira, J. M. S. de. A estética da luta frente a ética da morte: o assassinato do padre Josimo e o nascimento da UDR no contexto da Nova República. **Revista Trilhas da História**. Três Lagoas, v.7, nº14 jan-jun, 2018. p.104-119.

REIS, Walison Silva. Efeitos socioespaciais de grandes projetos no Sudoeste Maranhense: uma reflexão a partir do desenvolvimento da a atividade siderúrgica no Município de Açailândia. In: SOUSA, Jailson Macedo. **O regional e o urbano no sul do Maranhão:** delimitações conceituais e realidades empíricas. Imperatriz-MA: Ética, 2013.

6

“A Cultura do Couro e do Sal no Sertão Maranhense: Uma Abordagem Bibliográfica e Historiográfica”

Carmem Barroso Ramos
Alcindo de Carvalho Holanda



Carmem Barroso Ramos

É Socióloga, com Doutorado em História pela Universidade Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) vinculada na linha de pesquisa sobre estudos históricos Latino-americanos; com Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional. É Professora Adjunta da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão- UEMASUL. Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Imperatriz- IHGI.



Alcindo de Carvalho Holanda

É historiador pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Integra o Grupo de Pesquisa Indígenas na História do Maranhão (IHMA), vinculado ao CNPq por meio do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão (PPGHis/UFMA). É membro do Instituto Histórico e Geográfico de Imperatriz/MA (IHGI). Realiza pesquisa em História Colonial e Imperial brasileira e suas Conexões Atlânticas, com ênfase em História Indígena e do Indigenismo (segunda metade do século XVIII e XIX), atuando nos seguintes temas: território, ocupação e povoamento do sul do Maranhão e da Amazônia oriental; natureza, economia, trabalho e identidade no sertão sul maranhense.

CAPÍTULO 6

A CULTURA DO COURO E DO SAL NO SERTÃO MARANHENSE: UMA ABORDAGEM BIBLIOGRÁFICA E HISTORIOGRÁFICA

Resumo

A proposta de estudo objetivou uma imersão nos saberes socialmente construídos de uma população fronteiriça, com características sertanejas tendo como base a cultura do couro e do sal. Essas pessoas e comunidades são oriundas de migrações de diversas partes do Brasil e do próprio Estado do Maranhão. Destacamos a importância da economia criatória do gado vacum, foi a primeira forma de ocupação do sertão maranhense a partir de 1780 e perdurou até os anos de 1960 do século vinte. A atividade criatória produziu o que denominamos de sociedade do Couro e do sal. A economia vinculada a criação de gado tinha o sal como produto vital, usado na dieta do gado e na produção da carne de sol direcionado aos mercados. O sertão Maranhense compreende uma área entre o rio Parnaíba e o rio Tocantins. Carlota Carvalho denominou de mesopotâmia maranhense, terras entre rios. Sendo uma área de fronteira, se tornou um lugar que absorveu diversos migrantes que vieram em busca de viver e trabalhar. Assim, o intenso fluxo migratório, tanto de moradores do Maranhão quanto egressos de outros lugares do país, transformou a região e o seu entorno. Esse estudo foi desenvolvido através de métodos de pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: Memória; Cultura sertaneja; Sociedade do couro e sal; Sertão de Águas.

THE CULTURE OF LEATHER AND SALT IN THE MARANHÃO SERTÃO: A BIBLIOGRAPHICAL AND HISTORIOGRAPHY APPROACH

Abstract

The proposed study aimed to immerse into the socially constructed knowledge of a border population with *sertanejo* characteristics, based on the culture of leather and salt. Many of these people and communities originate from migrations from various parts of Brazil and from the state of Maranhão itself. We highlight the importance of the cattle ranching economy, which was the first form of occupation in the Maranhão *sertão* starting in 1780 and lasting until the 1960s. This ranching activity produced what we call the 'society of leather and salt'. The economy linked to cattle raising had salt as a vital product, used both in the cattle's diet and in the production of sun-dried meat (carne de sol) aimed at the markets. The Maranhão *sertão* comprises an area between the Parnaíba and Tocantins rivers. Carlota Carvalho called it the 'Maranhão Mesopotamia', lands between rivers. As a border area, it became a place that absorbed various migrants who came looking to live and work. Thus, the intense migratory flow, both of residents from Maranhão and people coming from other parts of the country, transformed the region and its surroundings into a place. This study was developed through bibliographic research methods.

Keywords: Memory; Sertanejo culture; Leather and salt society; Sertão of Waters.

1. Introdução

A Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL) foi criada no sentido de oferecer um suporte de saberes científicos, ao mesmo tempo em que seu crescimento se consolidou como parceira cultural e de desenvolvimento educacional e social. Os vários municípios que compõem a abrangência da região Tocantina maranhense têm saberes coletivos que precisam ser conhecidos e impulsionados como necessidade acadêmica e cultural de valorização da sócio bio culturalidade regional.

O material bibliográfico pesquisado dialogou com a temática sertão, fronteira, cultura e economia criatória. Os estudos de Francisco de Paula Ribeiro, Carlota Carvalho, Maria do Socorro Cabral, Capistrano de Abreu, e estudos historiográficos atualizados foram muito relevantes para a construção desta análise em questão.

A necessidade de conhecer a cultura do couro e do sal no sertão maranhense nos levou pelos estudos bibliográficos, documentais e memorialísticos. O recorte espacial desta pesquisa concentra-se na região historicamente denominada de Pastos Bons, localizada no sul do atual estado do Maranhão, compreendida entre os rios Parnaíba e Tocantins. O recorte temporal abrange o período de 1780 a 1881, fase crucial de consolidação da ocupação e estruturação socioeconômica da região.

É fundamental compreender este recorte espacial não apenas como um cenário geográfico estático, mas como um espaço-tempo definido pela abundância de águas e por uma cronologia de expansão dirigida. A ocupação da região de Pastos Bons não foi um processo meramente espontâneo ou um refúgio caótico de migrantes, mas sim

o resultado de políticas coloniais e imperiais específicas que direcionaram a expansão pecuária e a formação de núcleos populacionais. O sertão maranhense, portanto, constituiu-se como um projeto político e econômico articulado, onde a cultura do couro e do sal floresceu como base material e simbólica dessa sociedade em formação.

O Sertão Maranhense sendo uma área de fronteira, se tornou um lugar que absorveu diversos migrantes que vieram em busca de vida e trabalho. Assim, o intenso fluxo migratório, tanto de moradores do Maranhão quanto de egressos de outros lugares do país, transformou a região e o seu entorno num lugar de oportunidades, sendo considerada por autores como Martins, a busca do caminho da tão sonhada *Bandeiras Verdes*[1].

2. O "sertão de águas" e a desconstrução do paradigma da aridez

As alusões sobre a vivência do sertão e do sertanejo estão frequentes nos trabalhos clássicos da historiografia e literatura brasileiras. O sertão nordestino, por exemplo, foi em sua grande parte, entre os séculos XVI e XVII, ocupado para produzir gado, sendo chamado pelo historiador cearense Capistrano de Abreu (1988) de "civilização do couro". Para Abreu, por mais que houvesse

1 Em sua obra *A Sociologia como Aventura: Memórias* (2013), Martins faz referência às bandeiras verdes descrevendo que, anos depois da morte de padre Cicero, sua profecia migrava ainda vivida para o interior da Pré-Amazônia e Amazônia. Essa profecia dava sentido ao movimento dos que se deslocavam à procura de terras férteis e livres para morar e plantar. Havia uma dimensão mística e milenarista nessa busca. As histórias sobre as *bandeiras verdes* fazem parte do imaginário popular e se encontram espalhadas no interior do Piauí, Maranhão, Tocantins, Goiás, Mato Grosso e Pará. Era um lugar onde não seriam submetidos ao pagamento da renda e poderiam cultivar livremente.

uma escassez de água, a terra era abundante e propícia à criação do gado já endêmico da região. Da mesma forma, a literatura de Euclides da Cunha (2014) imortalizou a imagem do sertão árido, castigado pela seca, onde o sertanejo é, antes de tudo, um forte que luta contra as intempéries climáticas e sociais.

No entanto, a aplicação mecânica desse paradigma da aridez ao sertão maranhense avançou após profundos estudos históricos e geográficos. As inovadoras pesquisas produzidas em nossa região indicam que o nosso sertão é visto de maneiras diferentes da literatura clássica. O sertão do sul do Maranhão, a região de Pastos Bons, caracteriza-se fundamentalmente como um "Sertão de Águas".

Carlota Carvalho (2000), intelectual e professora itinerante que viveu no final do século XIX e início do século XX, denominou essa região de "mesopotâmia maranhense", terras entre rios. Em sua obra "O Sertão", ela detalha a abundante rede hidrográfica que recorta a região, com rios perenes como o Parnaíba, Tocantins, Grajaú, Balsas, Mearim e Itapecuru, além de inúmeros riachos e igarapés.

A cultura do couro e do sal no Maranhão não se desenvolveu em uma luta desesperada contra a seca, mas sim em um processo de adaptação a um ambiente de abundância hídrica. O transporte do sal, produto vital para a economia criatória, enfrentava o desafio constante das chuvas e das travessias de rios e igarapés. Os relatos históricos destacam a dificuldade, em períodos de chuva, de transportar as cargas. O risco de perder o sal nas águas era uma preocupação constante, exigindo técnicas específicas de proteção com couros crus sobre as cangalhas dos animais.

Assim, a lida sertaneja no Maranhão era específica.

O vaqueiro e o tropeiro maranhenses precisavam dominar os caminhos das águas, os ciclos de enchentes e vazantes, assim como as técnicas de travessia. A sociedade do couro e do sal forjou-se, portanto, não na escassez, mas na gestão da abundância hídrica, desconstruindo o paradigma euclidiano e revelando uma identidade sertaneja singular.

A necessidade em conhecer a cultura do couro e do sal no sertão maranhense nos levou pelos estudos bibliográficos, documentais e memorialísticos. Os primeiros registros dos aspectos socioculturais do sertão maranhense se encontram de forma mais incisiva nos trabalhos de Francisco de Paula Ribeiro compilado por Adalberto Franklin e João Renôr, que registrou no início do século XIX um levantamento sobre as fronteiras do sul e oeste maranhense.

Lima dos Santos (2012, p.123) cita que o Sertão pelo olhar de Paula Ribeiro é, também, um sertão paradisíaco, de ampla variedade de vegetação, espécies animais, inúmeros rios e clima agradável que deveria ser melhor aproveitado no aspecto econômico, sobretudo por meio do gado. Para Paula Ribeiro, os povos indígenas deveriam incorporar-se à cultura do trabalho e do modo de vida em geral da "civilização" para serem aceitos como seres humanos. O indígena é compreendido como uma ameaça ao projeto da Coroa, de criação de fazendas nos sertões maranhenses, que constantemente destruía povoações, matava os habitantes, levava o gado e alimentos. Paula Ribeiro reconhecia que essas práticas eram fruto de injustiças cometidas contra esses habitantes, mas só reconhece sua humanidade pela assimilação cultural.

Francisco de Paula Ribeiro em seu relato de viagem compreendeu a ideia de o Maranhão possuir duas porções do ponto de vista geográfico e cultural. A primeira, a

porção a Norte, com fortes influências da colonização pelo litoral até aproximadamente ao centro do território. A segunda, a porção sertaneja que corresponde do centro ao Sul do território, com alcances da frente da criação de fazendas de gado.

Por sua vez, Carlota Carvalho uma intelectual e professora itinerante que viveu no final do século dezenove e início do século vinte, traz informações sobre o mundo sertanejo maranhense e amazônico, pois, indo de fazenda em fazenda nos municípios de Riachão, Carolina, Montes Altos, Grajaú, Barra do Corda, Porto Franco, Imperatriz, Balsas, bem como algumas localidades do Pará alfabetizou crianças e adultos. Esses municípios por suas características geográficas são denominados de sertão em oposição ao litoral. Em sua experiência de professora itinerante viajando nos caminhos do nosso sertão escreveu a obra intitulada, O Sertão. Nesse trabalho detalha os aspectos da historiografia e geografia da nossa região, assim como descreve a cultura dos moradores, indígenas, vaqueiro, agricultores, tropeiros, vareiros, boiadeiros e comerciantes navegadores dos rios regionais.

Lima (2021, p.23) cita que o legado de Carlota Carvalho dialoga com aspectos históricos e geográficos da região sul Maranhense apontando para a relevância da história do Maranhão. Abordando temáticas diversas como educação, cultura, vida política e social do sertanejo, Carlota consegue ainda descrever as populações indígenas existentes na região e a expropriação de seus territórios e culturas, igualmente o processo de alargamento da região de Pastos Bons como consequências das frentes de colonização.

Novo elemento em relação aos "primeiros escritos sertanejos" é a percepção de que o sertão estaria isolado,

devendo não apenas ser anexado ao poder público, como queria Paula Ribeiro, mas deveria conquistar sua própria independência política. Carlota Carvalho investigando sobre as lutas pela independência no Brasil e nos sertões, por meio da Balaiada, movimento eclodido em meados do século XIX. com participação de índios, negros, libertos pobres e intelectuais, visando entre outras medidas, melhores condições de vida para o povo e independência política. (Lima dos Santos 2012, p.125).

Sobre a vida social nos primórdios da ocupação sul maranhense, Cabral (1992) narra os impactos sociais na vida dos habitantes dessa região. O massacre dos indígenas e a subsequente disseminação dos currais nas campinas sul-maranhenses, deram origem a uma sociedade distinta que passou por significativas transformações ao longo do tempo. No início, essa sociedade era caracterizada pela presença da família patriarcal, composta pelo fazendeiro e seus dependentes.

Cabral (1992) observa as *Mudanças sociais e relações de poder*, busca detalhar como a expansão da pecuária e a criação de novas rotas comerciais provocaram mudanças significativas no cenário social e político da região sul-maranhense durante o século XIX. A formação de várias vilas, como Pastos Bons em 1820, Carolina em 1831, Riachão em 1835, Grajaú em 1835, Passagem Franca em 1838, Barra do Corda em 1854, Porto Franco em 1855, Imperatriz em 1856, Loreto em 1873, Alto Parnaíba em 1891, Santo Antônio de Balsas em 1892, foi resultado desse processo. Isso levou a uma reorganização do espaço e à institucionalização do poder local. O antigo distrito de Pastos Bons, foi gradativamente desmembrado, restringindo-se aos limites do atual município de mesmo nome.

3. A sociedade do couro e do sal: hibridização e saberes

A economia criatória do gado vacum na região que compõe os chamados Pastos Bons foi a primeira forma de ocupação sistemática do sertão maranhense a partir de 1780. Conforme demonstra Maria do Socorro Cabral (1992), a frente agropastoril constituiu a ocupação pioneira de colonização da região. O gado foi uma das primeiras atividades comerciais da região, mais do que isso, foi inserido na cultura regional. Neste contexto, a cultura criatória expressou-se de forma contundente nas atividades do couro e do sal.

A vida sertaneja e a lida na atividade criatória tinham o couro como matéria-prima essencial, a onipresença deste material em quase tudo:

> de couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro [...] de couro todas as cordas, a borracha para carregar água; o mocó ou alforje para levar comida [...] as bainhas de faca, as bruacas e surrões (Abreu, 1988; 149)

Essa descrição, embora referente ao sertão nordestino, encontra correspondência direta na região de Pastos Bons, onde o couro assumiu funções ainda mais diversificadas em razão das especificidades do ambiente riquíssimo em águas.

Na esteira do legado do couro, sobressaem-se saberes e fazeres de ofícios fundamentais: os dos vaqueiros, os dos coureiros e os dos tropeiros. Os coureiros, artesãos criativos, fizeram da manipulação do couro uma atividade vital, fabricando toda a tralha do vaqueiro: o gibão, a perneira, o chapéu, a bota, a sela,

os arreios, a corda de relho e o colchonil (Cutrim, 2024). O jacá de couro, a corona (bolsa grande para guardar roupas sobre a sela) e a moringa (recipiente impermeável costurado com tiras de couro para transportar água) eram utensílios indispensáveis no cotidiano. A confecção do jacá iniciava-se colocando o couro na água para amolecer, juntava-se uma tira de couro larga com a outra ponta e seguia-se a trama costurando. Após feito, furava-se nas bordas para colocar uma cordinha e pendurar na cangalha do animal, pois o couro cru, quando seco, endurece e pega forma, ficando resistente.

A cultura dessa sociedade era rústica e simples, refletida em sua moradia, vestuário, alimentação e hábitos. As casas eram de palha e os utensílios domésticos eram escassos. O couro era amplamente utilizado na fabricação de objetos domésticos e para o manejo do gado, enquanto a carne-seca era um alimento básico devido à especialização na criação de gado. A vida social e a economia estavam centradas nas fazendas, que eram núcleos fundamentais da vida cotidiana (Cabral, 1992). No entanto, essas fazendas não eram isoladas socialmente, já que havia uma certa articulação entre elas e os centros açucareiros nordestinos devido à pecuária.

Contudo, é fundamental reconhecer que a formação desses saberes e práticas cotidianas não foi uma mera transposição da cultura nordestina ou europeia. A sociedade do couro e do sal no sertão maranhense foi o resultado de uma profunda hibridização cultural, com forte e ativa agência indígena. Conforme argumenta Homi Bhabha (2013), a cultura não se forma por simples imposição de um grupo sobre outro, mas através de processos de negociação e hibridização que produzem algo novo, um "terceiro espaço" que não pertence

inteiramente a nenhuma das culturas originais.

Os povos indígenas que habitavam a região de Pastos Bons não foram apenas vítimas passivas do processo de colonização ou obstáculos a serem removidos, como sugeriam os relatos oficiais da época. Vanice Melo (2011) demonstra em sua dissertação sobre as "cruentas guerras" nos sertões do Maranhão e do Piauí que os indígenas foram agentes ativos nos processos de ocupação colonial, ora resistindo militarmente ou negociando alianças estratégicas, ora incorporando-se às atividades produtivas em seus próprios termos. Aretusa Everton (2021) complementa essa perspectiva ao analisar a política de "dezinfestação" na Ribeira do Alto Mearim, revelando que a presença indígena era tão significativa que exigiu políticas coloniais específicas para lidar com ela.

A própria sobrevivência dos vaqueiros e tropeiros nos intrincados caminhos do "Sertão de Águas" dependeu do conhecimento indígena sobre a geografia local, os ciclos dos rios, as passagens seguras e os recursos da flora e fauna. A adoção de objetos da cultura indígena, o uso de fibras vegetais nativas, as técnicas de caça e coleta complementares à pecuária e até mesmo o manejo do gado em áreas de matas e cerrados refletem essa hibridização. Conforme Gayatri Spivak (2010) nos alerta, é preciso estar atento às vozes subalternas que foram silenciadas pela historiografia oficial, mas cujos saberes permanecem inscritos nas práticas cotidianas. A cultura material e imaterial do sertão maranhense é, intrinsecamente, uma cultura intercultural, onde os saberes indígenas se mesclaram às necessidades da economia pecuária, forjando uma identidade sertaneja única e resiliente.

Carlos Eduardo Everton (2016), ao analisar os embates de memória sobre o Conflito do Alto Alegre, demonstra como as relações entre indígenas e colonizadores no sertão maranhense foram marcadas por uma complexidade que ultrapassa a simples dicotomia entre dominadores e dominados. Os processos de hibridização cultural produziram formas de vida e de trabalho que não podem ser reduzidas a nenhuma de suas matrizes originais, constituindo uma síntese criativa específica do sertão de Pastos Bons.

Essa hibridização se expressa de forma particularmente clara nos saberes ligados ao couro e ao sal. As técnicas de curtimento do couro, por exemplo, incorporaram o uso de taninos extraídos de cascas de árvores nativas, conhecimento que provinha diretamente dos povos indígenas. Da mesma forma, o conhecimento sobre as rotas de sal, quais caminhos eram transitáveis em cada estação, onde havia pontos seguros para travessia, quais áreas deviam ser evitadas em períodos de cheia, derivava de um saber territorial acumulado por gerações de habitantes originários. Conforme argumentam Franklin e Carvalho (2007), Francisco de Paula Ribeiro, ao desbravar os sertões de Pastos Bons, dependeu fundamentalmente de guias que conheciam as veredas e os rios da região.

A transmissão desses saberes híbridos se dava no cotidiano das fazendas, onde indígenas aldeados, mestiços e colonizadores conviviam em relações complexas de trabalho e sociabilidade. Através da arte de curtir e manusear o couro de gado de forma artesanal, conforme registra Cutrim (2024), desenvolveu-se uma genuína expressão do patrimônio cultural imaterial que ressignifica a identidade sertaneja. Uma das características do patrimônio imaterial é a transmissão de

geração a geração, sendo constantemente recriadas pelas comunidades, que interagem com a natureza e com sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade.

A economia criatória do gado vacum na região que compõe os chamados Pastos Bons foi a primeira forma de ocupação sistemática do sertão maranhense a partir de 1780. Neste contexto, a cultura criatória expressou-se de forma contundente nas atividades do couro e do sal.

Na esteira do legado do couro, sobressaem saberes e fazeres de ofícios fundamentais: os vaqueiros, os coureiros e os tropeiros. Os coureiros, artesãos criativos, fizeram da manipulação do couro uma atividade vital, fabricando toda a tralha do vaqueiro: o gibão, a perneira, o chapéu, a bota, a sela, os arreios, a corda de relho e o colchonil. O jacá de couro, a corona (bolsa grande para guardar roupas sobre a sela) e a moringa (recipiente impermeável costurado com tiras de couro para transportar água) eram utensílios indispensáveis no cotidiano, o boi de fogo.[2]

Contudo, é fundamental reconhecer que a formação desses saberes e práticas cotidianas não foi uma mera transposição da cultura nordestina ou europeia. A sociedade do couro e do sal no sertão maranhense foi o resultado de uma profunda hibridização cultural, com forte e ativa agência indígena.

Os povos indígenas que habitavam a região de Pastos Bons não foram apenas vítimas passivas do processo de colonização ou obstáculos a serem removidos, como

2 o *boi de fogo*, era constituído de um pedaço, do chifre: usava-se a parte mais fina, cortado como se fosse um funil, se colocava algodão dentro e tampava, eram usadas duas pedras, essas pedras eram colocadas dentro do chifre, quando era necessário acender o fogo se batia uma pedra na outra, e surgia a faísca dentro do algodão. O fogo estava pronto, se acendia em qualquer lugar, principalmente quando se encontravam nas campinas ou nas matas, distante de casa. o *"boi de fogo"*, era o isqueiro dos sertanejos antigos (informações a partir dos diálogos com Jose Siney Ferraz.)

sugeriam os relatos oficiais da época, a exemplo dos escritos de Francisco de Paula Ribeiro. Eles foram agentes ativos cujos saberes foram incorporados e adaptados pelos colonizadores.

A própria sobrevivência dos vaqueiros e tropeiros nos intrincados caminhos do "Sertão de Águas" dependeu do conhecimento indígena sobre a geografia local, os ciclos dos rios, as passagens seguras e os recursos da flora e fauna. A adoção de objetos da cultura indígena, o uso de fibras vegetais nativas, as técnicas de caça e coleta complementares à pecuária, e até mesmo o manejo do gado em áreas de matas e cerrados, refletem essa hibridização. A cultura material e imaterial do sertão maranhense é, intrinsecamente, uma cultura intercultural, onde os saberes indígenas se mesclaram às necessidades da economia pecuária, forjando uma identidade sertaneja única e resiliente.

Estudos recente de Cutrim (2024, p. 54) aponta que a região sertaneja maranhense nos séculos XIX e XX foi fronteira de colonização pelas fazendas de gado advindas da Bahia por intrépidos vaqueiros da "Casa da Torre", via território piauiense na divisa com o Rio Parnaíba. Por aqui, na região centro-Sul foi estabelecida uma "civilização dos currais", ou "civilização do couro" na perspectiva de Capistrano de Abreu. O couro foi produto exportação para as regiões do Goiás e do Pará. Mas, isso foi coisa do passado e hoje consagra-se como polo coureiro, pelos seus curtumes industriais. Manusear o couro em curtume individual e de forma rudimentar é para poucos.

Através da arte de curtir e manusear o couro de gado de forma artesanal é uma genuína expressão do patrimônio cultural imaterial que (re)ssignifica a identidade sertaneja, que ainda persiste na região sendo valorizado por diversas pessoas. Uma das características

do patrimônio imaterial é a transmissão de geração a geração, assim elas são constantemente recriadas pelas comunidades, que interagem com a natureza e com sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade (Cutrim,2024).

No Município de Campestre do Maranhão, cercado de vários rios, Cutrim(2024) confirma que Já foi chamado outrora de "Retiro" um lugar seguro com abundância de água para salvaguardar o gado, visto que era rota dos chamados caminhos do gado,

> Esta região teve como ocupação pioneira de colonização a frente agropastoril.[...]. E por causa do gado que artefatos de couro são necessários e extremamente úteis em prol de sua lida. Os arreios, a cela, para o preparo da montaria e, as perneiras, o chapéu e a bota entre outros para o vaqueiro, são indumentárias das mais visíveis e importantes. Em toda a região do sertão o manejo com o gado faz parte do cotidiano do homem sertanejo. Por consequência, em todo esse vasto sertão artesãos criativos, chamados de modo geral de coureiros, fizeram da manipulação do couro para a fabricação de toda a tralha do vaqueiro, uma atividade fundamental (Cutrim,2024, p.56).

A vida social e a economia estavam centradas nas fazendas, que eram núcleos fundamentais da vida cotidiana. No entanto, essas fazendas não eram isoladas socialmente, já que havia uma certa articulação entre elas e os centros açucareiros nordestinos devido à pecuária. O comércio de gado aproximou a região do Nordeste, o que suavizou, em certa medida, as práticas sociais rústicas. (Cabral, 1992).

4. Dinâmicas econômicas: do sertão para o mar

A economia vinculada à criação de gado tinha o sal como produto vital. Sua utilidade estava em quase tudo: desde o tempero da alimentação, à conserva da carne (produção de carne de sol e carne seca), até o alimento adicional na dieta do gado. Sem o sal, a economia criatória do sertão maranhense não poderia existir.

A distribuição do sal na região ocorria a partir de centros estratégicos. Em Grajaú, o sal chegava através dos "vareiros", remadores que conduziam embarcações pelo rio Grajaú vindas de São Luís. Em Balsas, o produto entrava pelo rio Parnaíba. Em Imperatriz, o sal vinha de Belém em embarcações, exigindo transbordos terrestres nos trechos não navegáveis do rio Tocantins. Comerciantes e fazendeiros organizavam tropas de animais (os tropeiros) para buscar o sal nesses centros distribuidores, em viagens longas e difíceis.

O sal era essencial para a produção da carne seca e da carne de sol. Após o abate, a carne precisava ser salgada e exposta ao sol para secar. Uma parte era destinada ao consumo local, mas a grande maioria era comercializada.

É neste ponto que a historiografia recente traz uma contribuição inovadora crucial: a economia do couro e do sal da região de Pastos Bons não era uma economia de subsistência isolada e fechada em si mesma. Pelo contrário, ela estava profundamente conectada aos circuitos atlânticos e atendia aos interesses do projeto transatlântico de exploração colonial e imperial.

A dinâmica econômica operava em um movimento "do sertão para o mar". A carne seca produzida no sul do Maranhão abastecia os garimpos, os extrativistas da Amazônia e, fundamentalmente, os mercados das cidades

litorâneas, como São Luís e Belém. O couro, por sua vez, era um produto de exportação de alto valor, inserido nas rotas comerciais globais. O sebo do gado era derretido e transformado em óleo para iluminação pública nas cidades e para a produção de sabão. Chifres e cascos eram exportados para a fabricação de pentes e botões. Portanto, a região de Pastos Bons funcionava como uma engrenagem vital que sustentava a economia litorânea e de exportação do Maranhão. O sertão não era a periferia esquecida, mas um centro dinâmico de produção de riqueza que viabilizava a inserção da província nos mercados atlânticos. A expansão das fazendas de gado e a estruturação das rotas comerciais de sal e couro foram processos dirigidos que integraram o interior maranhense à economia global da época.

Carlota Carvalho reforça que o cotidiano dos sertanejos que em suas labutas produziam as riquezas que sustentaram com alimentos as regiões litorâneas e outros sertões (Amazonia) do extrativismo do ouro, da borracha e das especiarias.

Na sua narrativa mostra um cotidiano marcado por muita dificuldade. A própria vida sofreu adaptações, principalmente nos costumes, no uso de objetos adaptados. Nas fazendas, caracterizadas por sedes formadas de casas e currais, desenvolveram uma produção que iam além dos produtos básicos de alimentação. Também eram produzidos utensílios domésticos como os artefatos de couro, das fibras vegetais existentes na região, cerâmicas, artigos de algodão e a adoção dos objetos da cultura indígena, que em maior parte ainda se utiliza nos dias atuais.

Entretanto, um dos produtos mais cobiçados e, por isso, valorizado era o sal. Este, escasso e trabalhoso para

ser transportado. Era trazido do litoral pela mesma rota usada no processo migratório. As longas distâncias e o incômodo das cargas, sempre pesadas, proporcionavam um trabalho descomunal.

Ellis (1956) esclarece que no Nordeste o comércio das carnes salgadas, carnes seca, carne de sol ou carne do Ceará chegou a ser o sustentáculo econômico de grande parte da região durante o século XVIII, quando a pecuária nordestina atingiu o máximo de seu desenvolvimento. Esse comércio foi uma consequência da atividade pastoril desenvolvida no interior nordestino, juntamente com a existência de salinas naturais.

O cotidiano nas tarefas das fazendas era intenso, entre os fazendeiros e os vaqueiros, tinha uma interatividade. O vaqueiro, aquele que cuidava do gado, não ganhavam dinheiro, recebiam pela produção. De cada cinco bezerro que nascia, ele tinha direito a um. A cada ano tinha um momento da partilha, faziam uma festa para apartar os bezerros da mãe, nascidos naquele ano. Faziam as contas e dividiam. O dono tirava os quatro bezerros e o vaqueiro tirava o dele. O vaqueiro tinha o direito de fazer uma pequena roça, mas toda prioridade era cuidar do gado. (Cabral, 1992).

A distribuição do sal em nossa região era em três localidade[3]: uma em Grajaú inserido na história dos Vareiros (remadores com varas do rio Grajaú) juntamente com os donos das embarcações que faziam a viagem para São Luis trazendo o sal para Grajaú e região. Outro distribuidor era Balsas, o sal vinha pelo rio Parnaíba entrava no rio Balsas e de Balsas o produto era descarregado para as embarcações que iam para outras cidades. O outro centro era Imperatriz, o sal vinha

3 Dados retirados do texto ensaístico intitulado, Os *Sertões Inventados* - Territorialidades, sertões, fronteiras do Prof. Dr. José Siney Ferraz Rodrigues.

de Belém em embarcações. Quando nos trechos não navegáveis, era necessário descarregar o barco e levar a carga de sal até nos pontos navegáveis e continuar a viagem até Imperatriz. Os comerciantes e fazendeiros iam nesses centros distribuidores comprar o sal, e geralmente iam com tropas de animais, os chamados tropeiros. Todos ficavam ligados nas notícias sobre os carregamentos do produto para não dá viagem perdida.

Quando o transporte era por animal, se organizava as cangalhas nos animais e por cima da cangalha colocava-se uma cobertura de couro cru, dessa forma o sal não maltratava a pele do animal. O sal era colocado nos jacás e por cima dos sacos de sal, se colocava outro couro para proteger o sal de qualquer umidade. Assim o sal chegava intacto no destino final. O risco de perder a carga era grande em períodos de chuva. Nos caminhos até as fazendas era cheio de igarapés e riachos, onde os animais precisavam atravessar. Ou seja, se não desse para passar com a carga era necessário retirá-la do lombo dos animais, assim, os homens atravessam os riachos com o sal nas costas.

O sal era um produto vital no sertão maranhense, tanto para a conservar a carne como dentre outras utilidades. Uma parte ficava para o consumo e a outra era comercializada, sendo distribuída para o garimpo, para os extrativistas da Amazônia e para os mercados das cidades litorâneas. A carne de sol fazia o mesmo caminho do sal.

Conta-se uma história no sertão sobre uma mulher que pegava o sal de casa e doava para agradar os vizinhos. E o sal acabava rápido. O marido observando isso, teve uma ideia. Ele pegou os animais para buscar o sal e disse que ela iria com ele. No caminho, foram vários dias para chegar, ela teve que dormir no mato, carregar

peso durante as travessias dos riachos e ajudar o marido em tudo. Quando ela chegou em casa passou a ter mais cuidado com o sal, evitando doar demais aos vizinhos. O marido quis ensinar que não era fácil o transporte do sal.

O armazenamento do sal era dentro de caixas de madeira e de baús de couro. Para impermeabilizar e segurar a umidade, a caixa era envolvida toda de couro. Era uma inovação da época. Outro detalhe, o sal deveria ser armazenado um pouco acima do chão. Esses baús geralmente tinham um pezinho de madeira para se distanciar do chão. Não só o sal, mas o açúcar também era armazenado dessa forma.

As atividades criatórias de gado chegaram aqui no final do século XVII para o século XVIII. Foi basicamente na época da mineração, e esse gado, ele era levado para a região do garimpo mineiro. A produção de carne seca, foi muito importante economicamente no país; o sebo subproduto do gado também muito útil, ele era derretido e transformado em óleo para iluminar as cidades. O chifre e os cascos eram vendidos para fazer pente e outros utensílios domésticos. Com o chifre do gado, eram feitos também cabo de facão, de faca e objetos para prender o cabelo. Até hoje se encontram produtos feitos de chifre.

A expansão da criação de gado e a subsequente formação de fazendas desempenharam um papel crucial na ocupação do território. É notável como, ao longo das décadas, a quantidade de fazendas cresceu exponencialmente, mostrando o sucesso desse empreendimento. Os números impressionantes de cabeças de gado e a produção de bezerros destacam o impacto significativo da pecuária na economia da província do Maranhão (Cabral, 1992).

5. Memória e identidade sertaneja

A cultura do couro e do sal no sertão maranhense não é um mero reflexo da cultura nordestina, mas uma construção original, híbrida, adaptada a um "sertão de águas" e inserida em dinâmicas políticas e econômicas complexas. Para compreender a profundidade dessa identidade, é essencial conectar a história documentada à memória viva da região.

Neste sentido, as descrições dos objetos dos sertanejos e seus utensílios de couro ganham vida e significado através das memórias do Prof. Dr. José Siney Ferraz Rodrigues. A memória, como postula Paul Ricoeur (2007) em *A memória, a história, o esquecimento*, é a matriz da história, o lugar onde o passado se faz presente e reivindica seu reconhecimento. A história oral, conforme orienta Verena Alberti (2005), permite resgatar essas vivências cotidianas que os documentos oficiais frequentemente ignoram, dando voz aos sujeitos históricos em sua lida diária.

As memórias do Prof. Dr. José Siney Ferraz Rodrigues (2003) são o fio condutor que nos permite adentrar o universo material e simbólico do sertanejo de Pastos Bons. Através de seus relatos, compreendemos o valor inestimável do sal, produto "escasso e trabalhoso para ser transportado", cuja busca exigia sacrifícios descomunais pelos caminhos das águas. A história da mulher que doava sal aos vizinhos e foi levada pelo marido na árdua jornada de busca do produto ilustra, de forma vívida, o peso do sal na economia doméstica e nas relações sociais.

Da mesma forma, a memória preserva a engenhosidade sertaneja na fabricação de utensílios.

O “boi de fogo”, isqueiro rústico feito da ponta do chifre do boi, contendo algodão e pedras para gerar faíscas, é um símbolo da capacidade de adaptação e invenção diante das necessidades da vida nas campinas e matas. O armazenamento do sal e do açúcar em baús de madeira revestidos de couro, elevados do chão para evitar a umidade, demonstra o conhecimento prático desenvolvido para lidar com o ambiente do “sertão de águas”.

A interatividade entre fazendeiros e vaqueiros, baseada no sistema de partilha (a “sorte”, onde o vaqueiro recebia um bezerro a cada quatro nascidos para o dono), revela as relações de trabalho e as possibilidades de mobilidade social dentro da economia criatória que explorava a força de trabalho do sertanejo. A confecção meticulosa do jacá de couro cru, da moringa impermeável e da corona flexível são testemunhos de uma cultura material rica e funcional.

Tudo gira em torno destas memórias. Elas não são apenas ilustrações folclóricas, mas a própria substância da identidade sertaneja do sul do Maranhão. Ao creditar e valorizar as memórias do Prof. Dr. José Siney Ferraz Rodrigues, ancoradas na perspectiva teórica de Ricoeur e Alberti, o artigo reconhece que o patrimônio histórico-cultural da região reside, fundamentalmente, na experiência vivida e lembrada de seu povo.

A relevância nesse estudo se dá também no sentido de trazer a luz aos aspectos socioculturais, que diante das transformações e a incorporação dos processos modernos de reprodução ampliada e territorial do capital corrói a cultura sertaneja.

Com grupos étnicos diversos desenvolveu-se um mosaico de culturas e diversas temporalidades na região tocantina maranhense. No entanto, por possuir uma vasta

diversidade social e étnica num espaço de fronteira muito disputado, os aspectos culturais se tornaram difusos diante da corrida desenfreada rumo ao desenvolvimento econômico voraz, e traz consigo o risco de homogeneizar a riqueza da diversidade cultural, acarretando consequências irreversíveis por conta dos efeitos dos processos da globalização econômica, cultural e social que coexistem e amplificam suas influências. Esperamos com este trabalho reativar memórias para reativar nossas identidades.

6. Considerações Finais

A incorporação das perspectivas teóricas discutidas ao longo deste artigo o reconhecimento do "Sertão de Águas", a compreensão da articulação atlântica, a valorização da agência indígena, a constatação da expansão dirigida e da autonomia política, aliadas de forma indissociável às memórias do Prof. Dr. José Siney Ferraz Rodrigues eleva este estudo para além de uma narrativa descritiva e memorialística, transformando-o em uma análise historiográfica crítica.

O texto deixa de reproduzir estereótipos genéricos sobre o "sertanejo de Euclides da Cunha ou o sertanejo de Guimarãea Rosa" para revelar a identidade única e complexa da sociedade do sul do Maranhão no período de 1780 a 1881. A cultura do couro e do sal na região de Pastos Bons forjou-se também na abundância dos rios, na hibridização com os saberes indígenas e nas conexões com os mercados transatlânticos, impulsionada por políticas de ocupação e sustentada pelo trabalho árduo de vaqueiros, coureiros e tropeiros.

A memória, salvaguardada e transmitida, é o elo que mantém viva essa herança. Ao resgatar e analisar criticamente a cultura do couro e do sal, reafirmamos a importância do sertão maranhense não como uma fronteira isolada, "a Sibéria", e atrasada, "o sertão", mas como um espaço dinâmico, criativo e fundamental para a formação histórica, econômica e cultural do Maranhão e do Brasil.

Referências

ALBERTI, V. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ABREU, J. C. de. **Capítulos de história colonial**. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1988. 7ª. Edição; http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918 /001576000

CARVALHO, C. **O sertão:** subsídio para a história e a geografia do Brasil. Imperatriz: Ética editora, 2000.

CABRAL, M. do S. C. **Caminhos do gado**. São Luís: Siorge, 1992.

BHABHA, H. K. **O local da cultura**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

CUNHA, E. http://www.euclidesdacunha.org.br/> acesso em 23 de setembro de 2014.

CUTRIM, J. G. Heranças sertanejas da “cultura do couro” na região Tocantina maranhense. In: **Patrimônio histórico-cultural do Sudoeste Maranhense**. Imperatriz: Editora Universitária UEMASUL,2024. p.51-62. Disponível em:https://livros.uemasul.edu.br/index.php/inicio/catalog/book/2/chapter/10. Acesso em: 7 de abr. de 2025. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaPeriodicoForm.jsp>. Acesso em: 31 de mar. de 2025.

ELLIS, M. **O monopólio do sal no Estado do Brasil**. São Paulo, 1956.

FERRAZ, J. S. **O movimento camponês no Bico do Papagaio:** Sete Barracas em busca de um elo. Imperatriz-Ma: Ética editora, 1998.

ROSA J. G. **Grande Sertão:** Veredas. Sao Paulo:Companhia das Letras, 2019.

LIMA, R. C. C. **Por caminhos de terra e de tinta:** a trajetória de Carlota Carvalho, uma escritora nos sertões maranhenses (séculos XIX e XX). 2021. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2021. Disponível em: http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/9850. Acesso em: 11 de fev. de 2025.

EVERTON, C. E. P. **Hoje e amanhã celebrai a história para encarnar-vos no povo:** os embates de memória sobre o Conflito do Alto Alegre. 2016. 192 f. Dissertação (Mestrado em História, Ensino e Narrativas) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2016.

LIMA DOS SANTOS, R. O sertão inventado: percepção dos sertões maranhenses pelo olhar de Francisco de Paula Ribeiro. **Revista Diálogos Latinoamericanos**, nº 19, 2012, p. 119-145.

MARTINS, L. M.; NETO, Jose M.M. A economia do Couro no Piaui. **Revista Informe Econômico**. Jun. 2015.

MARTINS, J.S. **Fronteira:** a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009.

MELO, V. S. de. **Cruentas guerras:** índios e portugueses nos sertões do Maranhão e do Piauí (primeira metade do século XVIII). 2011. 157 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

PACHÊCO FILHO, A. K. G. **Varando mundos:** navegação no Vale do rio Grajaú. 2011. 266 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François et al. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SALLES, C. **Cordéis**. [s/l] Editora Livro ideal, 2009.

SPIVAK, G, C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum:** estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Fontes: Source Serif Variable e Source Sans Variable
PAPEL: Offset 90
Gráfica: K DE F C FREITAS LTDA.

Patrimônio histórico-cultural do sudoeste maranhense (vol.3) reúne estudos que investigam a diversidade do patrimônio material e imaterial da Região Tocantina, tomando a memória, a história e a cultura como dimensões fundamentais para compreender a formação regional. A obra aborda temas como educação, movimentos sociais, religiosidade, instituições, cultura popular e patrimônio documental, evidenciando processos históricos, identidades e experiências coletivas. Resultado da colaboração entre pesquisadores da UEMASUL, do Instituto Histórico e Geográfico de Imperatriz (IHGI) e de outras instituições, o livro reafirma a importância da pesquisa e da preservação da memória como instrumentos de valorização da história e da cidadania.

PROPGI
Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação
EDITORA UEMASUL
10 anos UEMASUL